

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JOSUÉ LIMA NOBREGA JUNIOR

Escravidão, raça e coronelismo: municípios e finanças públicas em São Paulo da Primeira

República

São Paulo

2023

Versão corrigida

JOSUÉ LIMA NOBREGA JUNIOR

Escravidão, raça e coronelismo: municípios e finanças públicas em São Paulo da Primeira
República

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Doutor em
Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Paolo Ricci

São Paulo

2023

Versão Corrigida

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): __Josué Lima Nobrega

Junior _____

Data da defesa: _06__/_02__/_2023_

Nome do Prof. (a) orientador (a): __Paolo Ricci_____

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP.**

São Paulo, _06__/_04__/_2023__



(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N754e Nobrega Junior, Josué
Escravidão, raça e coronelismo: municípios e
finanças públicas em São Paulo da Primeira República
/ Josué Nobrega Junior; orientador Paolo Ricci - São
Paulo, 2022.
131 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. POLÍTICA. 2. ANÁLISE QUANTITATIVA. I. Ricci,
Paolo, orient. II. Título.

Agradecimentos

A ideia inicial desse estudo nasceu durante um seminário em que analisei o livro *Capitalism and Slavery* de Eric Williams durante um curso do professor Mark Sawyer. Desde então, e por vias tortuosas, finalizo esse estudo com inúmeros débitos, conselhos que procurei integrar ao trabalho e muita ajuda.

Em primeiro lugar, na USP, não teria conseguido sem o apoio do meu orientador Paolo Ricci. Sua paciência e apoio me ajudaram a lidar com meus problemas de atenção e organização do tempo, e no final, foram o que me permitiram finalizar essa tese. Também na USP recebi comentários importantes em diferentes etapas desse estudo. Agradeço em particular a Fernando Limongi, Lorena Barberia, Jonathan Phillips, Bruno Speck e Renato Perim Colistete e aos colegas do DCP. Dentro do departamento tive o prazer de ajudar durante o início da organização do grupo de estudos e agora coletiva GIRA (Grupo interdisciplinar de Raça e Política), onde recebi inúmeros incentivos para a realização desse trabalho. Agradeço em particular às colegas Nathalia Carneiro, Léa Tosold e Barbara Soares. Foi através da GIRA que pude compartilhar com Denise Ferreira da Silva os argumentos da tese e receber alguns conselhos valiosos.

Agradeço muito a ajuda de diversos alunos do curso de Ciências Sociais da USP que me ajudaram a coletar e organizar o banco de dados mais completo sobre as finanças públicas históricas dos municípios paulistas. Um agradecimento especial a Camila Pivante, que ajudou em todas as etapas durante o período de coleta de dados, mas também participaram Ana Beatriz Dutra, Ligiane Alves, Luiz Paulo Gonçalves e Gustavo Silva

Durante o período de escrita da tese pude compartilhar meus argumentos com Ana Neves, que me ajudou a melhorar muito o texto com seus comentários.

Gostaria de agradecer ao apoio e à paciência da minha família. Luciene Dias, minha mãe, sempre acreditou e mostrou apoio incondicional. Minhas irmãs Carolina e Catarine me apoiaram em diversos sentidos, devo a elas a possibilidade de continuar na pós-graduação. Ao meu irmão Raphael, que mesmo com poucas palavras, nunca deixou de apoiar essa empreitada.

Tenho também uma dívida intelectual com os colegas e professores que me ajudaram durante o período em que estive na UCLA. Felipe Nunes foi amigo para todas as horas e uma ajuda intelectual fundamental em diversas etapas. Os amigos Lucio Magano, Jaana Nogueira e Luiz Felipe Murillo tenho enorme gratidão por toda a ajuda e apoio. Recebi comentários valiosos que busquei agregar, na medida das minhas limitações, de Tom Schwartz, Dale Tatum, Karen Orren, William Summerhill, Leah Boustán e Dan Posner.

Devo esse trabalho ao incentivo intelectual de Mark Sawyer. Sua influência pessoal e intelectual mudou completamente a forma como penso a Ciência Política.

À memória do amigo e mentor Mark Sawyer dedico essa tese.

Resumo

NOBREGA JUNIOR, Josué Lima. **Escravidão, raça e coronelismo: municípios e finanças públicas em São Paulo da Primeira República**. 2022. 131 pp. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Esta tese de doutorado trata da forma como se estruturaram as finanças públicas dos municípios de São Paulo durante a Primeira República para avaliar fatores explicativos de três elementos centrais para o desenvolvimento político e governamental: a capacidade estatal dos municípios em termos de arrecadação fiscal; a influência ideológica sobre decisões distributivas; e a relação entre gastos públicos e a mobilização de eleitores. As hipóteses formuladas identificaram mecanismos explicativos com base nas motivações e incentivos das elites políticas paulistas, seus interesses e o resultado observado de suas ações no tempo. Em um primeiro capítulo, o trabalho argumenta que a instituição política da escravidão foi capaz de agregar preferências das elites em torno da captura estatal e, assim, permitir os acordos necessários para o aumento da capacidade estatal dos municípios em termos de arrecadação de impostos. Tal associação entre intensidade da exploração escravista e captura estatal teve como implicação menos gastos públicos em educação pública no pós-abolição. No segundo capítulo, a pesquisa avaliou como a demografia racial dos municípios paulistas afetou decisões distributivas em termos do volume de gastos em serviços públicos. Com base na interação entre o efeito populacional e as características raciais da população dos municípios, os resultados empíricos apontam que maiores proporções da população negra nas localidades afetaram negativamente o volume de gastos em serviços públicos. A hipótese teórica argumenta que decisões foram racialmente enviesadas por elites ideologicamente associadas a um modelo de branqueamento da sociedade. A parte final avalia pressupostos do modelo coronelístico de mobilização eleitoral, para argumentar que os gastos municipais afetaram a quantidade de votos nos municípios pela via da mobilização dos coronéis. O argumento retoma a centralidade do controle do Partido Republicano Paulista com evidências para algumas eleições legislativas do período.

Palavras-chave: Escravidão, Capacidade Estatal, Raça, São Paulo, Primeira República

Abstract

This doctoral thesis deals with the way in which the public finances of São Paulo were structured during the First Republic to assess explanatory factors of three central elements for political and governmental development: the state capacity of municipalities in terms of tax collection; ideological influence over distributive decisions; and the relationship between public spending and voter mobilization. The hypotheses formulated identified mechanisms based on the motivations and incentives of São Paulo's political elites, their interests, and the observed result of their actions over time. In a first chapter, this study argues that the political institution of slavery was able to aggregate elite preferences around state capture and, thus, allow the necessary agreements to increase the state capacity of municipalities in terms of tax collection. Such an association between the intensity of slave exploitation and state capture implied less municipal spending on public education in the post-abolition period. In the second chapter, the research evaluated how the racial demography of São Paulo's municipalities affected distributive decisions in terms of the volume of expenditure on public services. Based on the interaction between the population effect and racial characteristics of the population of the municipalities, the empirical results indicate that greater proportions of the black population in the localities negatively affected the volume of expenditure on public services. The theoretical hypothesis proposes that decisions were racially biased by elites ideologically associated with a whitening model of society. The final part evaluates assumptions of the model of *Coronelismo* of electoral mobilization, to argue that municipal spending affected the votes in the municipalities through the mobilization of *coronéis* (*local bosses*). The argument resumes the centrality of the control of the Partido Republicano Paulista and finds evidence for some legislative elections of the period.

Keywords: Slavery, State Capacity, Race, São Paulo, First Republic

Lista de Figuras

Figura 1 - Proporção de escravizados por municípios nas regiões históricas do estado de São Paulo (1872)	p.30
Figura 2 - Mapa da distribuição da população escravizada nos municípios paulistas (1872)	p.31
Figura 3 - Proporção das Receitas Municipais em relação à arrecadação estadual total (1895-1920)	p.36
Figura 4 - Relação bivariada entre a proporção de escravizados em 1872 e a arrecadação total em valores reais dos municípios paulistas para a amostra completa (1894-1927).....	p.39
Figura 5 – Efeito da proporção de escravizados sobre a arrecadação fiscal.....	p.43
Figura 6 - “A Redenção de Cam”, Modesto Brocos (1895).....	p.68
Figura 7 - Proporção da população não branca nos municípios paulistas.....	p.72
Figura 8 – Valores preditos para a relação entre gastos e população (1910).....	p.85
Figura 9 – Valores preditos para a relação entre gastos e população (1919).....	p.82

Lista de tabelas

Tabela 1 - Efeito da intensidade da exploração escravista nos municípios paulistas sobre a arrecadação fiscal (1894, 1900, 1905)	p.42
Tabela 2 - Efeito da intensidade da exploração escravista sobre a arrecadação fiscal em valores reais nos municípios paulistas para o ano de 1905.....	p.46
Tabela 3 - Efeito da intensidade da exploração escravista sobre a proporção de gastos em educação nos municípios paulistas para o ano de 1905.....	p.49
Tabela 4 - Políticas públicas de subsídio e incentivos específicos para europeus brancos no estado de São Paulo (1870-1920)	p.69
Tabela 5 – Efeito da interação entre a proporção da população negra e a população total sobre o volume de gastos em serviços públicos nos municípios paulistas (1910, 1915, 1919, 1927)	p.80
Tabela 6 - Proporção da população negra e total de gastos em serviços públicos nos municípios paulistas (1910, 1915, 1919, 1927)	p.82
Tabela 7 - Proporção da população negra e total de gastos em serviços públicos nos municípios paulistas (1910, 1915, 1919, 1927)	p.83
Tabela 8 - Mobilização eleitoral para a eleição legislativa federal de 1900 nos municípios de São Paulo.....	p.106
Tabela 9 - Mobilização eleitoral para a eleição legislativa federal de 1906 nos municípios de São Paulo.....	p.107
Tabela 10 - Mobilização eleitoral para a eleição legislativa federal de 1909 nos municípios de São Paulo.....	p.108
Tabela 11 - Mobilização eleitoral para a eleição legislativa federal de 1912 nos municípios de São Paulo.....	p.109
Tabela 12 - Mobilização eleitoral para a eleição legislativa federal de 1927 nos municípios de São Paulo.....	p.111

Sumário

Introdução.....	p.12
1 Escravidão, coronelismo e capacidade fiscal: elites escravistas e captura estatal nos municípios paulistas.....	p. 18
1.1 Introdução.....	p.18
1.2 Capacidade estatal, escravismo e impostos locais.....	p.23
1.3 O contexto histórico.....	p.29
1.4 Dados e especificação do modelo empírico.....	p.37
1.5 Resultados.....	p.41
1.6 Escravidão e gastos educacionais nos municípios paulistas.....	p.47
1.7 Evidências histórico-descritivas e considerações finais.....	p.50
2 Composição racial da população paulista e política de gastos municipais: política racial e serviços públicos no pós-abolição.....	p.56
2.1 Introdução.....	p.56
2.2 Políticas distributivas e efeitos étnico-raciais: revisão da literatura.....	p.56
2.3 Contexto histórico das relações raciais no pós-abolição em São Paulo...	p.61
2.4 Teoria e modelo teórico.....	p.75
2.5 Hipóteses empírica e implicações testáveis.....	p.77
2.6 Resultados.....	p.79
2.7 Discussão e considerações finais.....	p.87
3 Coronelismo e mobilização eleitoral em São Paulo: propriedade da terra, gastos municipais e disputas entre oligarquias.....	p.89
3.1 Introdução.....	p.89
3.2 Coronelismo e política distributiva: a Primeira República brasileira como estudo de caso em política comparada.....	p.92

3.3	Justificativa teórica e hipóteses.....	p.96
3.4	Dados e modelo explicativo.....	p.102
3.5	Resultados.....	p.104
3.6	Conclusões.....	p.112
4	Considerações finais.....	p.114
5	Referências	p.118
6	Anexos das fontes	p. 150

Introdução

A Constituição de 1891 do Brasil inaugura uma série de mudanças institucionais que tiveram influência importante para a estrutura política e econômica posterior do país. A Primeira República brasileira teve entre suas principais alterações institucionais o incremento da descentralização do poder político (Santos, 2013), o fim da exigência de renda para o voto (Carvalho, 2008), a reorganização da estrutura fiscal com vistas a um aumento da capacidade de arrecadação dos estados federados (Costa, 1994), além de novas atribuições de caráter administrativo atribuídas aos governos estaduais para a provisão de serviços públicos (Lessa, 1988; Hochman, 1998). Tais mudanças, apesar de não indicarem de início exatamente o tipo de dinâmica que o sistema federalista iria ter na prática (Arretche, 2005), aumentaram significativamente a importância dos governos formados dentro dos estados, principalmente pelo incremento orçamentário advindo das novas fontes de receita garantidas com a nova Constituição.

As transformações do Estado brasileiro, contudo, não foram uniformes, mas acompanhadas de mudanças importantes relacionadas aos novos processos políticos e econômicos que se operaram no interior dos estados da federação, em especial à influência política dos setores agrário-exportadores da economia (Love, 1982). Além da nova estrutura institucional resultante de um novo arcabouço constitucional, a transição do regime político do Império para a República também foi marcada por outros eventos críticos importantes para os anos vindouros. Para os fins argumentativos desta tese, considerarei como principal evento o longo processo político que culminou com o fim da exploração escravista durante os últimos anos do Império.

Tomando a experiência histórica do estado de São Paulo na Primeira República brasileira como caso, o objetivo desta tese de doutorado será entender como o Estado organizou um dos *locus* privilegiados das explicações sobre a vida política brasileira no período: o município (Leal, 2012). Neste estudo, busca-se compreender o papel desempenhado pelos diversos determinantes da organização das finanças municipais, bem como analisar os fatores que influenciaram as decisões políticas relacionadas às receitas fiscais e aos gastos nas

localidades. Do ponto de vista analítico, essas decisões são entendidas como parte de um contexto de uso da capacidade estatal em arrecadar recursos como forma de ampliar o controle dos instrumentos de exercício do poder político. Ademais, à medida que os governos consolidam sua capacidade em arrecadar impostos, passam a organizar politicamente diferentes estratégias distributivas, além de ter condições de prover serviços públicos de forma mais ampla. Nesse contexto, as perguntas de pesquisa que o estudo de caso propõe são: 1) quais fatores influenciaram as mudanças na capacidade estatal em arrecadar impostos nas localidades; 2) como são determinados e quem se beneficia dos serviços públicos prestados pelos municípios; 3) como o direcionamento de gastos públicos é influenciado por interesses organizados, e como tais grupos são capazes de assegurar a manutenção dos benefícios advindos das decisões políticas sobre a alocação de recursos.

Nesse sentido, o contexto histórico da Primeira República em São Paulo é oportuno para a análise proposta, pois combinou uma diversidade de intervenções políticas que variaram nas municipalidades sob o mesmo arcabouço constitucional. Além disso, as mudanças legislativas realizadas pela Assembleia do estado possibilitaram um incremento na possibilidade de arrecadação fiscal nas municipalidades e uma maior autonomia política para as administrações locais decidirem sobre a alocação de recursos. Ainda assim, mesmo em um contexto histórico de competição política limitada e ênfase econômica na monocultura e exportação de café, foi possível observar variações significativas tanto em termos da arrecadação de recursos em municípios com atributos econômicos equivalentes, quanto no volume de gastos públicos realizados em locais com populações de tamanhos análogos. Essas diferenças sugerem que os interesses e os incentivos das coalizões políticas organizadas em cada localidade eram heterogêneos, e que aspectos particulares das instituições locais poderiam ter afetado os resultados financeiros das municipalidades. Em suma, processos históricos de ascensão fiscal podem permitir, dessa forma, entender como foram organizados benefícios políticos relacionados ao uso de verbas públicas; como novos serviços demandados por parcelas da população foram ou não atendidos; e se investimentos governamentais para atender interesses econômicos e políticos passam a ser contemplados, como gastos em infraestrutura e em empregos na burocracia.

Nessa perspectiva, será enfatizado o papel das elites paulistas, cujas preferências estavam em parte representadas pelo Partido Republicano Paulista (PRP), e se mostraram

favoráveis a uma maior autonomia política e financeira estadual e municipal, com ênfase especial para processos que conduzissem ao aumento da descentralização fiscal (Carvalho, 2003). Paralelamente, as disputas sobre a organização dos governos dentro dos municípios passaram a ocorrer sob as regras estabelecidas por cada estado, sendo que as prerrogativas das administrações municipais ficaram sob a competência do resultado legislativo que promulgou as constituições estaduais. No caso de São Paulo, as atribuições das Câmaras de Vereadores em relação aos recursos financeiros disponíveis e à autonomia política local foram estabelecidas após disputas políticas durante o processo de promulgação da Constituição paulista e, posteriormente, através de legislação ordinária que regulamentou as atribuições municipais pela Assembleia Legislativa do estado.

Chegados a esse ponto, os capítulos a seguir explorarão hipóteses que relacionam as características da organização financeira municipal paulista aos aspectos políticos, institucionais e ideológicos que influenciaram as decisões das elites locais. O processo de construção teórica do estudo buscou em modelos da literatura contemporânea em economia política e política comparada formas de avaliar as evidências empíricas a partir de um conjunto de dados históricos do período tendo, contudo, a preocupação de avaliar contextualmente a validade das proposições formuladas e a complementar com evidências historiográficas as implicações dos modelos explicativos propostos.

Entre as contribuições para o argumento teórico da tese está o tratamento do papel de uma instituição pouco explorada em seus aspectos políticos, qual seja, a escravidão. Como instituição política, argumenta-se que a exploração escravista foi capaz de organizar e estruturar incentivos e interesses das elites políticas paulistas durante o período de sua vigência legal e, teve como consequência, tanto alterações nas formas de distribuição e manutenção do poder político de setores da sociedade em períodos posteriores, como nos incentivos para a ação coletiva das elites escravocratas, além de ter reforçado ideologias raciais capazes de influenciar resultados políticos e econômicos mesmo após a sua abolição.

Contextualizando historicamente, durante as últimas décadas de exploração do trabalho da população escravizada, a província de São Paulo foi a principal importadora do sistema de tráfico interprovincial de mão de obra (Conrad, 1972; Beiguelman, 2005; p. 47; Slenes, 2008). Os senhores de escravos paulistas foram capazes de promover politicamente, até os anos derradeiros do sistema escravocrata, um conjunto de pautas relacionadas à proteção do direito

de propriedade de escravizados; produzindo, assim, esforços legislativos em nome de interesses econômicos que justificavam a continuidade do regime. A elite paulista foi protagonista nas justificativas políticas e econômicas que demandavam a continuidade da posse de escravizados até pelo menos a primeira década do século XX. Membros das elites políticas do estado organizaram grupos de pressão para barganhar por indenizações financeiras maiores, e os municípios paulistas com interesses ligados ao escravismo organizaram movimentos de perseguição política aos grupos abolicionistas. De maneira complementar, nesse mesmo contexto, a perspectiva da ausência de um fluxo contínuo de mão de obra produziu os incentivos necessários para que o governo paulista subsidiasse a imigração de famílias europeias para as lavouras do estado. O debate sobre essa escolha foi, em parte, pautado por considerações sobre as características étnico/raciais dos trabalhadores, pois envolvia formas de inserção populacional em um contexto de trabalho livre e assalariado¹. Doutrinas relacionadas à raça se associaram aos antigos estereótipos raciais que retratavam a população negra como inferior, e, portanto, menos apta a se inserir em um contexto de trabalho livre e assalariado.

Dessa forma, a tese aborda a organização financeira dos interesses municipais como atrelada aos imperativos desse contexto histórico. De forma resumida, os capítulos estão estruturados da seguinte maneira:

O primeiro capítulo demonstra que a capacidade estatal dos municípios paulistas em termos de arrecadação de impostos esteve associada com a prevalência do trabalho escravo nas localidades. Os municípios paulistas onde houve uma maior prevalência de exploração escravocrata arrecadaram em média mais impostos em décadas subsequentes. Ao contrário do que poderíamos esperar se tomássemos apenas o efeito da produção econômica local como

¹ Ver *Anais da Assembleia Provincial de São Paulo*. 6ª Sessão ordinária. 17 de janeiro de 1888. Ordem do dia. p. 32. Durante os debates sobre o projeto de Martinho Prado Jr, que propunha a introdução de 100 mil imigrantes europeus no estado com subsídios governamentais, os deputados da Assembleia promoveram um amplo debate acerca da procedência geográfica dos imigrantes, assim como considerações sobre a raça dos trabalhadores contratados. Enquanto uma parte do debate se concentrava em argumentos que discutiam a inclusão de asiáticos entre os contratados, levando em consideração aspectos racializados de suas características enquanto trabalhadores, outra parte da discussão também levava em conta fatores raciais para vetar a inclusão de cidadãos libertos da escravidão de outros estados do país nas políticas de incentivo para a provisão de mão-de-obra nas lavouras de São Paulo. No transcorrer dos debates, o deputado A. Nogueira apresentou um argumento, não contestado, em que relacionava os trabalhadores nacionais libertos e sua origem racial como incompatíveis com as novas condições de trabalho assalariado e, portanto, inadequados para o trabalho e para o recebimento de subsídios estatais.

explicação para a arrecadação de impostos, a capacidade fiscal dos municípios no pós-abolição não esteve apenas dependente de fatores econômicos, demográficos e geográficos das localidades. Para explicar tais resultados, analiso evidências históricas para argumentar que o aumento da capacidade estatal local teria sido derivado da coordenação de elites econômicas com interesses comuns pela manutenção do escravismo durante o período anterior. Tal proposição teórica encontra suporte em evidências empíricas que indicam que os interesses políticos escravistas nos municípios paulistas se coordenaram como cartéis de elites para controlar governos locais e, assim, favorecer acordos mútuos em que uma maior carga tributária local atendesse às demandas econômicas das elites com interesses agroexportadores. Uma outra implicação significativa é que o aumento observado na arrecadação de impostos pelos municípios, no entanto, não esteve associado com maiores gastos proporcionais em serviços públicos capazes de beneficiar parcelas mais amplas da população. Ao examinar a proporção de gastos públicos municipais destinados à educação, a análise indica que a predominância da escravidão exerceu um efeito negativo sobre a disposição das administrações locais em investir recursos no ensino público.

O segundo capítulo busca relativizar um efeito conhecido pela literatura econômica em relação ao aumento de gastos públicos. De acordo com essa literatura, o crescimento populacional traz consigo uma tendência de aumento de gastos locais. O capítulo, contudo, estima o efeito que a interação entre o efeito populacional e as características étnico-raciais da população dos municípios paulistas tiveram historicamente para o volume de gastos em serviços públicos. A hipótese teórica argumenta que decisões racialmente enviesadas das elites em relação à população afrodescendente teriam afetado o volume de gastos nos municípios. Os resultados da análise empírica apontam que maiores proporções da população afrodescendente nas localidades diminuíram o efeito esperado do crescimento populacional sobre o volume de gastos em serviços públicos. Para explicar os resultados da análise, recorro às evidências históricas da literatura e às narrativas políticas que associam as ideologias raciais oriundas do período de vigência escravista, porém persistentes como influência para a tomada de decisão em termos de provisão de serviços públicos. Além disso, complemento a análise com evidências históricas dentro da legislação aprovada e que visavam atrair e estabelecer imigrantes brancos nas políticas de subsídios do estado. Tais políticas não apenas refletiam a influência de ideologias raciais na preferência por determinados grupos nos contratos de mão-

de-obra assalariada, mas também indicam que a discriminação racial influenciou a alocação de recursos nos municípios paulistas.

No terceiro capítulo, avalio empiricamente uma dimensão clássica da literatura em ciência política que associa gastos públicos à participação eleitoral, para tratar do efeito das finanças municipais sobre a mobilização de eleitores. A partir de dados eleitorais inéditos do período, o capítulo testa hipóteses relacionadas ao fenômeno político mais importante para o entendimento da política municipal nos estudos do período, o coronelismo, e como gastos públicos estavam relacionados com as demandas das elites políticas locais. O argumento do capítulo busca relativizar a historicidade do conceito por meio de evidências que apontam a centralidade do partido político hegemônico, o Partido Republicano Paulista, para as disputas políticas municipais em São Paulo. Isso permitiu teorizar como gastos públicos municipais foram tratados como instrumento político e partidário para a mobilização dos próprios coronéis nos municípios, e não apenas como o monopólio de um coronel que buscava controlar os chamados “eleitores de cabresto”.

Nas considerações finais discuto algumas implicações teóricas relevantes para futuras abordagens da relação entre estudos de casos históricos e hipóteses importantes da literatura em política comparada e economia política. Ao longo da tese, destaco a importância da contextualização histórica e da análise de fatores institucionais do passado que influenciaram a ação política em nível local em períodos posteriores. Além disso, a abordagem utilizada sugere a importância de não apenas se considerarem a formação de incentivos e interesses das elites paulistas, mas também de concepções ideológicas, por meio da análise da relação entre instituições políticas históricas e a organização das finanças públicas na formação de políticas.

CAPÍTULO 1

Escravidão, coronelismo e capacidade fiscal: elites escravistas e captura estatal nos municípios paulistas

“os fazendeiros paulistas reprovavam a conduta dos colegas que se associavam aos ideais abolicionistas e tomavam medidas concretas para libertar seus escravos. Incriminavam-nos como ‘traidores e exemplos perigosos’.” Florestan Fernandes e Roger Bastide. Brancos e negros em São Paulo (p. 115).

1.1 Introdução

O Brasil foi o maior país escravocrata das Américas.² Por mais de três séculos a organização econômica do país dependeu da exploração do trabalho de populações africanas e indígenas escravizadas e de muitos de seus descendentes.³ Com a independência política do país em 1822, muitas decisões políticas relacionadas à formação do novo Estado estiveram

² A afirmação trata da maior parte do período em que houve escravidão nas Américas. De acordo com as estimativas de Klein e Vinson (1986, p. 81), o Brasil inicia o século XIX com aproximadamente 1 milhão de escravizados, o que o tornava o território com a maior concentração de escravidão negra nas Américas até então. Os mesmos autores estimaram que a população negra livre durante o mesmo período chegou a meio milhão, também a maior população de afrodescendentes do continente. Além disso, o conjunto dos dados levantados pela reunião de estimativas internacionais em relação ao tráfico de escravizados do continente africano, sumarizadas em estudos como o levantamento do *Transatlantic Slave Trade Database: Voyages*, www.slavevoyages.org, apontam como o território da América portuguesa e do Brasil independente foi, em números absolutos, o que mais recebeu escravizados africanos, com registros que indicam um total de 5.848.266. Entre as décadas de 20 e 60 do XIX, no entanto, a população escravizada do sul dos Estados Unidos explodiu e chegou a 3.9 milhões de acordo com o censo americano de 1860, pouco antes da emancipação em 1863 (*Historical Statistics of the United States*, 1970). O Brasil permaneceu como país escravocrata por mais 25 anos em relação aos Estados Unidos, tendo em 1872 um total de 1.510.806 escravizados de acordo com os dados do censo de 1872.

³ A literatura é bastante extensa em relação à centralidade econômica da exploração escravista, sendo que a menção aos três primeiros séculos remete a Caio Prado Jr (2011, p. 32). Celso Furtado (2007, p.198) afirma que a abolição obedeceu mais a incentivos políticos que econômicos, já que ainda prevalecia a ideia do escravo como “riqueza” ao final do século XIX. Como exemplos é possível citar - para a economia colonial em seu ciclo exploração açucareira e de escravidão indígena - os trabalhos de Schwartz (1985; 2001); Luna e Costa (1982) e Luna e Can (1983) tratam da economia de Minas Gerais ao longo do período de centralidade da exploração mineral no século XVIII; e, entre outros, Carvalho de Mello (1977), Luna e Klein (2003) e José Flávio Motta (1999) para a economia cafeeira do XIX.

baseadas em elementos relacionados com a manutenção da instituição escravista, tais como a viabilização do comércio interno e transoceânico de seres humanos e o controle político da resistência das populações escravizadas (Alencastro, 2000; Reis e Gomes, 2021). De acordo com Alonso (2015, pp. 341-347), entre os anos de 1887 e 1888, a maior concentração de forças políticas em torno da pauta abolicionista, os movimentos de fuga em massa da população escravizada e o enfraquecimento político da coalizão que advogava pela manutenção por mais tempo da instituição escravista, permitiram as mudanças necessárias na balança de poder capazes de avançar a legislação para a abolição total do regime escravocrata.⁴ Este capítulo busca entender como a instituição da escravidão atuou como elemento relevante para a organização do Estado brasileiro republicano, e conseqüentemente, como um possível fator chave em explicações sobre a prática política e as instituições políticas representativas mesmo após a emancipação da população escravizada.

Incontáveis pesquisas dentro das mais variadas disciplinas das ciências humanas e sociais brasileiras, além de uma vasta tradição de trabalhos historiográficos, se especializaram em estudos sobre a escravidão em seus diversos períodos históricos. Ao contrário da literatura internacional na área de ciência política e economia política que tem considerado a instituição do escravismo como fator explicativo importante para resultados econômicos e políticos (Williams, 1994; Engerman & Sokoloff, 1997; Nunn, 2008; Nunn & Wantchekon, 2011; Acemoglu, Jimeno & Robinson, 2012; Acharya, Blackwell & Sen, 2016; 2018; Suryanarayan & White, 2021), a ciência política brasileira tem dado pouca atenção aos possíveis efeitos da escravidão sobre resultados políticos, econômicos e sociais. Seria de se esperar, contudo, que uma das instituições históricas mais longevas tenha efetivamente alterado de alguma forma os caminhos do desenvolvimento do Estado e de suas instituições políticas.

O presente estudo pretende contribuir para tal entendimento. De maneira específica, sob a perspectiva da formação do Estado, pretende-se aqui tratar dos possíveis efeitos do escravismo sobre o desenvolvimento das finanças públicas, um dos aspectos centrais da organização estatal (Schumpeter, 1918; Tilly, 1975; North, 1981; Levi, 1988; Lieberman, 2003). Como parte da estruturação das instituições políticas sob a perspectiva da formação do

⁴ Apenas como ponderação para a continuidade do capítulo que trata do caso específico de São Paulo, que a solução política paulista não era a de uma abolição total, mas gradual no território nacional. De acordo com Alonso (2015; p. 349), o presidente de São Paulo “propôs a Cotegipe uma solução provincial para a crise nacional: abolir gradualmente, província por província”.

Estado, parto da constatação consagrada pela literatura na área de *state building* que considera a estrutura fiscal e a organização das finanças públicas como uma porta de entrada privilegiada para o entendimento de conflitos e/ou acordos em torno de instituições políticas e econômicas (Schumpeter, 1918; Acemoglu, 2005; Besley & Persson, 2009).

Tendo como base tais premissas, o presente capítulo estimará os efeitos que a escravidão - medida a partir da variação de intensidade na exploração do trabalho escravo no nível local - teve para as finanças públicas municipais em São Paulo no pós-abolição. Em estudos anteriores de mesmo recorte histórico, principalmente em análises de história econômica, os resultados foram inconclusivos sobre a correlação entre a escravidão e os resultados econômicos no estado de São Paulo no longo prazo (Summerhill, 2012), ou para a análise de alguns anos específicos (Papadia, 2017). Este estudo terá como base um banco de dados das finanças históricas dos municípios paulistas com todas as informações públicas disponíveis para as quatro primeiras décadas da Primeira República brasileira. Tal conjunto de informações coincide com o período de descentralização tributária inaugurado pela Constituição de 1891, cujos resultados foram analisados a partir de uma nova teorização sobre como os mecanismos políticos associados com a instituição escravista afetariam os resultados financeiros dos municípios.

O foco da análise está centrado em dados das municipalidades do estado de São Paulo. Na ciência política brasileira, a ideia de um município com capacidade financeira limitada e dependente de outras esferas de governo tem sido um foco importante para a compreensão da política brasileira desde o clássico de Nunes Leal (2012 [1948]). Essa caracterização dos municípios é um dos fundamentos do conceito político de coronelismo discutido por Leal⁵. No entanto, como procuro demonstrar, essa conceitualização tende a ignorar as variações municipais em termos de capacidade fiscal e, conseqüentemente, estatal. Ademais, cabe enfatizar que as características institucionais do passado - como o escravismo e a hierarquia de poder político e econômico a ele relacionado -⁶ não foram consideradas pela literatura como

⁵ A ideia de que o coronelismo se organizou como um conceito político parte da análise de José Murilo de Carvalho no prefácio à sétima edição da obra (Leal, 2012; p. 10). O conceito, para Carvalho, deve ser entendido como parte de um sistema mais amplo de relações de poder a partir da centralidade do município.

⁶ Trato aqui a ideia de hierarquia entre indivíduos mediada pela instituição da escravidão, tal como definida por Engerman (2003), caracterizada como uma das formas mais extremas de exploração, dominação e dependência entre indivíduos. Nela, pessoas podem ser compradas e vendidas, e estão legalmente submetidas ao controle de

capazes de produzir efeitos sobre as instituições políticas locais e permaneceram como um possível fator explicativo oculto para os resultados políticos, ao menos no curto e médio prazo.

Os testes empíricos realizados estimaram tais efeitos a partir de informações sobre a intensidade de exploração escravista em São Paulo, tendo como base de dados o *Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872*. Estratégias adotadas em estudos anteriores permitiram relacionar as áreas geográficas municipais do século XIX com os municípios e suas finanças públicas após a abolição do escravismo (Eustáquio, Pimentel e Alvarenga, 2013). O resultado da análise para os dados municipais, em diferentes décadas, encontrou uma tendência de associação positiva entre a intensidade da exploração escravista e um incremento na capacidade de arrecadação fiscal dos municípios, mesmo após o confronto com outros fatores importantes que explicariam o aumento da arrecadação de impostos.

Importante ponderar que, do ponto de vista analítico, São Paulo se mostra particularmente relevante quando se considera a variação interna entre seus municípios e regiões, tanto em relação à exploração do trabalho da população escravizada (Luna e Klein, 2010) quanto em relação à arrecadação de impostos per capita (Hanley, 2018). No âmbito histórico, São Paulo se destacou, como já relatado pela literatura, como o principal destino do tráfico interno de escravizados durante a segunda metade do século XIX, principalmente para as zonas de produção agrícola do café (Conrad, 1972; Slenes, 1976; Motta, 2012). Mesmo não sendo o estado com mais escravizados no Brasil em termos proporcionais⁷, o atendimento da demanda por mão de obra para a expansão da fronteira agrícola produtora de café para exportação esteve associado à organização de interesses políticos e pressões legislativas em prol da manutenção do escravismo (Conrad, 1972; Carvalho, 2003). Tais pressões políticas se refletiram na oposição de representantes da lavoura paulista às leis que flexibilizariam formas de exploração, como bem demonstra a oposição à lei do Ventre Livre (Lei nº 2.040/1871) (Conrad, 1972; Beiguelman, 2004; Miranda, 2019), que previa a libertação dos filhos de

onde e de como viver, além de coercitivamente terem seu trabalho explorado com o aval de instituições do estado ou pelo controle de um cartel de elites.

⁷ De acordo com o Censo de 1872, em termos proporcionais, São Paulo apenas perdia para o Rio de Janeiro em proporção de escravizados, com 18,7% de sua população total cativa. O Rio de Janeiro tinha 37,7%, Minas Gerais 18,1% e a Bahia 12%. Apesar dos números próximos em relação a Minas Gerais, quando tomamos como comparação o impacto da escravidão sobre a população classificada no censo como preta e parda, São Paulo tinha 43% da sua população negra (pretos e pardos) em condição de escravidão, enquanto Minas Gerais tinha 31% e a Bahia 16%. A maioria da população negra do Rio de Janeiro estava escravizada em 1872, com aproximadamente 62%. A média da população escravizada do país era de 15%, sendo 26% da população negra.

escravizados nascidos a partir daquela data, mas mantinha a escravidão como regime de trabalho até que os escravizados atingissem a idade de 21 anos. A mesma oposição também por parte de políticos dos municípios paulistas se manifestou contra a Lei dos Sexagenários (Lei Saraiva-Cotegipe, nº 3.270/1885), que previa a libertação dos escravizados com mais de 60 anos de idade (Godoy, 1875).

Após a abolição da escravatura, o estado de São Paulo emerge como o principal produtor nacional e mundial de café. Essa crescente importância econômica se refletiu em um maior protagonismo político durante o regime republicano inaugurado em 1889, além de uma crescente participação governamental no atendimento das novas demandas produtivas locais como, por exemplo, nos acordos políticos para o subsídio estatal do provimento de mão de obra advinda com a imigração europeia (Love, 1980; Holloway, 1980).

Os resultados empíricos do capítulo demonstram que os municípios com maior concentração de escravizados em 1872 possuíram, em média, uma maior arrecadação fiscal em décadas posteriores. Busco demonstrar que tal resultado permanece robusto diante de uma variedade de fatores, incluindo as condições econômicas, demográficas e geográficas dos municípios.

Para explicar os resultados retomo modelos da economia política do desenvolvimento de sistemas fiscais e da formação estatal, para argumentar que a escravidão teria sido um elemento agregador de preferências entre as elites locais e, assim, capaz de viabilizar acordos em torno do controle político municipal e dos níveis de taxaço adequados para o retorno econômico de seus investimentos agrícolas no longo prazo. O capítulo aponta evidências com base em narrativas históricas capazes de sustentar tal hipótese para o mecanismo da relação encontrada.

O capítulo está organizado em cinco tópicos. No primeiro, introduzo a hipótese teórica tendo como base as evidências da historiografia que tratam da importância da escravidão no nível local para a formação de coalizões políticas que tinham como objetivo atingir os interesses econômicos das elites, principalmente através de um maior controle da política municipal. No segundo tópico, trato dos principais aspectos da mudança das finanças dos municípios na transição do Império para a Primeira República. O objetivo é demonstrar como, mesmo sob certas limitações, as novas constituições federal e estadual abriram as portas para uma maior autonomia municipal regular os níveis de taxaço local e como os municípios

Paulistas possuíam uma variação importante nesses níveis. No terceiro tópico, explico os dados e estimo o efeito dos níveis de escravidão das localidades sobre os níveis de taxaço dos municípios. A análise buscou identificar um efeito independente estatisticamente significativo da intensidade da exploração escravista sobre o aumento dos níveis de arrecadação de impostos nos municípios, mesmo após controlarmos por outros fatores econômicos e geográficos que poderiam afetar a capacidade de arrecadação local. Em um quarto tópico, analiso uma implicação empírica complementar do mecanismo teorizado e estimo o efeito da exploração escravista sobre a proporção de gastos realizados sobre um item orçamentário com menor relevância para os interesses econômicos das elites agrárias – a educação pública. Os resultados empíricos apontam um efeito negativo para a relação entre os níveis de exploração escravista e a proporção de gastos em educação, ou seja, os municípios que tiveram maior exploração escravista tenderam a gastar uma parcela menor de seus orçamentos no ensino público após a abolição.

Na parte final, complemento o argumento com elementos adicionais de fontes descritivas do período e de pesquisas historiográficas relacionadas ao contexto específico do período. O objetivo é apontar, tendo como base as evidências históricas, a plausibilidade do mecanismo explicativo teorizado em relação ao comportamento das elites paulistas do período.

1.2 Capacidade estatal, escravismo e impostos locais

A história do desenvolvimento dos Estados e de suas capacidades esteve historicamente relacionada com a capacidade de taxar localidades (Lieberman, 2003, p. 6; Besley & Persson, 2009). Importante notar como essa capacidade foi principalmente estudada quando se analisam as variações entre países (Tilly, 1990; Lieberman, 2003). A habilidade em taxar tem sido considerada pela literatura como um pré-requisito das formas de governança, e em alguns casos, a própria definição de *Estado* se relaciona com o poder de taxar os cidadãos em uma determinada área geográfica (North, 1982, p. 21). Lieberman (2003, p. 7), em uma comparação entre Brasil e África do Sul, tratou dessa variação distinguindo esses dois países e, assim, buscou explicar a forma como cada Estado se desenvolveu e se organizou a partir da capacidade

em taxar grupos econômicos privilegiados. Segundo o autor, sociedades cujo poder se encontra concentrado nas mãos de grupos que retêm a riqueza social podem costurar acordos distintos sobre a forma de organizar seus sistemas tributários. Lieberman explicou as diferenças das escolhas institucionais entre os sistemas tributários de Brasil e África do Sul com base em coalizões formadas a partir de acordos em torno de elementos que unificariam preferências distintas, como foi o caso do regionalismo para o caso brasileiro e das questões raciais para o sul-africano. Tais acordos possibilitaram políticas institucionais para a organização dos sistemas tributários e tenderam a se manter no tempo mesmo após mudanças políticas posteriores. Estes elementos explicariam padrões diferenciados nas escolhas dos sistemas tributários, pois agregariam preferências e organizariam acordos entre os atores políticos principais em momentos fundantes da organização estatal.

Sendo assim, questões importantes da literatura sobre ação coletiva e cooperação são particularmente interessantes quando se analisa a capacidade estatal em cobrar impostos. Taxar, nesse sentido, seria o resultado de um arranjo essencialmente político (Bates, 1989, p. 479), e para os países europeus, o desenvolvimento da capacidade estatal por meio dos impostos teve como elemento de coordenação as respostas às necessidades das guerras (Tilly, 1990).

Tomando como base os modelos que enfatizam as formas como acordos políticos organizam as bases institucionais da economia (Acemoglu, 2005; Besley & Persson, 2009), a teorização aqui proposta segue o caminho traçado por Lieberman (2003) em relação às escolhas institucionais, agregando, porém, pressupostos do modelo de Acemoglu (2005) em relação ao comportamento das elites. Por um lado, o modelo de Acemoglu trata de acordos sobre o aumento da taxa em regimes não democráticos como uma maneira de maximizar os retornos econômicos dos investimentos das elites, principalmente através de incrementos na capacidade estatal. Como implicação do modelo do autor, a escolha por determinadas formas de gastos públicos seria destinada a serviços públicos voltados às demandas da própria elite. Por outro lado, em complemento ao modelo de Besley & Persson (2009) - que trata da forma como certas instituições foram capazes de induzir o apoio ao desenvolvimento fiscal - busca-se testar a hipótese de que a escravidão seria um elemento institucional capaz de agrupar interesses comuns das elites em torno dos níveis de taxa adequados aos seus retornos econômicos. Em tal modelo, elementos de interesse comum das elites seriam suficientes para unir esses grupos

em torno de um aumento da taxaço com vistas a uma melhoria da capacidade estatal, como teria sido também, por exemplo, o caso dos interesses ameaçados por guerras que exigiram esforços fiscais em comum por parte das elites europeias, tal qual analisados pela da sociologia histórica de Charles Tilly (1990).

A partir de tais contribui es teóricas, pretende-se tomar o escravismo e seus interesses econômicos e políticos durante a última metade do XIX em São Paulo como fatores explicativos para o acordo entre elites em torno da capacidade estatal no nível local. A intensidade da escravidão nos municípios seria capaz de explicar uma coordena o maior entre elites no nível local e, conseqüentemente, um maior esforço para que os níveis de taxaço fossem adequados para o retorno econômico de setores dinâmicos da agricultura exportadora. Do ponto de vista da política nacional, como já apontou José Murilo de Carvalho (2003), os interesses econômicos das elites agrícolas escravocratas paulistas e de outros estados exportadores se coordenaram como grupos de interesse dentro do Congresso durante o período imperial. Historicamente, não apenas como oposi o   lei do Ventre Livre (cujo resultado lobista foi malsucedido), mas durante boa parte do período final do Império, tais interesses se articularam para evitar a taxaço de escravizados pelo governo central e a diminui o do fluxo de comércio de viventes entre os estados brasileiros (Motta, 2012).

Do ponto de vista de contribui es anteriores, tal hipótese já se encontra formulada em narrativas históricas do período sem, no entanto, testes empíricos mais sistemáticos sobre a sua validade. Em estudo importante da ciência política brasileira do período, Beiguelman (1973) identificou dois fatores centrais para a explica o das hipóteses aqui descritas: os interesses dos escravocratas paulistas do período de expansão cafeeira da segunda metade do XIX estariam identificados com setores dinâmicos e capitalizados da agricultura exportadora de café; e, conseqüentemente, formas de coordena o política no nível municipal se organizaram para viabilizar e manter a escravidão pelo maior tempo possível, com vistas a garantir o retorno do capital investido na mão de obra. Além disso, dessa vez como tratado por José Murilo de Carvalho (2003), escravizados também seriam a principal garantia bancária para empréstimos durante a segunda metade do século XIX, o que seria extremamente crítico e relevante para os investimentos da expansão da fronteira agrícola.

Nesse sentido, avento a hipótese de que os interesses escravocratas se coordenavam de modo similar a um cartel de firmas que dominavam politicamente diversos municípios, com

vistas a manter e melhorar as condições da produção exportadora dentro de suas regiões (Tirole, 1988). A principal implicação empírica de tal hipótese seria a de que a coordenação das elites com interesse na manutenção do escravismo nos municípios teria permitido a viabilização política de seus objetivos econômicos por meio do aumento da capacidade de investimento das administrações locais, cujo resultado prático poderia ser observado pelo aumento dos níveis de taxaço municipal. Dessa forma, interesses políticos que tinham como base a instituição da escravidão reforçariam o controle político das administrações e finanças municipais, cujo resultado em termos de utilização dos recursos públicos seria direcionado para uma melhora dos retornos econômicos da assim chamada grande “empresa” exportadora.

Importante ressaltar que, segundo a hipótese aqui formulada, o aumento da capacidade estatal em municípios escravocratas não atenderia ao tipo de incentivo e demanda mais clássica da literatura em economia e ciência política, qual seja, a de que a população emancipada após o processo de abolição da escravatura teria formado uma nova demanda organizada em nível eleitoral, como observado no sul dos Estados Unidos por Suryanarayan e White (2021).⁸ Na explicação aqui proposta para o caso brasileiro, a intensidade da exploração escravista no nível local teria sido causa do aumento da captura estatal e do aumento do controle político das finanças públicas no nível local. Ou seja, quanto maior a dependência local em relação ao escravismo, maiores seriam os interesses compartilhados pelas elites escravistas locais, e maior a probabilidade de coordenarem suas ações para utilizar o poder político sobre a administração municipal, visando obter melhores retornos econômicos de seus investimentos.

Dessa forma, e de acordo com as evidências históricas do argumento, o empreendimento escravista nos setores economicamente mais dinâmicos da fronteira do café teria tido uma capacidade de mobilização e coordenação política maior que em outras regiões do país e do próprio estado, representado principalmente pela formação dos chamados Clubes da Lavoura (Pang, 1981). De acordo com as evidências históricas de Pang (1981), tais grupos

⁸ Os modelos da literatura relacionam, de maneira geral, o aumento da capacidade estatal e dos níveis de taxaço ao processo de democratização, pois as preferências distributivas se associariam a um eleitor mediano mais pobre e favorável a formas de redistribuição de recursos (Romer, 1975). O trabalho de Suryanarayan & White (2021) encontra uma associação entre maior capacidade estatal e escravidão apenas durante o curto período de maior democratização do sul norte-americano da chamada Reconstrução no pós-guerra civil. O achado dos autores confirma o efeito do aumento substancial da participação política da população negra no pós-emancipação, algo enfatizado também em outros trabalhos sobre a curta atuação do partido republicano no Sul como Aldrich & Griffin (2018). A tendência se inverte quando as forças políticas associadas à minoria branca retomam o poder e passam a restringir a capacidade de arrecadação de impostos (Suryanarayan & White, 2021).

mobilizavam politicamente elites rurais cuja produção se valia amplamente do uso da mão de obra escravizada e teriam sido importantes para a continuidade do escravismo por um período maior na história do país. De forma concreta, tais interesses foram responsáveis por uma série de garantias econômicas e formas de indenização após o fim do escravismo e, posteriormente, pela viabilização das condições necessárias para aumentar o fluxo de mão de obra imigrante. Tal coordenação seria reforçada pela necessidade política de manutenção desses interesses diante das pressões abolicionistas mais urgentes e de setores menos dinâmicos, que já obtinham menos retorno do investimento em escravizados.

Em resumo, as explicações anteriores para o fenômeno do aumento da capacidade de arrecadação fiscal na ciência política possuem um certo consenso, pois encontram resultados positivos para os modelos que associam a maior capacidade fiscal à expansão do sufrágio e ao aumento da liberdade dos eleitores (Romer, 1975; Meltzer & Richard, 1981). No entanto, o caso do Brasil do pós-abolição, conforme retratado por vasta literatura, não parece adequar-se a esses modelos, pois nem a dinâmica política da Primeira República (Leal, 1973; Ricci e Zulini, 2014) nem a transição do Império para um novo regime político em 1889 resultaram em maior participação democrática. A teoria aqui proposta se baseia em modelos que associam o aumento da capacidade estatal e de arrecadação de impostos a um domínio político autoritário no nível local e ao controle da vontade dos eleitores (Acemoglu, 2005). Essa forma de captura política por parte das elites, no caso brasileiro, também complementa aspectos da formulação de Nunes Leal (1974) para o período, segundo a qual os coronéis locais monopolizavam o controle de serviços públicos importantes para suas atividades econômicas. De acordo com a hipótese aqui formulada, o investimento maior ou menor na escravidão teria sido capaz de garantir acordos em torno dos níveis de taxação local, o que, do ponto de vista da teoria institucional, teria o potencial de se perpetuar no tempo por garantir benefícios aos atores envolvidos em etapas posteriores (Lieberman, 2003).

Portanto, do ponto de vista empírico, a principal implicação observável seria a de que o grau de intensidade do escravismo no nível local estaria associado com uma maior capacidade estatal em termos de arrecadação de impostos municipais, inclusive no longo prazo. Ao assumir que tais acordos seriam organizados no nível político e institucional da política municipal, tal forma de governança teria o potencial de se manter mesmo após a abolição do regime escravocrata. Sob a perspectiva econômica, essa hipótese é verossímil, uma vez que acordos

firmados para a viabilidade econômica de certos investimentos tendem a permanecer estáveis ao longo do tempo e diminuir custos de transação, tal qual formulado pela teoria econômica dos contratos (Williamson, 1979).

Outra implicação empírica testável das formulações anteriores é a de que, como resultado da captura estatal advinda dos interesses em comum da exploração escravista, a proporção de gastos públicos destinados a serviços menos associados diretamente com o trabalho em atividades agrícolas seria prejudicada. Em outras palavras, a hipótese é que os municípios com forte presença da escravidão estariam mais propensos a direcionar os gastos públicos para serviços que beneficiam diretamente a atividade agrícola e, conseqüentemente, a elite escravista local. Por outro lado, serviços públicos como a educação, que não tinham relação direta com a produção agrícola, seriam negligenciados. Assim, a hipótese é que em termos proporcionais, os municípios com maior exploração escravista teriam uma probabilidade menor de privilegiar gastos relacionados com serviços públicos mais amplos para a população, como a educação pública. Essa hipótese será testada como evidência adicional à teoria proposta nesse estudo.

Podemos resumir as etapas do modelo explicativo dessa forma:

Etapas da explicação:

Intensidade da exploração escravista (+) → interesses econômicos e políticos em comum → coordenação entre elites → captura estatal → probabilidade de uma maior taxa para o atendimento das demandas das elites (+) → maiores retornos dos investimentos

E as implicações observáveis em hipóteses empíricas dessa forma:

Hipótese 1: Os municípios com maior exploração escravista no nível local teriam maiores níveis de arrecadação de impostos em comparação aos municípios com menos escravizados após o fim da escravidão;

Hipótese 2: Maiores níveis de arrecadação de impostos teriam o potencial de se manter no tempo nos municípios que tiveram maior intensidade de exploração escravocrata no passado, mesmo considerando o efeito dos níveis de produção econômica local e o tamanho da população. A hipótese sugere que os acordos de governança política firmados no passado teriam sido capazes de se perpetuar no tempo;

Hipótese 3: Uma maior exploração escravista no nível local prejudicaria a proporção dos gastos em serviços públicos mais amplos em um período posterior, como é o caso da educação pública, quando comparados com municípios com menos exploração escravista.

1.3 O contexto histórico

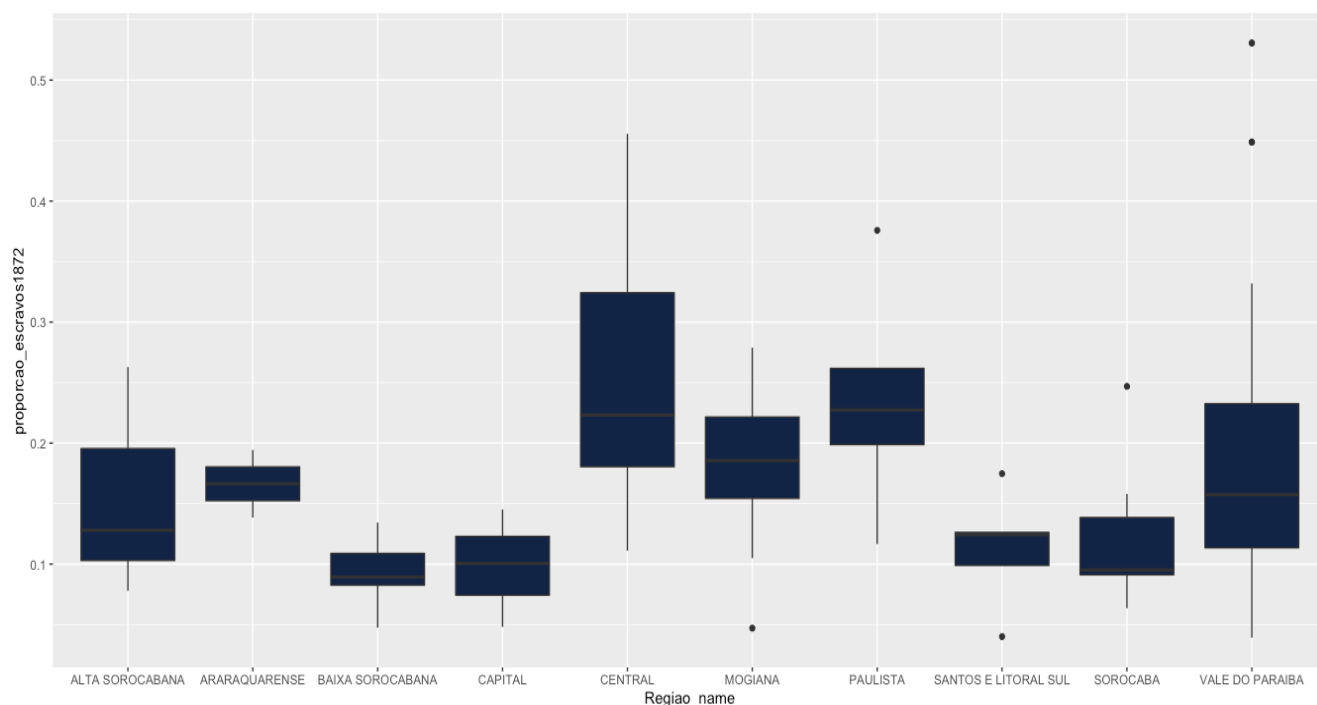
Do ponto de vista do contexto histórico - ao contrário da tendência do que já acontecia nacionalmente ou até mesmo internacionalmente em termos da demanda por mão de obra na segunda metade do século XIX - São Paulo se destacou como um polo crescente de demanda pela exploração do trabalho de escravizados. De acordo com Viotti da Costa (1989; p.93), a expansão cafeeira em São Paulo foi acompanhada pela “onda negra da escravidão”. De fato, a crescente demanda por mão de obra da fronteira cafeeira paulista alterou o cenário da exploração escravista no estado, o que tornou os interesses econômicos e políticos de diversos municípios paulistas organizados em torno da manutenção da escravidão (Beiguelman, 1973). A escravidão nas lavouras de café era considerada essencial para a continuidade da atividade exportadora por muitos produtores. Dessa forma, por exemplo, tanto a oposição de lideranças políticas paulistas à Lei do Ventre Livre, quanto a perseguição política a membros do movimento abolicionista foram bastante comuns no estado (Beiguelman, 1973; Parron, 2015; Miranda, 2019; Alonso, 2015).

Também cabe notar que o escravismo não esteve restrito às zonas mais tradicionais de cultivo do café, como o Vale do Paraíba. O movimento de crescimento da exploração acompanhou a expansão da lavoura na província a partir, principalmente, das primeiras zonas de cultivo no Oeste (como a Mogiana e Paulista) até partes do estado como o Oeste Novo e a

região noroeste, que coincide com as regiões Araraquarense e da Alta Sorocabana. Em relação aos efeitos da cafeicultura sobre o tráfico interno, ainda durante o Império, Luna (1993) em estudo sobre o município de Areias, destaca como a expansão cafeeira do Vale do Paraíba aumentou substancialmente o volume de recursos disponíveis na região e, conseqüentemente, o número de escravos nos municípios próximos. Portanto, tanto em relação ao número de escravizados brasileiros importados de outras regiões quanto pelo incremento do tráfico pelo porto de Santos, a expansão cafeeira foi fundamental para o crescimento da exploração escravista em várias regiões da província de São Paulo (Luna, 2009; Luna e Klein, 2009; Motta, 2012).

A figura abaixo (Figura 1) demonstra que, em média, a proporção de escravizados já era maior em regiões de expansão cafeeira mais dinâmica, como a região Central e a Mogiana, e com médias maiores que regiões tradicionalmente conhecidas pela forte exploração de trabalho escravo em outros períodos, como é o caso do Vale do Paraíba.

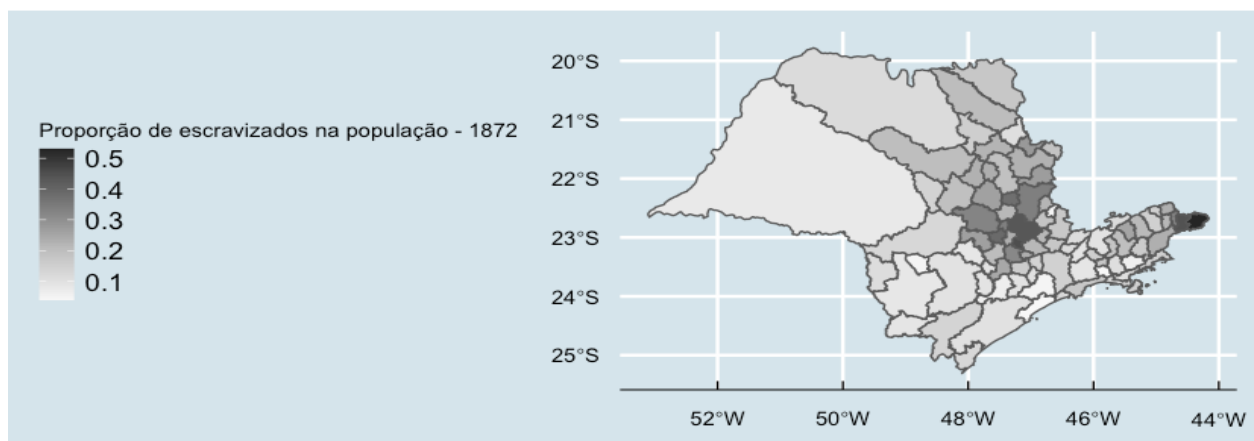
Figura 1: Proporção de escravizados por municípios nas regiões históricas do estado de São Paulo (1872)



Fonte: Censo de 1872

Os dados apresentados reforçam o argumento já indicado por Gorender (1974), de que existe uma contradição entre o dinamismo do “Oeste Paulista” e sua importância como berço da acumulação capitalista brasileira, mas que na verdade, fez uso intenso do trabalho da população escravizada para garantir a sua expansão. De fato, as estimativas de Mello (1977) demonstram que a lucratividade e as taxas de retorno da exploração da mão de obra escravizada continuavam a manter esse investimento atrativo para os setores em expansão da agricultura exportadora. Nesse sentido, a distribuição geográfica da escravidão acompanhou a própria expansão do complexo agroexportador e apresentou variações municipais importantes no estado de São Paulo, como pode ser ilustrado pelo mapa abaixo.

Figura 2: Mapa da distribuição da população escravizada nos municípios paulistas (1872)



Fonte: Censo 1872

Os dados do mapa acima ilustram a primeira “matrícula geral” de escravizados do Império, realizada em 1872. Segundo o levantamento de Godoy (1875; p.46), citado por Lamounier (2006), a província de São Paulo possuía cerca de 837.354 habitantes em meados

de 1870, sendo que 18,7% da população era composta por escravizados. No entanto, essa proporção variava significativamente entre os municípios, com alguns apresentando menos de 3% de escravizados e outros com mais de 50% da população sendo cativa. A população de escravizados em São Paulo estava empregada majoritariamente nos trabalhos agrícolas, origem da demanda principal do tráfico interprovincial no período. Mesmo ao final do período da escravidão em 1888, dos 107.329 escravos presentes na província 95.782 estavam empregados em atividades agrícolas, representando 89% do total (Vangelista, 1991; p. 39).

Com as mudanças político institucionais - advindas pela conjunção da abolição da escravatura e a inauguração de um novo regime após a Proclamação da República - diversas consequências políticas para os regimes municipais operaram em conjunção com a nova estrutura de receitas tributárias dos municípios paulistas. Não teria sido por acaso, portanto, que as elites que organizaram o Partido Republicano Paulista (PRP) tinham entre suas principais bandeiras políticas a maior autonomia política estadual e municipal, também acompanhada pela descentralização fiscal (Carvalho, 2003).

A promulgação da constituição paulista foi um dos focos das mudanças em relação aos municípios, e teve duas fases até o resultado organizado em seus artigos em 1891. Durante o ano de 1890, o governador Jorge Tibiriçá organiza um texto que teve vida curta e viria a ser recusado pelas casas legislativas, que optaram por uma Assembleia Constituinte para o estado. As duas Constituições estaduais revelam diferenças importantes, principalmente em relação ao papel dos municípios, o que evidencia a disputa de dois projetos acerca da autonomia dos municípios. A principal diferença entre os dois textos é que, seguindo o espírito municipalista de diversos setores das elites paulistas do período, o texto atribuído ao governador Jorge Tibiriçá conferia constitucionalmente autonomia administrativa e financeira para os municípios nos artigos 57 e 58, não garantindo, porém, autonomia política através da garantia de eleições locais. O texto resultante da constituinte de 1891, pelo contrário, retirou o artigo das garantias de autonomia financeira dos municípios paulistas, e garantiu eleições e autonomia política para a formação das câmaras municipais.

Tal resultado à primeira vista, revelaria uma contradição em relação às demandas por maior autonomia financeira dos municípios. No entanto, como revelado por pesquisa realizada com as leis aprovadas no período, a leitura apenas constitucional das atribuições municipais não fornece esclarecimentos sobre quais seriam as atribuições legais dos municípios paulistas

até então. Interpretações focadas apenas nas regras constitucionais tenderiam a subestimar o papel dos municípios em São Paulo.

Com a aprovação da lei ordinária N° 16 de 13 de novembro de 1891, o legislativo estadual estabeleceu uma série de prerrogativas fundamentais para a autonomia financeira das administrações locais e organizou instituições próprias aos municípios paulistas, principalmente em seus aspectos políticos, administrativos e econômicos. A lei estabeleceu plena autonomia administrativa no plano municipal, garantiu a eleição dos vereadores para as Câmaras Municipais, o número mínimo e máximo de vereadores por município, um Presidente e um Vice-Presidente eleitos indiretamente pelas Câmaras entre os membros do Legislativo. A lei paulista também estabeleceu autonomia local para o estabelecimento dos regimes tributários em determinados setores, sendo os principais os impostos sobre indústrias, profissões e o imposto predial.

Tal regime tributário não diferenciaria os municípios paulistas em relação à arrecadação de outros municípios brasileiros não fosse a inclusão fundamental do inciso 3° do artigo 38, que estabeleceu impostos *“sobre os productos do municipio que não se destinarem á exportação, e sobre o café de producção do municipio, ainda que destinado á exportação, comtando que o imposto neste caso não exceda de quarenta réis por quinze Kilogrammas”* (grafia da época). Mais uma vez, importante ressaltar que a possibilidade de taxação da produção local e da produção de exportação do café municipal representaria uma diferença importante para a arrecadação dos municípios paulistas produtores, principalmente em relação ao conjunto dos municípios brasileiros.⁹

Ao realizar comparação entre unidades da federação, estudos já demonstram que tal diferença representada pelo café para a arrecadação fiscal teve consequências importantes para diferenças nos gastos em educação entre os diferentes estados brasileiros (Martinez Fisher et al., 2010). Posto isto, os municípios paulistas poderiam utilizar sua arrecadação para financiar, de acordo com o inciso 4° da mesma lei, os seguintes serviços públicos: *“serviços de iluminação, agua, esgotos, abertura, calçamento e reparação de ruas e praças, estradas vicinaes, pontes e viaductos, hygiene e embellezamento das povoações, bem como á policia, assistencia e instrucção publica no municipio.”*

⁹ Viscardi (1995) observou a mesma tendência de apoio à autonomia financeira e política entre os deputados federais eleitos pelas regiões cafeeiras de Minas Gerais.

É bom ressaltar que, antes do século XX, o papel dos governos no nível municipal já era bastante extenso em relação às suas obrigações associadas à provisão de serviços públicos. A lei regulamentar de primeiro de outubro de 1828 reconheceu as obrigações que as Câmaras Municipais teriam em relação a uma série de serviços públicos, como serviços de higiene, água e obras nas localidades (Hanley, 2012). Apesar das responsabilidades delegadas às Câmaras Municipais, a interpretação usual é que as municipalidades foram inaptas para o provimento de bens públicos e serviços (Bieber, 1999). Desde o Império, a literatura tende a reconhecer a fraqueza política dos municípios em relação ao governo central e aos governos provinciais, dentro daquilo que Nunes Leal caracterizou como o “amesquinhamento dos municípios”.

De acordo com Víctor Nunes Leal (2012; p.109), a Primeira República, apesar das intenções municipalistas, manteve “o peso da tradição”, nas palavras do autor, ou melhor, uma espécie de *path dependence* institucional (no jargão mais recente) para a manutenção da tutela política dos municípios. Nesse sentido, para o caso histórico em questão, importante retomar o papel do município na descrição de Victor Nunes Leal (2012; p. 71) para quem dentro da administração dos municípios: “os cofres e os serviços municipais eram instrumentos eficazes de formação da maioria desejada pelos governos dos Estados nas eleições estaduais e federais. Além disso, não lhes caberia qualquer direta responsabilidade pelas malversações, que ocorriam por conta e risco dos próprios chefes locais. O preço caro, pago pelo Estado em troca do apoio eleitoral dos chefes locais era, portanto, uma condição objetiva para que esse apoio correspondesse aos fins visados pelo governo estadual.”

Para Nunes Leal, portanto, parte do acordo estabelecido nas relações entre municípios e o estado envolvia certo grau de autonomia em relação aos níveis de arrecadação e ao direcionamento dos gastos públicos municipais, desde que o apoio e o retorno eleitoral estivessem garantidos. A interpretação usual da obra de Nunes Leal tende apenas a enfatizar os repasses estaduais para o estabelecimento dessa relação de compromisso governista, porém, tende a ignorar que tais acordos também precisariam ser firmados dentro dos próprios municípios. De fato, o autor reconhece que o governismo, ou a lealdade ao partido único no plano estadual, estariam diretamente atrelados às deficiências financeiras dos municípios. Mas não só. Tal relação estaria baseada também em um compromisso de não interferência nos assuntos locais, o que para Nunes Leal explicaria um conjunto de administrações municipais “perdulárias e corruptas”. Nesse ponto, a teoria apresentada amplia a explicação de Nunes Leal

ao argumentar que o escravismo teria sido um fator motivador de acordos financeiros para a captura política do município. Uma diferença importante em relação a Nunes Leal, no entanto, será demonstrar como empiricamente os municípios paulistas apresentavam uma variação importante em relação ao volume de receitas disponíveis, mesmo diante de capacidades econômicas equivalentes.

Em termos das teorias anteriores, a base explicativa está centrada na ideia de que o controle dos coronéis locais e a estrutura fiscal dos municípios seriam parte de uma teoria geral da falta de recursos disponíveis. De fato, na média, ao final do Império, a situação geral dos municípios brasileiros correspondia a apenas 5% do total geral das receitas, sendo 18% para as províncias e o restante dos 77% com o governo imperial (Hanley, 2012). Para Nunes Leal, no entanto, apesar das mudanças inauguradas pela Constituição de 1891, as municipalidades continuavam responsáveis por um conjunto grande de responsabilidades em relação à provisão de serviços, porém com fontes de receita instáveis e dependentes de repasses estaduais.

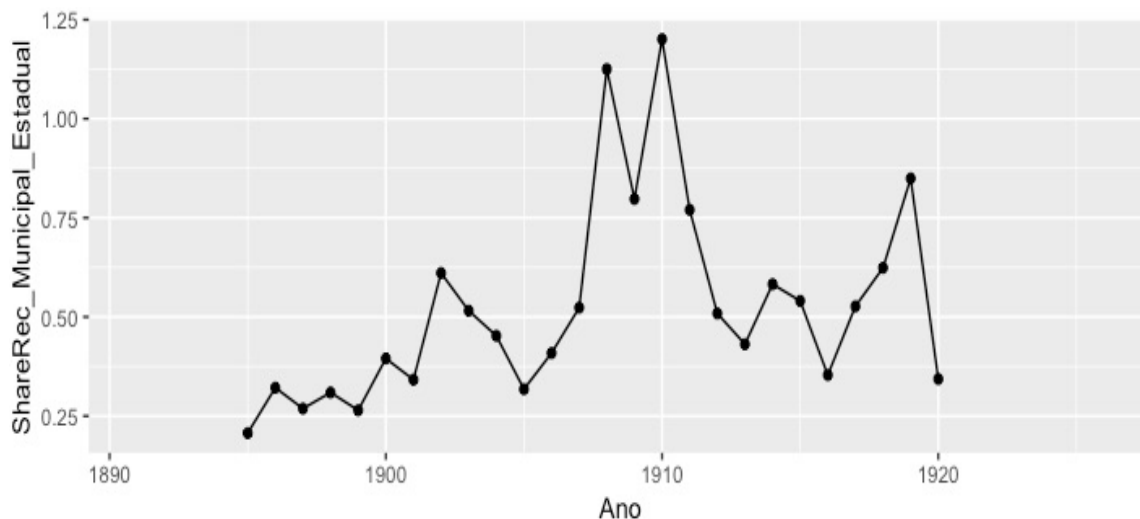
Como parte da justificativa da unidade de análise, o enfoque empírico no município pretende problematizar empiricamente tais afirmações. O argumento é que esse diagnóstico pode ser debatido e não totalmente generalizado para todos os municípios do país durante um período tão extenso, principalmente quando tratamos do estado com as maiores receitas do país e dos municípios com maior potencial de arrecadação tributária do Brasil (Martinez Fisher et al., 2010; Hanley, 2012).

Algumas das diferenças centrais dos municípios paulistas em relação ao restante do país foram o tamanho e o grau de expansão cafeeira ao longo do período. Ainda durante a década de 1870, com a expansão da demanda internacional por café e o crescimento do complexo cafeeiro no estado, os municípios paulistas começam a se encontrar em posição privilegiada para a busca de novas fontes de receitas. Portanto, o estudo da estrutura fiscal e dos incentivos relacionados com a arrecadação municipal em São Paulo passa por incluir critérios e determinantes que escapam às explicações usuais sobre as instituições políticas na Primeira República, principalmente por envolverem variações na capacidade estatal de tributação nas localidades.¹⁰

¹⁰ Por exemplo, de acordo com os dados do Anuário Estatístico de São Paulo do ano de 1926 (p. 468) as alíquotas de imposto predial dos municípios variavam entre 3%, como nos municípios de Catanduva e Pinheiros, até municípios com alíquotas de 10%, como Ourinhos, Palmital e Salto Grande.

Dessa forma, ao contrário do que afirmou Victor Nunes Leal, o regime de 1891 não delegou exclusivamente para as constituições estaduais a tarefa de regular as atribuições municipais e, portanto, não é capaz de determinar a capacidade financeira e o grau de autonomia dos municípios. Como ressaltado anteriormente, as normas do regime municipal paulista foram reguladas por lei ordinária e parte das atribuições pela aprovação de leis municipais. No entanto, seria importante ressaltar que o caso de São Paulo não poderia ser generalizado para o restante do Brasil. Ou seja, não é possível descartar que para a maioria dos casos o controle estadual das finanças e a manutenção da tutela estadual sobre as rendas tenha sido fator primordial para o controle da política municipal. O caso de São Paulo, no entanto, revela-se um importante desvio até onde a análise dos dados financeiros é capaz de revelar, já que a inspiração municipalista da constituinte de 1891 parece ter mantido ao menos parcialmente as portas abertas para uma variação importante na autonomia financeira. Como ilustrado pela figura abaixo, o total de recursos disponíveis para os municípios também pode ser considerado relevante se considerarmos a soma geral da arrecadação fiscal realizada dentro do estado de São Paulo com vistas ao atendimento das demandas internas ao estado.

Figura 3. Razão das receitas municipais em relação à arrecadação estadual total (1895-1920)



Fonte: Secretaria dos negócios da fazenda do Estado de São Paulo.

Além da variação importante das receitas municipais em relação ao arrecadado pelo estado de São Paulo, em média, os municípios paulistas arrecadaram 52% do que arrecadou o

estado de São Paulo. Tal valor arrecadado pode não parecer significativo à primeira vista, mas cumpre ressaltar que a arrecadação municipal ultrapassou em alguns anos os valores arrecadados do estado mais rico da federação, como em 1908 e 1910 e, na média, o valor arrecadado pelos municípios paulistas ultrapassa com folga a arrecadação de pelo menos metade dos estados brasileiros no período.¹¹ Dessa forma, a existência de um tipo de descentralização fiscal e administrativa tinha o potencial de viabilizar o reinvestimento da arrecadação municipal principalmente em infraestrutura local, como estradas, pontes e prédios públicos, gerando condições favoráveis para a expansão econômica de setores exportadores.

Entre os elementos centrais da tese coronelista em Nunes Leal está a submissão financeira e legal dos municípios aos interesses dos governos estaduais. Apesar de não descartar tal pressuposto, uma das hipóteses aqui defendidas é que tal relação poderia ser entendida como mediada por elementos da própria dinâmica interna da governança política de cada município. Dessa forma, ao menos do ponto de vista da capacidade fiscal, as variações observadas em recursos disponíveis nas localidades poderiam ser explicadas pelos incentivos próprios da organização institucional local. A hipótese a ser testada pode ser lida, dessa forma, como complementar, pois inclui a influência do escravismo como fator explicativo para a organização dos acordos políticos capazes de produzir efeitos sobre as administrações organizadas nos municípios. Ou seja, o escravismo pode ter afetado a dinâmica política local de tal forma que influenciou os recursos disponíveis nas localidades.

Os dados e a questão dos possíveis efeitos da escravidão serão empiricamente estimados na próxima seção.

1.4 Dados e especificação do modelo empírico

Os dados da análise levam em consideração o conjunto dos municípios paulistas e os resultados de suas finanças públicas entre 1894 e 1927. Os dados estão descontinuados para os anos entre 1895 e 1897, ou os anos não contemplados apenas o foram pela ausência de dados históricos nas fontes oficiais. Para todos os outros anos foram coletados os dados dos balanços

¹¹ Esses exemplos cumprem apenas um papel descritivo e ilustrativo dentro da análise. Ressalte-se que este estudo não tem como enfoque explicar as variações temporais, e concentra-se em explicar as variações entre os municípios em suas capacidades de arrecadação.

municipais disponíveis nos *Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo*. Os modelos testados buscaram incluir controles importantes que poderiam afetar o modelo explicativo principal.

A principal variável explicativa e *proxy* para a prevalência da escravidão é a proporção de escravizados de cada município pelo Censo de 1872. Como as fronteiras municipais de 1872 mudaram ao longo do período, utilizo a metodologia de Eustáquio et al. (2011), que contrasta as áreas mínimas comparáveis dos municípios (AMC) para possibilitar análises e comparações intertemporais. A ideia da AMC é agregar em determinada área o número de municípios necessários para que as comparações intertemporais sejam geograficamente consistentes. Para tanto, utilizei as genealogias históricas específicas dos municípios paulistas desde a sua formação, produzidas pela Fundação Seade. Fontes secundárias da formação dos municípios estiveram baseadas no trabalho e na coleta de Bassanezi (1990). As informações das variáveis dos municípios originais em 1872 se distribuem, conseqüentemente, para os municípios que dele se originaram para os anos subsequentes. Algumas variações temporais no número de municípios apenas acontecem para aqueles que perderam seu status administrativo ou pela ausência de dados para algum ano específico.

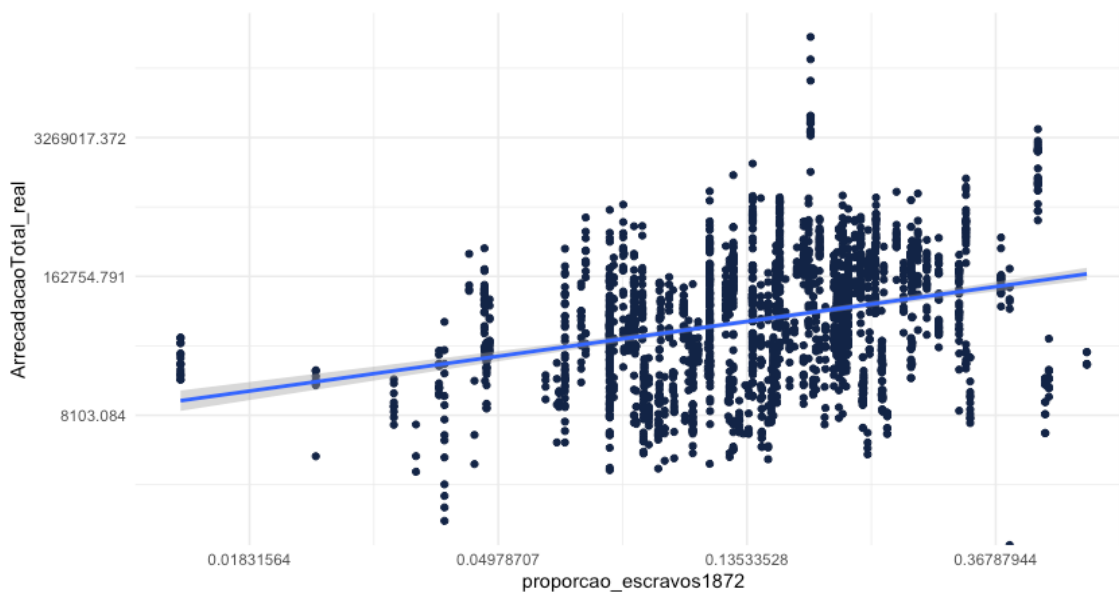
O conjunto mais amplo de informações dos municípios também foi construído a partir das informações completas de todos os dados disponíveis nos Anuários Estatísticos, coletados tanto a partir dos documentos disponíveis online em diversas fontes (como a fundação Seade e o IPEA) quanto da coleta feita diretamente no Arquivo do Estado de São Paulo. Do ponto de vista da contribuição em termos de coleta de dados, trata-se do primeiro banco de dados que incluiu de maneira completa todas as informações das finanças públicas municipais para todos os anos com dados disponíveis em fontes oficiais durante a Primeira República (1889 a 1930). Além dos dados das finanças públicas desagregados em termos de gastos e fontes de receita, os dados incluem um conjunto de informações das mesmas fontes oficiais para a análise de fatores explicativos rivais, como as informações disponíveis sobre a situação econômica dos municípios, dados demográficos e relatórios sociais. Os dados abrangem, dessa forma, cerca de 5112 entradas de dados de tipo município_ano, e as fontes oriundas de documentos históricos originais exigiram um esforço de pesquisa importante, já que não permitiram nenhum tipo de coleta automatizada devido à formatação histórica dos documentos originais.

Os dados financeiros em mil réis foram deflacionados usando como critério o método proposto por Hanley (2019). Assim, utilizei uma forma híbrida dos valores de Catão (1992) e

Haddad (1974), tendo usado Leff (1972) como controle para anos em comum e para os anos não incluídos por esses autores. Os dados foram deflacionados seguindo o índice de 1913 = 100, e foram utilizados os dados de inflação de Catão e Haddad para atingir os valores reais das finanças e permitir comparações intertemporais.¹²

A principal variável resposta da análise para o nível de taxaço e capacidade fiscal é a arrecadação total dos municípios em valores reais.¹³ Abaixo ilustro o tipo de relação encontrada para os dados das duas variáveis principais a partir da estimação linear entre as variáveis de interesse.

Figura 4: Relação bivariada entre a proporção de escravizados em 1872 e a arrecadação total em valores reais dos municípios paulistas para a amostra completa (1894-1927)



Cada ponto do gráfico se refere a um município_ano.

A figura 4 destaca uma tendência importante que pode ser investigada de maneira pormenorizada através de análises econométricas, a partir dos pressupostos descritos pela

¹² Para mais detalhamento dos valores utilizados consultar o apêndice explicativo dos dados.

¹³ Dentro do balanço dos municípios foram descontados valores referentes a empréstimos e transferências do governo estadual.

hipótese 1 do argumento teórico. Observando os valores reais de arrecadação municipal em diferentes anos, é possível perceber como os maiores níveis de exploração escravista em 1872 possuem relação positiva com maiores níveis de arrecadação nos municípios nos anos subsequentes. Apesar da estrutura do banco de dados ser longitudinal, as características da variável explicativa principal - proporção de escravizados em 1872 - não permitem estimar os efeitos em um modelo que inclua a temporalidade diretamente na equação, pois tal variável se mantém constante nas áreas geográficas dos municípios analisados ao longo do tempo.

Dessa forma, a primeira etapa da investigação buscou estimar em *cross-sections* de diferentes anos da amostra a relação entre escravidão em 1872 e a arrecadação municipal no pós-abolição. As primeiras regressões estimaram o efeito da variável de interesse em diferentes anos, em décadas distintas, controlando pelas principais regiões históricas do estado de São Paulo segundo a equação do modelo abaixo:

$$Y(\log_arrecadação)_i = \beta_0 + \beta_1 P_i + \chi_i(\text{Regiões}) + \varepsilon_i$$

onde Y_i é o resultado da arrecadação no município i nos anos selecionados de cada década em escala logarítmica, como forma de manter a normalidade da distribuição e controlar o efeito de *outliers*; β_1 é o parâmetro indicando o efeito da proporção P de escravizados em 1872 em cada município i . Além disso, foi incluído um vetor de *dummies*, representado por χ , dos coeficientes das regionalizações históricas municipais do estado de São Paulo¹⁴, a fim de controlar outras possíveis fontes de variação. O termo ε_i representa o erro da regressão.

¹⁴ As regiões selecionadas tomam os critérios de Sérgio Milliet (1939) que adotou como critérios a expansão da fronteira do café, os movimentos populacionais e a influência das ferrovias como critérios de divisão do território do estado. As divisões municipais aqui escolhidas expandem tal classificação a partir da análise da economia cafeeira em seus aspectos regionais utilizada por Colistete (2015) a partir do trabalho de Thomas Holloway (1974). Como critério de controle estatístico, tais regiões tendem a se correlacionar com a especialização econômica local, com a organização e a produção agrícola preponderante, sendo o caso do café para exportação o mais importante, nas também com a estrutura agrária e suas condições geográficas.

1.5 Resultados

Nesta primeira especificação (Tabela 1), a regressão estima para os anos de 1894, 1900 e 1905 o efeito da proporção de escravizados em 1872 para a arrecadação total dos municípios. Podemos observar, dentro de uma especificação inicial, que os municípios com dados fiscais coletados imediatamente após o início do regime constitucional de 1891 apresentaram uma relação significativa em termos de arrecadação fiscal com a intensidade da exploração escravista do período anterior. Mesmo após o controle estatístico pelas divisões regionais históricas, que têm relação direta com o tipo de exploração econômica do período de expansão econômica do café do início do século XX (Colistete, 2015), bem como com a intensidade na exploração escravista do período anterior, como seria o caso dos municípios do Vale do Paraíba (Cano, 1977), a proporção de escravizados e a arrecadação municipal mantiveram uma relação direta e significativa nos anos pós abolição de 1894, 1900 e 1905.

Tabela 1: Efeito da intensidade da exploração escravista nos municípios paulistas sobre a arrecadação fiscal após a abolição (1894, 1900, 1905)

	<i>Dependent variable:</i>		
	1894 (1)	log(Valor Total Arrecadação) 1900 (2)	1905 (3)
log(Proporção Escravizados)	0.960*** (0.205)	0.727*** (0.196)	0.644*** (0.167)
Araraquarense	0.302 (0.489)	0.054 (0.440)	0.126 (0.390)
Baixa sorocabana	-0.994* (0.574)	-1.465*** (0.541)	-1.219*** (0.437)
Capital	0.745 (0.600)	0.380 (0.569)	0.470 (0.509)
Central	0.248 (0.536)	0.012 (0.498)	-0.114 (0.420)
Mogiana	0.683 (0.491)	0.256 (0.445)	0.555 (0.369)
Noroeste	-0.200 (1.245)	-1.393 (1.196)	-0.335 (1.172)
Paulista	0.630 (0.521)	0.548 (0.482)	0.750* (0.398)
Santos e litoral sul	0.124 (0.710)	0.394 (0.674)	0.343 (0.579)
Sorocaba	-0.587 (0.543)	-0.516 (0.489)	-0.818* (0.419)
Vale do Paraíba	-0.775* (0.455)	-0.947** (0.413)	-1.076*** (0.344)
Constant	11.901*** (0.626)	11.883*** (0.575)	12.112*** (0.507)
Observations	139	152	183
R ²	0.368	0.320	0.357
Adjusted R ²	0.313	0.266	0.316
Residual Std. Error	1.181 (df = 127)	1.140 (df = 140)	1.141 (df = 171)
F Statistic	6.726*** (df = 11; 127)	5.983*** (df = 11; 140)	8.650*** (df = 11; 171)

Note:

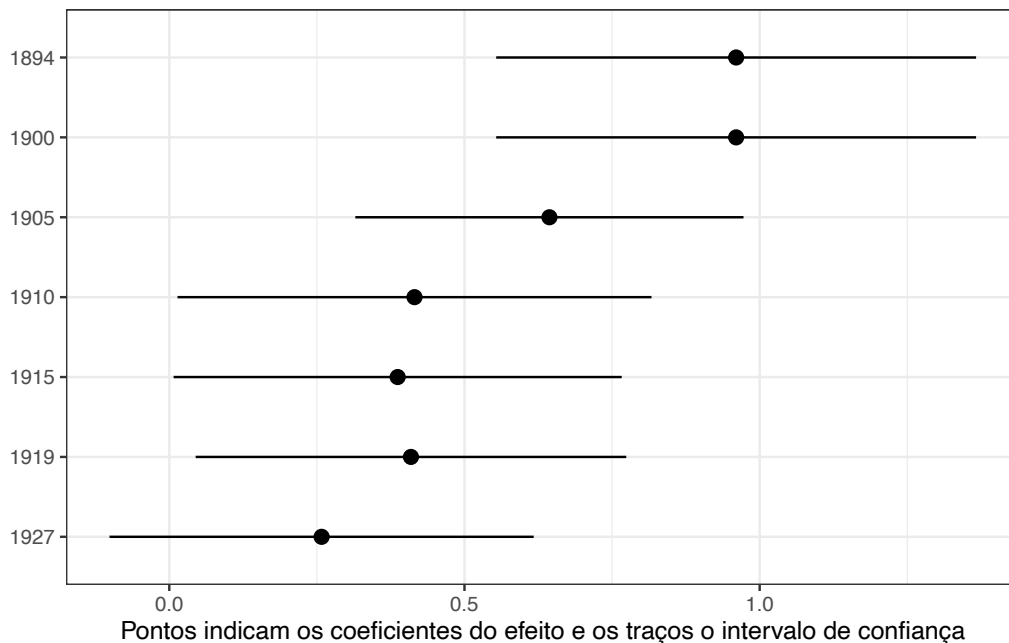
*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Na tabela 1 cada modelo corresponde a uma estimativa *cross-section* para cada ano selecionado, sendo o modelo (1) correspondente ao ano de 1894, e assim sucessivamente para os modelos (2) e (3) para os anos de 1900 e 1905. Nessa especificação inicial, o controle estatístico das regiões históricas do estado de São Paulo é importante, pois unifica um conjunto de características locais dos municípios que possuíam formação econômica e de característica de produção agrícola em comum que poderiam influenciar as relações analisadas. Ao agrupar os municípios de acordo com características similares, é possível argumentar que tal forma de regionalização permite, do ponto de vista metodológico, um balanceamento aproximado das características municipais capazes de melhorar significativamente a qualidade do estimador.

Além disso, a regionalização adotada leva em consideração não apenas aspectos das similaridades geográficas e de proximidade entre os municípios, mas também elementos histórico-institucionais relevantes herdados de sua formação histórica anterior - como seria o caso da própria exploração escravista dos municípios do Vale do Paraíba e do Oeste Velho-, bem como da formação histórica específica da região da Capital e de Santos.

Como forma de retratar a mesma especificação em uma comparação em anos de diferentes décadas, o gráfico a seguir ilustra como o efeito da proporção de escravizados nos municípios teve um efeito positivo no médio prazo pela análise dos anos de décadas posteriores. A figura 5 abaixo reporta na *forma de pontos* o valor dos coeficientes que correspondem ao *efeito* das variáveis principais do modelo, e os respectivos *erros na forma de traços*. O valor de *0.0* do gráfico corresponde à ausência de efeito estatisticamente significativo.

Figura 5: Efeito da proporção de escravizados sobre a arrecadação fiscal
Anos selecionados em cada década para os municípios paulistas



É possível interpretar que, mediante tal especificação, os resultados são estatisticamente significativos ao longo das primeiras décadas do século passado para a relação entre a

intensidade da exploração escravista e a capacidade fiscal dos municípios, com exceção do resultado correspondente ao ano de 1927, no qual o traço ultrapassa a coluna de linha 0.0. O efeito, do ponto de vista substantivo, também parece ser bastante importante se considerarmos que a escala logarítmica da transformação dos dados de arrecadação pode ser interpretada de maneira percentual.

Dessa forma, tanto para o conjunto dos dados (Figura 4), como para a análise em anos de diferentes décadas (Figura 5), é possível afirmar com alguma segurança a presença de uma associação positiva entre o número maior de escravizados nos municípios e uma maior arrecadação fiscal, tal qual formulado pelas hipóteses 1 e 2 do modelo teórico descrito anteriormente. Tal associação, contudo, parece ter sido mais importante nas décadas iniciais da Primeira República. Durante as décadas posteriores o efeito continuou importante e estatisticamente significativo, ao menos até a década de 20. Portanto, durante um período de 50 anos após 1872, municípios nos quais existiu uma maior intensidade na exploração escravocrata tenderam a arrecadar mais impostos em média, mesmo após controlarmos por suas características histórico-regionais dentro do estado de São Paulo.

No entanto, tal associação poderia estar sendo condicionada por outros fatores e características municipais, não relacionadas com as regiões históricas usadas de maneira inicial como controle estatístico. Como forma de investigar de maneira mais detalhada tal associação, passo a avaliar em mais detalhe o efeito da intensidade da escravidão após alguns anos do início da Primeira República, em um ano que o estado de São Paulo coletou dados das características municipais com maior grau de confiança. Nesse sentido, elegi o ano de 1905, pois nele diversas características municipais fizeram parte do censo agrícola organizado no estado de São Paulo. Dessa forma, diversas dessas características foram organizadas como variáveis de controle importantes, tendo como base os dados oficiais disponíveis.

A estimação do modelo a seguir inclui em sua especificação um conjunto de outros fatores que são importantes para balancear as características municipais em 1872, somado a outro conjunto de variáveis que são parte de explicações alternativas presentes na literatura para determinar a capacidade fiscal dos municípios.

Para a análise a seguir incluo como controle os dados relacionados com a produção econômica agrícola dos municípios em valores reais para o ano de 1905, *log(Valor Total Produção)*, cujo valor em um contexto histórico de economia bastante dependente da produção

agrícola seria uma aproximação razoável do que seria o PIB de cada município, e o tamanho da população $\log(pop)$ de cada município, estimada a partir da interpolação linear dos dados dos censos oficiais. Dentro da literatura sobre capacidade estatal, tanto a riqueza produzida pela unidade analisada (neste caso os municípios) quanto o tamanho de sua população, são fatores que estão diretamente relacionados com a capacidade de arrecadação fiscal. Dentro dos controles mais relacionados com hipóteses teóricas da literatura, avalio se a desigualdade no tamanho das propriedades agrícolas em 1905 (*GINI terra 1905*) teria algum efeito sobre a capacidade estatal e, dessa forma, sobre a arrecadação fiscal, pois, de acordo com parte dos modelos em estudos anteriores, locais onde a desigualdade é maior teriam menos incentivos para aumentar a capacidade estatal em termos fiscais para utilizá-los em bens públicos; e, por fim, avalio algumas condições iniciais relacionadas com o período escravocrata que poderiam indicar uma maior tendência dos municípios a arrecadar no médio prazo, quais sejam, a proporção de funcionários públicos em 1872 (*Funcionários públicos 1872*), como indicador do tamanho da burocracia estatal local, e a proporção de comerciantes no município em 1872, como *proxy* das atividades econômicas urbanas e de classes médias, não necessariamente relacionadas com a produção rural, mas capazes de contribuir com impostos (*prop_comerciantes_livres1872*).¹⁵

¹⁵ Considero os controles selecionados os mais adequados do ponto de vista da teoria apresentada. Considero, para os fins dos testes apresentados no texto, que o controle estatístico das regiões de localização histórica dos municípios um controle aproximado consistente para as diferenças entre características geográficas.

Tabela 2: Efeito da intensidade da exploração escravista sobre a arrecadação fiscal em valores reais nos municípios paulistas em 1905

	<i>Dependent variable:</i>		
	(1)	(2)	(3)
	log(Valor Total Arrecadação)		
log(Proporção Escravizados)	0.233** (0.090)	0.212** (0.088)	0.182** (0.090)
log(pop)	1.471*** (0.069)	1.207*** (0.096)	1.140*** (0.102)
log(Valor Total Produção)		0.265*** (0.068)	0.292*** (0.069)
Proporção comerciantes 1872			9.308 (6.194)
Funcionários públicos 1872			0.004 (0.004)
Gini terra 1905			0.724 (0.563)
Araraquarense	0.048 (0.205)	-0.046 (0.212)	-0.055 (0.217)
Baixa sorocabana	-0.991*** (0.230)	-0.687*** (0.243)	-0.817*** (0.257)
Capital	-0.131 (0.269)	0.191 (0.279)	0.042 (0.276)
Central	-0.177 (0.221)	-0.164 (0.229)	0.034 (0.265)
Mogiana	0.021 (0.196)	0.085 (0.203)	0.080 (0.217)
Noroeste	-0.933 (0.616)	-0.776 (0.577)	-0.794 (0.547)
Paulista	0.326 (0.210)	0.326 (0.214)	0.214 (0.227)
Santos e litoral sul	0.524* (0.304)	0.689* (0.361)	0.592* (0.344)
Sorocaba	-0.545** (0.220)	-0.321 (0.221)	-0.390* (0.223)
Vale do Paraíba	-0.664*** (0.182)	-0.425** (0.195)	-0.545*** (0.205)
Constant	-2.510*** (0.739)	-3.897*** (0.844)	-4.047*** (0.861)
Observations	183	166	153
R ²	0.824	0.841	0.861
Adjusted R ²	0.811	0.827	0.845
Residual Std. Error	0.599 (df = 170)	0.557 (df = 152)	0.516 (df = 136)
F Statistic	66.265*** (df = 12; 170)	61.620*** (df = 13; 152)	52.865*** (df = 16; 136)

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Como reportado pelo modelo principal na tabela 2 para o ano de 1905, mesmo após controlar pelos fatores selecionados capazes de influenciar a arrecadação de impostos, o resultado da relação entre a intensidade da escravidão e arrecadação tributária se manteve positivo e estatisticamente significativo, mesmo após 15 anos da abolição da escravatura. Elementos centrais de explicações rivais, como a produção econômica local e o tamanho da

população, de fato, possuem um efeito estatisticamente significativo sobre a capacidade de arrecadação. Além disso, e como esperado, a presença maior de camadas médias (como a de comerciantes em 1872) também possuem um efeito positivo sobre a arrecadação de impostos no médio prazo.

No entanto, o mais importante a ser ressaltado é que, mesmo com a inclusão dos controles do modelo apresentado pela tabela 2, o efeito da proporção de escravizados permaneceu positivo e estatisticamente significativo em um valor de $p < 0,05$. Isso significa que houve uma variação no erro padrão com a inclusão dos controles, mas nada que altere a presença de um efeito independente relacionado com uma maior intensidade na exploração escravista e a capacidade fiscal dos municípios. É possível dessa forma afirmar, dentro dos limites de uma análise de dados históricos em ciências sociais, que a análise empírica demonstra um efeito substantivo sobre a relação entre a intensidade da escravidão e arrecadação fiscal. Tal achado, mesmo confrontado com uma série de confundidores e explicações rivais, parece confirmar do ponto de vista empírico que a relação teorizada anteriormente possui embasamento empírico.

Na próxima seção, buscarei complementar com análises estatísticas adicionais e elementos qualitativos da historiografia do período, que tal relação pode ser associada com o modelo teórico apresentado e complementar as evidências apresentadas para as hipóteses 1 e 2, e com evidências capazes de corroborar em parte a hipótese 3.

1.6 Escravidão e gastos educacionais nos municípios paulistas

Na seção anterior, as evidências empíricas apontam que uma maior intensidade do escravismo no nível local esteve associada com uma maior capacidade estatal em termos de arrecadação de impostos municipais, pelo menos até a última década da Primeira República. Nesse sentido, o escravismo se relacionaria com a capacidade estatal mesmo após a abolição, pois seus interesses estiveram historicamente associados a acordos organizados no nível político e institucional com capacidade de influenciar as administrações municipais no longo prazo. Como retratado pela análise anterior, tal forma de governança teve o potencial de se manter mesmo após o fim a abolição da escravatura em décadas posteriores, com consequências para as finanças municipais. Resta saber se, do ponto de vista econômico, tal

hipótese se mostra verossímil em outros aspectos das finanças municipais. Como parte da formulação da hipótese 3 do modelo teórico, seria de se esperar que o cartel de elites – que controlou os municípios com base em interesses centrados na escravidão – também organizasse seus interesses em termos de gastos públicos, e não somente em termos de arrecadação fiscal.

Assumindo que a maior capacidade estatal em arrecadar estaria relacionada com um maior controle político das elites locais sobre as finanças, as estimativas a seguir testam se, em termos proporcionais, os municípios com mais exploração escravocrata teriam a tendência de privilegiar menos os gastos relacionados a serviços públicos de interesse mais amplo para a população local, neste caso, avalio o efeito sobre os gastos em educação pública.

Na tabela 3 a seguir, em uma especificação similar ao modelo linear anterior, testo a relação tendo como variável dependente a proporção de gastos em educação para o ano de 1905, em escala logarítmica.

Além dos controles regionais, utilizei como controles o tamanho da população e a proporção de alfabetizados em 1872, que poderiam influenciar a proporção de gastos em educação em anos posteriores na Primeira República. Mantive dentro da especificação dos modelos (2) e (3) a proporção de funcionários públicos e de comerciantes em 1872, como *proxy* de uma possível maior demanda local por serviços educacionais. Da mesma forma, incluo no modelo (4) uma variável binária para os municípios que possuíam colônias imigrantes oficiais. A hipótese é que a presença de uma colônia imigrante oficial subsidiada por recursos privados e governamentais poderia abrir espaço para algum tipo de atendimento de demandas educacionais.

Tabela 3: Efeito da intensidade da exploração escravista sobre a proporção de gastos em educação nos municípios paulistas para o ano de 1905

	<i>Dependent variable:</i>			
	log(Proporção de gastos em educação)			
	(1)	(2)	(3)	(4)
log(Proporção Escravizados)	-0.489** (0.210)	-0.488** (0.211)	-0.489** (0.212)	-0.468** (0.228)
log(pop)	-0.361** (0.166)	-0.361** (0.166)	-0.370** (0.170)	-0.321* (0.180)
Taxa de Alfabetizados 1872		-0.120 (0.856)	-0.178 (0.885)	-0.240 (0.959)
Funcionários Públicos 1872			0.003 (0.010)	0.003 (0.010)
Comerciantes 1872				1.974 (14.875)
Colônia Imigrante (Dummy)				-0.278 (0.315)
Araraquense	0.326 (0.436)	0.323 (0.438)	0.358 (0.457)	0.344 (0.460)
Baixa sorocabana	0.045 (0.583)	0.033 (0.592)	0.057 (0.601)	0.047 (0.604)
Capital	-2.202*** (0.702)	-2.203*** (0.705)	-2.164*** (0.722)	-2.159*** (0.727)
Central	0.015 (0.485)	0.020 (0.488)	0.053 (0.505)	0.036 (0.516)
Mogiana	0.300 (0.435)	0.300 (0.437)	0.341 (0.464)	0.306 (0.468)
Noroeste	-0.993 (1.127)	-0.992 (1.131)	-0.948 (1.147)	-0.973 (1.153)
Paulista	-0.832* (0.453)	-0.825* (0.457)	-0.784 (0.483)	-0.778 (0.489)
Santos e litoral sul	-0.881 (0.643)	-0.876 (0.647)	-0.846 (0.659)	-0.826 (0.666)
Sorocaba	-0.170 (0.553)	-0.161 (0.559)	-0.135 (0.568)	-0.129 (0.586)
Vale do Paraíba	-0.040 (0.443)	-0.042 (0.445)	-0.024 (0.452)	-0.003 (0.460)
Constant	-0.294 (1.688)	-0.262 (1.710)	-0.223 (1.722)	-0.621 (1.790)
Observations	132	132	132	132
R ²	0.254	0.254	0.254	0.259
Adjusted R ²	0.178	0.172	0.165	0.156
Residual Std. Error	1.076 (df = 119)	1.080 (df = 118)	1.084 (df = 117)	1.090 (df = 115)
F Statistic	3.370*** (df = 12; 119)	3.087*** (df = 13; 118)	2.849*** (df = 14; 117)	2.518*** (df = 16; 115)

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Conforme evidenciado na análise da tabela 3, para o ano de 1905, em relação ao caso dos gastos educacionais, as estimativas tendem a confirmar a hipótese de que os municípios com maior controle estatal pelas elites tenderiam a gastar menos proporcionalmente em educação. Tal associação tende a corroborar a análise de Colistete (2019), que em estudo sobre gastos educacionais, argumenta que parte da influência sobre o direcionamento dos gastos em educação dependeu durante esse período da mobilização local dos habitantes dos municípios por meio de petições públicas. Nesse sentido, é possível assumir que municípios com maior

prevalência escravista teriam uma maior tendência de captura por parte das elites e uma menor propensão em atender demandas de setores mais amplos da população. Os resultados sugerem, portanto, que a capacidade estatal de arrecadação fiscal, associada ao escravismo, poderia ter sido utilizada pelas elites locais para controlar os gastos públicos, incluindo aqueles relacionados à educação, e garantir seus próprios interesses, em detrimento das demandas da população local.

Trato da questão da proporção de gastos em educação e escravidão como uma implicação possível, e de alguma forma empiricamente consistente, do ponto da análise estatística realizada na tabela 3. Outras implicações mais direcionadas aos gastos públicos serão testadas no capítulo 2 dessa tese, tendo como ponto de partida a proposta de um outro mecanismo explicativo para tratar da relação entre escravidão e gastos públicos, qual seja, o efeito das ideias raciais que se desenvolveram ao longo do período.

A próxima seção, no entanto, retoma os argumentos e busca concluir, com base em evidências historiográficas, a plausibilidade do mecanismo explicativo proposto.

1.7 Evidências histórico-descritivas e considerações finais

Como forma de agregar evidências histórico-descritivas ao argumento exposto anteriormente, passo a incluir as informações do relatório organizado pelo Senador Floriano Godoy acerca das condições da escravidão nos municípios paulistas em 1885 (Godoy, 1875). O relatório, produzido em 1884 e, posteriormente, publicado pelo senador como livro, tinha como objetivo pautar na Câmara dos Deputados do Império os interesses específicos dos municípios paulistas em relação ao posicionamento político das elites locais acerca das mudanças legislativas do regime escravocrata. O relatório do senador Godoy, portanto, oferece um panorama detalhado das condições da escravidão nos municípios paulistas em 1885, bem como das opiniões das elites locais sobre a questão da abolição da escravatura. Dessa forma, passo a tratar o relatório como uma fonte importante para a compreensão das condições da escravidão nos municípios paulistas e das estratégias políticas das elites locais em relação à abolição da escravatura.

De acordo com o senador, a motivação da consulta aos municípios paulistas seria a proposta que buscava uma solução para a questão do “elemento servil” na Assembleia Geral Legislativa em 1884. Floriano Godoy, dessa forma, distribuiu questionários com perguntas às Câmaras Municipais da província de São Paulo relativas aos principais pontos dos debates legislativos relacionados com as mudanças no regime escravista propostas pelo Gabinete Dantas.¹⁶ A consulta, de acordo com o autor, foi feita a todos os municípios.¹⁷ O relatório apresenta as respostas das Câmaras Municipais de 23 municípios.¹⁸

De maneira geral, como resultado da consulta, o posicionamento das Câmaras de 22 municípios foi majoritariamente mais conservador em relação à proposta da Lei, com uma abstenção relativa ao município de Casa Branca.¹⁹ As propostas legislativas dos municípios propunham um período de continuidade do regime escravista muito acima dos discutidos em âmbito nacional, inclusive com a extensão dos prazos para uma possível abolição total. Além de maiores prazos para a manutenção do sistema legal, as demandas incluíam a possibilidade da continuidade dos castigos físicos (como eram os casos de Lorena e Itapetininga), e uma demanda por indenizações financeiras governamentais compatíveis com a idade e o gênero do

¹⁶ A proposta do senador Dantas, apresentada em 1884, estava baseada nos seguintes pontos: 1º) a matrícula obrigatória de todos os escravos do Império; 2º) a libertação imediata e sem indenização dos escravos com mais de 60 anos; 3º) a declaração pelo senhor, no ato da matrícula, do valor de seus escravos, não podendo este ultrapassar um teto fixo que variaria conforme a idade do escravo (800\$ para os mais jovens de 30 anos, 700\$ para aqueles que tivessem entre 30 e 40 anos, 600\$ para aqueles entre 40 e 49 anos e 400\$ para os quinquagenários); 4º) o estabelecimento de um imposto anual sobre cada escravo de 5% nas principais cidades do Império, 3% nos demais municípios e 1% em outros lugares; 5º) a criação de uma taxa adicional de 6% sobre todas as contribuições que compunham as rendas do Estado; 6º) tanto o imposto sobre o valor dos escravos quanto a taxa de 6% passariam a compor o fundo de emancipação (criado pela lei de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre) que seria a fonte para a indenização dos senhores de escravos”. (Saba, Roberto. p. 23 Anais da Sessão de 15 de julho de 1884, p. 162-165)

¹⁷ Os municípios que enviaram respostas foram: Itapetininga, Belém do Descalvado, Lagoinha, Parahybuna, Lorena, São José dos Campos, Cunha, Limeira, Taubaté, Iporanga, Santa Isabel, Paranapanema, Ubatuba, Natividade, Queluz, Franca do Imperador, São Francisco de Paula dos Pinheiros, São Luiz do Paraitinga, Santo Antonio da Cachoeira, Iguape, Santa Branca, Cajuru e Cruzeiro.

¹⁸ Não é pretensão da inclusão dessa evidência histórica ser uma representação fiel do posicionamento político do conjunto dos municípios da província de São Paulo. O levantamento realizado pelo Senador não será tomado como evidência amostral. Diversos tipo de vieses são possíveis nesse tipo de levantamento. O objetivo, portanto, é tratar das respostas das Câmaras como evidências descritivas, passíveis de serem analisadas como documentos históricos, principalmente dos municípios com interesse na manutenção do *status quo* escravista.

¹⁹ O objetivo aqui não será entender em que medida as propostas dos municípios paulistas influenciaram o processo legislativo que levou à queda do Gabinete Dantas e que, posteriormente, deu origem a uma proposta mais conservadora na forma do projeto Saraiva. Emília Viotti da Costa (1999, p. 338) detalha as mudanças aprovadas.

escravizado, para recuperar não apenas o investimento inicial, mas os retornos futuros do investimento realizado.

Do ponto de vista do modelo teórico apresentado neste capítulo, as respostas das Câmaras Municipais paulistas confirmam a hipótese de que, em municípios cuja presença da exploração escravista era relevante para a economia local, o posicionamento político dos vereadores reforçava os interesses do *status quo* escravista de maneira coordenada e praticamente unânime.²⁰ A continuidade de um regime alternativo de trabalho obrigatório, de maneira geral, foi considerada pelos vereadores como central para que não houvesse uma desorganização da economia local. O principal elemento em comum entre os diversos municípios era a preocupação das elites em relação à “desorganização da produção agrícola”. A posição política expressa pelas Câmaras Municipais enfatiza a importância econômica de um regime capaz de conservar o trabalhador “ao pé do cafeeiro”. Outros fatores como as possíveis consequências para as garantias dos direitos de propriedade, e aos recursos obtidos com hipotecas que tinham os escravizados como garantia bancária, também eram preocupações comuns entre os políticos consultados.

Portanto, e segundo as opiniões expressas pelas Câmaras Municipais com interesses na manutenção do escravismo, as descrições apresentam o posicionamento político local como representante da posição do “conjunto dos lavradores”, preocupados não somente com os riscos para a “ordem econômica”, como descrevem os representantes do município de Limeira, mas também com os riscos sociais relacionados com “a massa inconsciente de um milhão de escravos ignorantes, e, não raros sanguinários”, como retrata a Câmara Municipal de Franca do Imperador. Não apenas por preocupações econômicas, mas o tratamento à população negra liberta, envolvia posições de continuidade de reforços da legislação do regime escravocrata, que incluíam, por exemplo, (de acordo com as Câmaras de Queluz, Ubatuba e Santo Antônio da Cachoeira) o endurecimento de penas para quem abandonasse o trabalho; a pena de morte e a prisão perpétua que já era aplicada aos escravizados; e uma legislação apropriada contra a vadiagem e a vagabundagem. De acordo com a Câmara do município de Cruzeiro, os negros

²⁰ Houve um voto vencido em relação ao posicionamento do município de Itapetininga, pois a posição do vereador Manoel Affonso Pereira Chaves demandava a volta ao status quo anterior a qualquer reforma, mantendo apenas os dispositivos da legislação de 1871.

libertos “tornando-se ociosos, eles constituem um elemento perigoso na sociedade, uma ameaça à tranquilidade, à segurança individual e de propriedade” (p. 219).

Do ponto da análise historiográfica, a hipótese levantada neste capítulo não parece ser completamente alheia aos comentários de analistas importantes sobre o período. Apenas a título de ilustração, em análise clássica sobre as condições dos municípios cafeeiros em São Paulo, Taunay (1939, v3, p.147) descreve como “a desproporção entre as rendas empregadas nos municípios poderia ser devido à diferença entre aqueles municípios que pelo emprego dos braços escravos mantinham suas medidas voltadas para a repressão ao contrabando em comparação a municípios com menos escravos”.

Não menos importantes são as evidências e os estudos históricos, que retratam as articulações políticas pela manutenção e investimentos em mão de obra escrava em São Paulo e outros estados exportadores como Minas Gerais. Em estudo sobre as articulações contra a aprovação do Ventre Livre, por exemplo, Miranda (2018) mapeia os grupos de interesse do Vale do Paraíba e da região de Campinas. De acordo com o autor, diversos clubes da lavoura se articularam para pressionar outros níveis de governo e garantir a manutenção dos interesses econômicos do escravismo. Durante o período de matrícula de escravizados e de ameaça de flexibilização das regras de escravização, clubes da lavoura passam a se organizar por todo Estado de São Paulo, com vistas a negociar alternativas políticas que garantissem a escravização por um período maior. A hipótese aqui levantada encontra eco em asserções de Slenes (1999) e Kugelmas (1996), autores que argumentam que mesmo diante da ameaça da abolição, os interesses organizados dentro da economia cafeeira nos municípios paulistas não dissuadiram os senhores de escravos a renunciarem a suas propriedades.

Municípios com mais recursos dentro do estado, como Campinas, estavam na vanguarda dos posicionamentos a favor da manutenção escravista, por considerarem inclusive a Lei do Sexagenário problemática para a exploração econômica dos municípios. Em uma primeira proposta do gabinete Dantas durante o império, o lobby de Campinas foi capaz de derrubar o gabinete com vistas a uma mudança na lei que atrasasse a pressão abolicionista (Carvalho, 1999). Diversos municípios paulistas mantiveram fluxos de contrabando de mão de obra escrava para atender suas demandas econômicas até os anos finais dos anos 1880 (Luna e Klein, 2019). Ou seja, havia nestes municípios um interesse, comum entre os representantes paulistas das lavouras de exportação, em manter a escravidão ainda por mais algum tempo.

Neste contexto de muitas transformações e rupturas da ordem escravista, os municípios exportadores cresceram economicamente com o impulso oferecido pelos investimentos oriundos do café, mas arrastaram até os últimos momentos a oposição à libertação definitiva dos escravizados pela via legislativa.

O argumento aqui levantado também encontra respaldo nas discussões sobre os fundos de emancipação, organizados após a aprovação da Lei do Ventre Livre. O principal impulso para a matrícula dos escravizados em 1872 teria como compensação o pagamento de indenizações aos senhores, em troca da emancipação de seus trabalhadores. São Paulo, nesse sentido, se destacou como o principal estado onde a própria concepção de organização estatal passou para dentro das municipalidades. Tanto a organização das matrículas, quanto as taxas de coleta pelo número de escravos, foram mais organizadas e sistemáticas dentro dos municípios de São Paulo. Alguns estados sequer matricularam seus cativos e dessa forma propiciaram uma emancipação não controlada pela via da inércia dos senhores (Luna e Klein, 2009). A lei estabelecia que os escravos não matriculados dentro de um período de 1 ano estariam automaticamente libertos, segundo a legislação. Os municípios paulistas e suas enormes necessidades de manutenção de mão de obra se organizaram de maneira coordenada para realizar tais matrículas, pois precisavam da estrutura burocrática necessária registrar cada escravo matriculado e mantê-los devidamente dentro dos registros de propriedade. Tal constatação é importante na literatura histórica, pois ao contrário de outros estados da federação, a tendência paulista não foi de diminuição do número de escravos após os regulamentos da lei do ventre, mas de manutenção e em alguns municípios até de aumento (Costa, 1989; Luna e Klein, 2009).

Em suma, narrativas historiográficas reforçam a proposição formulada pela explicação teórica de que a escravidão teria sido um elemento de agregação das preferências políticas dentro dos municípios paulistas. Como implicação empírica de tal argumento encontro evidências robustas de que a correlação entre a intensidade da exploração escravista e a capacidade estatal, medida em termos de maiores impostos municipais, possui caráter explicativo, mesmo controlando por elementos importantes, como fatores regionais e suas características geográficas, a riqueza e a estrutura agrária local, além de fatores populacionais. De maneira complementar, mesmo proporcionando acordos por mais capacidade estatal, a intensidade da exploração escravista também está associada com uma propensão menor para

se gastar em educação dentro do conjunto dos gastos públicos no pós-abolição.

No próximo capítulo, complementarei a análise, mas agora sob a perspectiva de uma explicação relacionada ao volume total dos gastos públicos. Mais uma vez buscarei evidências do efeito da escravidão, mas desta vez como potencializadora da ideologia racial nos pós-emancipação. Dessa vez, buscarei introduzir uma hipótese complementar que adiciona o elemento da composição racial da população liberta como explicativa de resultados políticos.

CAPÍTULO 2

Composição racial da população paulista e a política de gastos municipais: política racial e provisão de serviços públicos no pós-abolição

“O distinto da nobreza, da superioridade social e moral é, segundo as ideias do tempo, o ter a pele branca, provir de sangue europeu, não ter mescla com as raças inferiores, principalmente a negra.” Oliveira Vianna. Populações Meridionais do Brasil. (p.168)²¹

2.1 Introdução

O estado de São Paulo combinou durante a década de 1880 duas importantes mudanças políticas na forma de organização da oferta de mão de obra que tiveram consequências demográficas importantes para os anos vindouros, quais sejam, a emancipação dos trabalhadores africanos e afro-brasileiros escravizados e leis de incentivo à colonização e imigração de famílias europeias (Beiguelman, 1973). Ao contrário da literatura internacional em política comparada que inclui o Brasil entre outros casos, e onde as diferenças étnico-raciais tem sido consideradas como fatores explicativos importantes para resultados econômicos e políticos (Baldwin and Huber, 2010), tanto a heterogeneidade racial e étnica da formação social brasileira (Skidmore, 1974), quanto formas culturais de discriminação baseadas em hierarquias raciais (Bastide e Fernandes, 1955; Horowitz, 1985; Sawyer, 2006)²², ainda têm sido pouco

²¹ Nesta passagem Oliveira Vianna analisa a relação entre instituições políticas e as características étnicas da sociedade colonial paulista. Segundo o autor (p. 168), o regime colonial possuía em sua organização legislativa e administrativa um sistema de justiça, cargos burocráticos e formas de concessão da propriedade da terra organizados de forma a limitar o acesso a “índios, negros e mulatos.

²² Considero aqui a definição política de grupo étnico e/ou racial dentro da concepção adotada pelo trabalho de Horowitz (1985; p.53), cuja conceitualização parte de Max Weber e tem sido a mais difundida na literatura comparada em ciência política. Trata-se de uma definição mínima e “elástica” que, para os fins da análise política, seja capaz de abarcar diferenciações politicamente salientes de cor, língua e religião, o que incluiria as separações por raça, tribos, nacionalidades e castas. O central, do ponto de vista analítico, seria como dentro da definição das formas de classificação oficial dos Estados ou para o sistema de crenças dos grupos dominantes tais diferenças se estruturam em formas hierárquicas capazes de produzir desigualdades diversas. Um sistema de hierarquia racial é capaz de determinar como o pertencimento a grupos em diferentes escalas determinaria quem merece o quê e,

exploradas empiricamente como fatores explicativos relevantes para as decisões políticas em certos períodos históricos.

Nesse capítulo pretende-se suprir tal lacuna através da análise do efeito que as diferenças demográficas advindas de um momento histórico bastante importante para a configuração étnico-racial da formação nacional teriam para os gastos públicos. De maneira mais específica, pretende-se estimar o efeito que o choque advindo da transformação demográfica do estado de São Paulo durante a transição do Império para a República teve para a configuração dos gastos públicos municipais em anos subsequentes.

A hipótese investigada identifica na ideologia racial do período um mecanismo importante e suficiente para enviesar preferências distributivas de maneira sistemática. Tais vieses oriundos de concepções racistas em relação à população negra africana ou brasileira de descendência africana seriam capazes de alterar decisões das elites sobre gastos relacionados a certos serviços públicos nos municípios. À semelhança do tipo de hipótese e dos resultados identificados no capítulo anterior, o escravismo teria não apenas produzido um efeito político relacionado aos interesses econômicos da elite mais dependente da exploração do trabalho dos escravizados, mas também um efeito ideológico mais amplo, relacionado aos ideais das elites sobre a composição racial adequada ao projeto político de formação nacional (Skidmore, 1974; Schwarcz, 1993). De maneira geral, tais ideais identificavam na origem europeia e na branquitude características necessárias para o presente e para o futuro da nação (Dávila, 2003).

O capítulo também pretende contribuir para os estudos da que já foi considerada pela literatura a “mais poderosa hipótese em economia política”, ou seja, a hipótese do “déficit de diversidade”, segundo a qual a diversidade étnica teria um efeito negativo sobre a provisão de bens públicos (Banerjee, Iyer e Somanathan, 2005). Procurarei demonstrar, mais em acordo com os estudos sociológicos das relações raciais brasileiras (Hasenbalg, 1979; Seyferth, 1989), que o efeito do assim chamado “déficit da diversidade” (Stichnoth e Van der Straeten, 2013) pode ser melhor entendido pelos vieses discriminatórios produzidos por grupos raciais que controlam o poder político. Tal mecanismo se adequaria melhor às decisões políticas de contextos institucionais não democráticos influenciadas por ideologias raciais dominantes entre as elites políticas, como teria sido também o caso das decisões distributivas do sul dos

consequentemente, quem recebe o quê, sempre tendo como referencial as crenças do grupo dominante dentro do sistema hierárquico.

Estados Unidos antes do *Civil Rights Act* de 1964 (Alesina e Glaeser, 2004). Por outro lado, o tratamento quantitativo de tal hipótese complementa pesquisas clássicas sobre as relações raciais no Brasil, como o trabalho de Florestan Fernandes e Roger Bastide (1955), que analisaram de maneira qualitativa o efeito das concepções ideológicas discriminatórias para a inserção da população negra no mercado de trabalho de São Paulo após a abolição da escravatura.

O capítulo se organiza da seguinte forma. Na primeira parte, apresento os fundamentos teóricos que estruturam a hipótese principal, tendo como base estudos anteriores a respeito da influência de fatores étnico-raciais sobre decisões distributivas. Com base em modelos explicativos acerca do papel de ideologias raciais em processos históricos nacionais de construção da cidadania (Lieberman, 2003; Sawyer, 2006), busco argumentar que concepções raciais preconceituosas foram parte da definição institucional de políticas no período e, dessa forma, seriam o mecanismo provável a enviesar preferências das elites em relação a decisões distributivas. Na segunda parte, busco contextualizar historicamente o papel das ideologias raciais sobre as políticas públicas do estado de São Paulo de maneira mais ampla. As evidências históricas apontam para um amplo viés racial em relação a serviços públicos e políticas de incentivo direcionadas a certos grupos, neste caso voltadas exclusivamente aos imigrantes europeus brancos. Procurarei demonstrar que vieses raciais não se encontram historicamente apenas em evidências indiretas e informais –como muitas vezes a literatura sobre relações raciais sobre o Brasil costuma apresentar – mas estão explícitos em políticas públicas e fizeram parte da legislação estadual aprovada. Tal reconstrução histórica busca reforçar o argumento de que as ideologias raciais do período teriam se organizado de maneira explícita em políticas públicas aprovadas de maneira racializada pelas elites da época. Na terceira parte, apresento o modelo e explico a operacionalização das hipóteses a partir da organização de implicações testáveis empiricamente. A hipótese principal investiga o impacto da interação da proporção da população negra dos municípios paulistas de 1890 sobre o efeito populacional relacionado ao volume dos gastos dos municípios. Os testes procuram identificar se houve um efeito independente e estatisticamente significativo da interação entre o efeito populacional e a proporção da população negra, mesmo após controlarmos por fatores econômicos e geográficos. Na parte final, enfatizo a importância teórica dos fatores relacionados às características raciais da população como explicativos para decisões políticas.

2.2 Políticas distributivas e efeitos étnico-raciais: revisão da literatura.

Em uma das definições mais difundidas do objeto de estudo da Ciência Política contemporânea, Harold Laswell (1936) formulou que investigar quem recebe o quê, quando e como seria um dos objetivos centrais da disciplina. A partir de tais perguntas, a noção de política distributiva tem se consolidado nos estudos de política comparada como um dos campos mais amplos em termos de contribuições teóricas e empíricas (Stokes et. al., 2013; Golden e Min, 2013). Entre as preocupações centrais dessa literatura está quem se beneficia das políticas públicas governamentais, como o direcionamento de gastos públicos é influenciado por determinados interesses organizados, e como grupos são capazes de assegurar a manutenção de benefícios advindos de decisões políticas sobre a alocação de recursos (Kramon & Posner, 2014).

Parte de uma vertente importante dessa literatura tem encontrado resultados importantes sobre o efeito de diferenças étnicas para decisões políticas e para resultados distributivos em diferentes países e contextos políticos. Os resultados empíricos indicam como a influência das vinculações étnicas teria afetado o resultado de políticas públicas em diversas áreas de atuação governamental. Por exemplo, Franck & Rainer (2012) apontam como preferências étnicas influenciaram resultados educacionais e de saúde em uma amostra de países da África subsaariana; Burgess et. al. (2015) obtiveram resultados em relação ao acesso à melhor infraestrutura no Quênia; Jablonski (2014) e Briggs (2014) encontram evidências de favorecimento étnico no acesso aos recursos de ajudas internacionais. Muitos dos trabalhos citados anteriormente tendem a estar associados a estudos de caso da política africana, porém o conjunto dos estudos tem encontrado evidências mais amplas para outros casos – com resultados para o efeito de diferenciações populacionais por casta ou por categorias raciais. Pesquisas sobre o caso da Índia como Teitelbaum e Thachil (2010) encontraram comprovações para a relação entre maiores gastos dos governos estaduais controlados por partidos políticos representando eleitores de castas inferiores e o direcionamento de uma quantidade maior de serviços para esses eleitores; Banerjee e Somanthan (2007) demonstram que grupos de castas

politicamente mobilizadas recebem mais contrapartidas políticas que os seus adversários políticos. Alguns estudos exploram efeitos econômicos e sociais de tais diferenças a partir de classificações étnico-raciais internas aos países para um número amplo de casos como em Easterly e Levine (1997) e Baldwin e Huber (2010), que identificaram efeitos estatisticamente satisfatórios em comparações entre casos de vários continentes. Por exemplo, em Alesina, Baqir e Easterly (1999), a relação negativa entre diversidade e bens públicos foi observada em uma amostra de cidades nos Estados Unidos e Algan, Hémet e Laitin (2011) apontam como o fator diversidade altera a provisão de serviços usando como caso os conjuntos habitacionais franceses. Tal associação negativa foi inclusive testada em estudos experimentais organizados por Habyarimana et al. (2007) e Whitt e Wilson (2007).

De acordo com Baldwin (2005), as pesquisas costumam relacionar fatores étnicos com a literatura preexistente sobre patrimonialismo, clientelismo e patronagem, onde determinantes não programáticos de vínculo estabelecem a relação entre as decisões públicas e os grupos beneficiados. Nesse sentido, a literatura tende a priorizar vínculos históricos, culturais e religiosos, assim como os vínculos de casta, raça e etnicidade como explicativos para resultados de processos de governança. Tais fatores tendem a se associar em muitas explicações a vinculações mais clássicas, como as relacionadas aos partidos políticos e coalizões formadas para controlar o poder político (Francois et al, 2015). Alguns estudos, por outro lado, ressaltam o contexto político e histórico da formação estatal e sua relação com formas de diversidade étnica e linguística das localidades, o que teria consequências para o processo político subsequente (Miguel, 2004).

Nesse sentido, a partir de uma série de resultados sistemáticos para o efeito negativo da diversidade étnica para a distribuição de bens públicos, a literatura tende a considerar os problemas de ação coletiva relacionados com a variedade de grupos nas localidades como um mecanismo crível para explicar as correlações observadas (Alesina, Baqir e Easterly, 1999). Outra parte dos estudos tende a focar na existência de formas de favoritismo étnico dentro dos processos de decisão política, em alguns casos relacionados a mecanismos discriminatórios de grupos politicamente mais fortes em relação aos mais fracos (Franck e Rainer, 2012; Lee, 2018). E, de fato, diferenças étnicas possuem efeitos identificados capazes de prejudicar e produzir resultados desiguais entre grupos em uma variedade de áreas, como educação, saúde, mortalidade infantil entre outras (Chandra, 2007; Alesina et al., 2016; De Luca et al., 2018).

Em suma, tal associação entre diferenças social e historicamente construídas e serviços públicos tem sido comprovada para uma vasta quantidade de casos, países e serviços em diferentes níveis de agregação. A estrutura básica de boa parte dos modelos assume como mecanismo que a provisão de um bem público depende basicamente da cooperação entre indivíduos. O formato dessa cooperação poderia se dar tanto pela formação de uma coalizão vencedora suficiente (*minimal winning coalition*) capaz de impor a taxa necessária para o pagamento do serviço, como também pela contribuição econômica voluntária capaz de impedir *free riders* (Miguel e Gugerty, 2005). O principal problema seria, portanto, que indivíduos que pertencem ao mesmo grupo étnico tenderiam a cooperar mais para a provisão de um bem público, enquanto a diversidade de grupos dificultaria o processo de decisão ou produziria heterogeneidade de preferências. Em estudo experimental, Habyarimana et. al. (2007) argumentam que capacidade de grupos étnicos de punirem *free riders* dentro do próprio grupo seria o mecanismo mais convincente para as formas de cooperação; enquanto diferenças linguísticas, preferências étnicas e relações discriminatórias também tendem a ser considerados mecanismos importantes para a menor provisão de serviços públicos (Lee, 2018).

Nesse capítulo, busco ampliar o enfoque teórico adotado por essa literatura que associa os vieses distributivos às diferenças étnicas, buscando, porém, explorar uma explicação alternativa a partir do estudo de caso histórico de São Paulo da Primeira República. A conjuntura histórica do estado de São Paulo no período, nessa perspectiva, se estrutura como um estudo de caso interessante, pois, como procurarei demonstrar, fatores raciais foram considerados relevantes para a estruturação de políticas governamentais. De um lado, a reação das elites em relação às consequências políticas e sociais da abolição da escravatura teria reforçado o conjunto de ideias preconceituosas em relação à inserção social da população de origem africana (Fernandes e Bastide, 1955; Azevedo, 1987; Andrews, 1991), enquanto, por outro lado, o mesmo tipo de mecanismo ideológico produziu incentivos governamentais direcionados ao estabelecimento de imigrantes europeus para a produção agrícola da expansão cafeeira (Azevedo, 1987; Seyferth, 1997).²³

²³ As políticas voltadas para a população indígena no estado também reforçam o argumento em relação à forma como ideologias raciais estruturaram políticas governamentais no período. No entanto, neste trabalho não trato da especificidade em relação às políticas governamentais em relação às populações indígenas originais do estado de São Paulo, principalmente a continuidade das políticas de colonização e os aldeamentos com vistas à integração forçada dos grupos étnicos. Importante apenas ressaltar que para este período o direcionamento político da expansão agrícola indicava a política de extermínio total ou expulsão compulsória dos territórios. Governos

Os resultados empíricos aqui retratados ampliam, pelo acréscimo de um caso subnacional e histórico, os estudos pioneiros da literatura comparada sobre a relação entre raça/etnicidade e política distributiva, mais especificamente quando relacionados ao tipo de política desenvolvida em sociedades predominantemente agrárias. O exemplo mais importante da literatura foi iniciado pelos estudos de Robert Bates (1974, 1981) que enfatizaram a importância de fatores étnicos para a preferência política das elites, onde decisões políticas sobre a distribuição de recursos estavam associadas a esses vieses, principalmente em regiões agrárias da África.

Do ponto de vista da literatura mais específica sobre questões de raça no Brasil, a literatura brasileira tem uma ampla tradição mais voltada aos enfoques dos campos da sociologia e da antropologia, principalmente tendo como um dos focos centrais a inclusão do fenótipo racial como fator de identificação e diferenciação social capaz de produzir efeitos sobre o destino social dos indivíduos (Fernandes, 1955; Guimarães, 1999; Hasenbalg e Silva, 2003; Telles, 2006). Tais diferenças fenotípicas se estruturaram historicamente como símbolos não apenas de formas de distinção social, mas de fato, como critérios objetivos de classificação social e política dos indivíduos baseados na raça (Schwarcz, 1993). O fator raça como critério politicamente saliente e relevante no Brasil, portanto, não teria sido resultado de decisões estatais contingentes. Como apontam as evidências históricas, em estudos como Loveman (2014) para a América Latina e Hochschild (2007) para os Estados Unidos, as classificações raciais em coletas censitárias e em outras formas de levantamentos de dados fazem parte de políticas racializadas ou raciais organizadas pelo estado. Dessa forma, certas classificações em determinados períodos históricos estão associadas com perspectivas ideológicas e políticas sobre a importância de critérios raciais para decisões em termos de políticas governamentais.

Complementando o ponto anterior, as decisões estatais em relação ao levantamento de dados dos censos e outras listas de classificação populacional, nesse sentido, podem ser consideradas evidências em si da importância política da produção de classificações étnico-raciais para a tomada de decisão política das elites (Nobles, 2000; Loveman, 2014). Portanto, para o contexto histórico dos dados utilizados neste capítulo, não interessava ao estado brasileiro apenas saber a quantidade de escravizados dentro da população brasileira, como foi

participaram de expedições de grupos paramilitares para “limpar” territórios com vistas à expansão agrícola e também para a construção das ferrovias do estado (Vidal, 1983).

o caso do censo de 1872, mas classificar tanto a população livre como a escravizada em termos raciais, algo mantido inclusive após o fim da escravidão, como revela o tipo de classificação realizada pelo censo nacional de 1890.²⁴

Em concordância com as formas mais difundidas de operacionalização empírica, importante ponderar, que assim como nas definições da literatura em ciência política e economia política sobre a relevância de fatores étnicos para os resultados de governança, as conceitualizações em torno da categoria raça tendem a ser intercambiáveis com a de etnia (Horowitz, 1985; Sen e Wasow, 2016), e em alguns casos, como em estudos sobre os Estados Unidos, os resultados sobre a relação entre decisões distributivas e as políticas raciais formam parte de explicações consolidadas sobre o desenvolvimento político deste país (Alesina e Glaeser, 2004). Sendo assim, a categoria raça, tanto a partir da forma como governos organizam institucionalmente políticas raciais, quanto em relação aos levantamentos censitários que consideram fatores raciais como politicamente salientes, passa a tornar possível de verificação empírica de seus possíveis efeitos sobre resultados politicamente relevantes. Para o caso dos resultados políticos e sociais de São Paulo, portanto, parte importante da motivação das variáveis explicativas surge do esforço de testar empiricamente quando e em que tipo de resultado político concreto, neste caso específico medido em termos de gastos públicos, as categorias raciais tiveram influência preponderante.

Antes de definir os critérios teóricos do modelo explicativo, julgo importante contextualizar historicamente o tipo de influência ideológica que predominava no período estudado em relação às classificações raciais da população. Não se afirma aqui que critérios raciais são politicamente salientes apenas quando institucionalizados por políticas e classificações organizadas pelo estado. Em certos contextos políticos, as estratégias estatais de “apagamento” das classificações raciais, ou mesmo o esforço em negar a existência de raças como algo socialmente e politicamente relevantes, teria sido uma estratégia para evitar a

²⁴ A coleta dos dados do censo de 1890 apresentou problemas quando consideramos o conjunto dos municípios brasileiros e seus dados paroquiais que, em muitos casos, não representa de fato uma coleta confiável para alguns estados. Contudo, com base no tratamento detalhado desses dados para o estado de São Paulo realizado pelo Núcleo de Estudos de População da UNICAMP, em trabalho organizado por Bassanezi (1998), foi possível diminuir distorções e lacunas dos dados a partir de comparações com outros levantamentos para o século XIX em São Paulo, principalmente o realizado em 1886. Importante ressaltar que em comparação com o Brasil, o estado de São Paulo produziu um levantamento bastante relevante, já que das cento e setenta paróquias existentes nos 136 municípios, apenas quatro não foram recenseadas, sendo que três delas possuíam dados populacionais produzidos para 1886.

mobilização política de grupos raciais com vistas à manutenção de um *status quo* de desigualdade entre raças (Sawyer, 2006).

Porém, para os fins específicos deste estudo, seria importante para o entendimento do mecanismo proposto como fundamental para a hipótese teórica demonstrar que critérios raciais fizeram parte de um projeto político e ideológico das elites paulistas mesmo após o fim da escravidão. Nesse sentido, a classificação em termos raciais organizada pelo estado brasileiro pode ser apropriada para testar hipóteses em relação aos efeitos políticos e econômicos que suas variações entre diferentes grupos raciais poderiam ter tido para a governança dos municípios.

A próxima seção contextualiza historicamente o mecanismo principal do modelo teórico – a ideologia racial predominante no pós-abolição – e exemplifica a importância da forma como tal mecanismo foi capaz de estruturar institucionalmente políticas públicas no estado de São Paulo.

2.3 Contexto histórico das relações raciais no pós-abolição em São Paulo

Tendo como evidência os estudos da vasta literatura sobre a história das relações raciais no Brasil, o pressuposto que organiza a hipótese teórica considera que os termos da discussão política na Primeira República trataram a questão racial como central dentro da formação da preferência política das elites (Fernandes, 1965; Skidmore, 1974; Costa, 1989; Andrews, 1991). Para além da estruturação racializada do próprio escravismo,²⁵ o preconceito de cor já havia se organizado contra a população afrodescendente livre nas ideias e práticas cotidianas (Costa, 1989). A literatura historiográfica é rica em evidências da disseminação geral do preconceito do pensamento das elites proprietárias e intelectuais, inclusive em concepções de religiosos, sobre a inferioridade africana descrita em relatos de viajantes, cartas e na imprensa da época (Costa, 1989). É nessas condições que a prática de perseguições religiosas, policiais

²⁵ O levantamento censitário da escravidão de 1872 possui a classificação racial dos escravizados, tanto os brasileiros como os estrangeiros. A totalidade da população escravizada no estado de São Paulo foi classificada como preta ou parda.

e na prática da aplicação do direito penal se disseminou (Alberto, 2009). O preconceito racial se encontrava organizado institucionalmente também em diversos mecanismos legislativos, alguns relacionados diretamente aos instrumentos de controle e escravização de indivíduos – como os mecanismos e suas diferenciações em termos de penalidades jurídicas e castigos físicos — organizados pelo Código Criminal de 1830 (Prudente, 1989), como também em formas de tutela que na prática mantinham indivíduos livres em condição de servidão, como foi o caso das consequências dos mecanismos da Lei do Ventre Livre (Alonso, 2015).

Por outro lado, e de forma mais explícita, as políticas raciais de estado se organizaram muito em torno da concepção racial de indivíduos classificados como brancos. Dispositivos raciais explícitos foram organizados pela via legislativa com as primeiras leis imigratórias e de colonização voltadas para as chamadas “gentes brancas livres” desde pelo menos 1808, a partir de um decreto de D. João VI voltado para o estabelecimento de colonos do norte da Europa no território brasileiro (Demoro, 1960). Diversas outras iniciativas de atração de colonos europeus se tornaram comuns durante o período imperial, com sucesso apenas limitado em algumas regiões do país, em que a origem étnica se encontrava devidamente explícita dentro da legislação (Holloway, 1984). Mas, foi a partir principalmente da crescente demanda por mão de obra para o complexo cafeeiro de São Paulo no pós-abolição que a necessidade econômica relacionada à provisão de braços para a lavoura se associou e reforçou a tese do “branqueamento” da população como projeto político. Tal combinação teve um impacto importante sobre a forma como políticas estatais de atração de imigrantes europeus para a substituição do trabalho escravizado africano e afro-brasileiro foi orientada, e se associariam com políticas públicas especificamente voltadas para o atendimento dos grupos europeus no estado de São Paulo (Reichmann, 1999; Skidmore, 1974; Stepan, 1991; Andrews, 2010).

Do ponto de vista da forma como o pensamento racial foi capaz de se organizar em termos políticos e institucionais após o fim da escravidão, evidências baseadas na legislação aprovada são uma sinalização importante para o tipo de resultado desejado pelas elites paulistas do período. Dessa forma, ao tratarmos de diversas leis ordinárias e decretos aprovados como evidência, a organização das prerrogativas municipais dentro do estado de São Paulo foi bastante específica ao tratar da origem geográfica dos trabalhadores objeto dos subsídios estatais para atração nos municípios, dos fundos governamentais envolvidos, e até no papel das assembleias locais em prover serviços públicos para a fixação de tais grupos nos territórios. A

legislação para os municípios de São Paulo permitiu o financiamento municipal do povoamento local através de recursos públicos, e determinou a autonomia municipal para a utilização de fundos próprios para, nas palavras redigidas do artigo 55 da lei ordinária N° 16 de 13 de novembro de 1891, “*crear agencias e emigração e alojamentos destinados a immigrants europeus americanos que queriam estabelecer-se em seu territorio, contractando a sua introdução directamente e garantindo-lhes auxilio e collocação.*”

Tal iniciativa viria a ser complementada por uma série de outras em sequência, como por exemplo a lei N. 356, de 29 de agosto de 1895, que estabelecia critérios de origem e raciais²⁶ para o financiamento da mão de obra no Estado de São Paulo. Abaixo reproduzo a lei com a grafia original da época:

“Artigo 1.º - Fica o Governo auctorizado a despender a quantia necessaria com a introdução de sessenta mil immigrants, constituídos em familias exclusivamente de agricultores, procedentes dos continentes europeu, americano e africano, porém só dos paizes indicados nos paragraphos seguintes :

§ 1.º - Os immigrants do continente europeu serão das seguintes nacionalidades: italiana, sueca, alleman, norueguesa, suissa, hollandeza, dinamarqueza, inglesa, austriaca, portugueza e hespanhola, sendo os desta ultima exclusivamente das ilhas Canarias e das provincias denominadas Galicia, Navarra e Vascongadas.

§ 2.º - Os de origem americana serão canadaenses da provincia de Québec e da ilha do Porto Rico.

§ 3.º - Os de origem africana serão somente das ilhas Canarias.

Artigo 2.º - Os immigrants procedentes do Canadá não poderão exceder de dez mil e serão localizados de preferencia no norte do Estado.

§ Unico. - Os de nacionalidade hespanhola tambem não poderão exceder de dez mil.”

O perfil do imigrante subsidiado em São Paulo foi o do camponês europeu pobre, vindo

²⁶ Trato como raciais pois a escolha de certas regiões geográficas limitadas dentro da África, como o caso específico das Ilhas Canárias, tinha relação direta com as características raciais dos trabalhadores subsidiados.

junto com seu núcleo familiar para se estabelecer no país e trabalhar nas fazendas de café (Martins, 2013). A preferência dos imigrantes espontâneos encontrava competição principalmente junto a Argentina e Estados Unidos, onde também foi muito mais significativa a imigração temporária, para ambientes urbanos.

Segundo os números dos anuários estatísticos do estado, cerca de 1.151.389 europeus entraram no estado de São Paulo com alguma forma de subsídio, principalmente as passagens de navio, gastos com a hospedaria, alimentação e outros funcionários de apoio, como médicos para a recepção e triagem para os locais de trabalho, além da construção da nova sede da hospedaria dos imigrantes no município de São Paulo (Holloway, 1984). De acordo com Colistete (2019), os gastos com imigração chegaram a exceder de forma abrupta as receitas em São Paulo, tendo atingido 78,5% dos dispêndios, o que ocasionou a contratação de empréstimos externos e o lançamento de apólices do Tesouro para financiar o excesso de despesas assumidas pelo estado.

Apenas a título de ilustração, dado o contexto histórico do período analisado e o tipo de ideologia que tornou fatores raciais salientes do ponto de vista das preferências políticas, reproduzo abaixo a obra vencedora da medalha de ouro do Salão Nacional de Belas Artes do Brasil em 1895 de Modesto Brocos. Nela, intitulada “A Redenção de Cam”, o ideal eugenista de melhoramento racial pela introdução de formas embranquecedoras de miscigenação está retratada e, como descrito pelo próprio título da obra, se trataria de uma forma de redimir o país e seu povo em direção a um futuro mais europeu e menos africano em termos raciais.²⁷

²⁷ Para uma análise pormenorizada das origens da ideologia racial que informa a tela a partir do pensamento da época ver Schwarcz (1993).

Figura 6: “A Redenção de Cam”, Modesto Brocos (1895)



Na obra, mesmo entre as formas de miscigenação, o ideal seria que as novas gerações perdessem com o tempo suas características africanas e caminhassem para um futuro mais branco e europeu.

Portanto, considerando as ideias em debate, para as elites políticas da Primeira República, o problema a ser enfrentado tinha relação com o fato de racialmente a nação carecer da brancura necessária para manter a “vitalidade” (Dávila, 2003) necessária para um projeto de modernidade relacionado com uma Europa branca (Alberto, 2009). Assim, dotados da incumbência de povoar as novas fronteiras do estado de São Paulo e fornecer mais mão de obra para as demandas de produção, o governo passou a conciliar as duas tarefas, quais sejam, a atração e a manutenção da mão de obra necessária à manutenção e expansão do complexo agroexportador e, ao mesmo tempo, estimular um novo senso de modernidade vinculado à brancura, onde políticas e incentivos são organizados de maneira racializada tendo como foco uma população de origem europeia. Por outro lado, como ressalta Dávila (2003), as ideias que circulavam durante a Primeira República tendiam a relacionar a negritude ao passado e ao

atraso. Os intelectuais tratavam essa discussão em linguagem freudiana, onde toda a cultura e a história dos povos africanos se relacionavam com formas primitivas, pré-lógicas e infantis. Os institutos públicos de pesquisa durante o período, a imprensa e a igreja também foram fontes e espaços importantes da difusão de concepções racistas em relação aos afrodescendentes (Stepan, 1991; Schwarcz, 1993). De forma ampla, portanto, e em diversos setores com poder político de decisão, as elites brancas tendiam a equiparar aspectos raciais ligados à negritude à falta de saúde, à preguiça e à criminalidade (Bastide e Fernandes, 1955; Costa, 1989; Stepan, 1991; Schwarcz, 1993; Dávila, 2003)

Do ponto de vista das políticas públicas, a tabela abaixo resume, com base na legislação aprovada, o tipo de subsídio e fundos destinados exclusivamente ao atendimento dos imigrantes brancos e europeus no estado de São Paulo:

Tabela 4. Políticas públicas de subsídio e incentivos específicos para europeus brancos no estado de São Paulo (1870-1920)

Política/Lei	1870	1880	1890	1900	1910	1920
Imigração Subsidiada exclusiva para Europeus	Política Estatal	Política Estatal	Lei	Lei	Lei	Inclusão de asiáticos
Transporte	Investimento privado	Impostos governamentais	Impostos e incentivos fiscais	Fundos públicos e incentivos fiscais	Fundos públicos e incentivos fiscais	Fundos públicos e incentivos fiscais
Alimentação e Alojamento	Fundos privados	Fundos privados	Fundos públicos e incentivos fiscais	Fundos públicos e incentivos fiscais	Fundos públicos e incentivos fiscais	Fundos públicos e incentivos fiscais
Moradia	Fundos privados	Fundos privados	Fundos privados e incentivos fiscais	Fundos privados e incentivos fiscais	Fundos privados e incentivos fiscais	Fundos privados e incentivos fiscais
Contrato de Trabalho	Lei	Lei	Lei	Lei	Lei	Lei
Posse de terra e propriedade	Política Estatal	Política Estatal	Política Estatal e Lei	Política Estatal e Lei	Política Estatal e Lei	Política Estatal e Lei

- Fontes: Holloway (1984); Legislação estadual: Lei nº 1, de 03/02/1888; Lei nº 96, de 11/04/1887; Lei nº 83, de 06/04/1887; Lei nº 123, de 16/07/1881; Lei nº 173, de 08/08/1893; Lei nº 341, de 12/08/1895; Lei nº 388, de 17/06/1896; Lei nº 673, de 09/09/1899 ; Lei nº 668, de 06/09/1899 ; Lei nº 710, de 28/08/1900; Lei nº 1.457, de 29/12/1914; Lei nº 1.538, de 30/12/1916 ; Lei nº 1.853, de 29/12/1921

O fato é que os municípios paulistas não se diferenciavam apenas em relação à atividade econômica, a produtividade das fazendas de café, à riqueza e à localização geográfica, mas também em relação à maneira como constituíram incentivos privados e políticas públicas relacionadas às características étnico-raciais da população local, o que foi capaz de produzir diferenças centrais para o destino posterior dos grupos nas localidades. De acordo com o trabalho de Thomas Holloway (1984), tais diferenciações podem ser entendidas não apenas como incentivos, mas também como privilégios aos grupos imigrantes brancos europeus em termos de melhores contratos de trabalho, acesso aos títulos de propriedades rurais, incentivos econômicos e subsídios públicos para o estabelecimento dos núcleos coloniais para a produção local e em políticas públicas locais para a fixação adequada nas localidades.²⁸

Por outro lado, a extensa população afrodescendente livre já vinha desempenhando um papel econômico importante antes da extinção total da escravatura no Brasil (Skidmore, 1974), tendo inclusive um amplo papel como parte da mão de obra nacional pobre em diversos setores econômicos da economia cafeeira paulista (Lamounier, 2006). No entanto, a transição para o regime republicano e a maior descentralização política e fiscal do regime de 1889 esteve associada a uma combinação histórica de amplo ressentimento senhorial durante os períodos finais da escravidão (Fernandes, 1955); assim como com a ascensão do pensamento europeu racista que organizou teorias dogmáticas sobre diferenças raciais inatas, que retratavam como inferior a população negra. Essa combinação tornou a tese do “branqueamento” algo ideologicamente consistente para as iniciativas políticas da elite paulista entre os anos 1880 e 1920 (Skidmore, 1974; Weinstein, 2015).²⁹

O pensamento corrente entre as elites paulistas, como tratado pela literatura histórica (Weinstein, 2015), tendeu a relacionar o escravismo a justificativas ideológicas relacionadas aos processos de dominação, exploração e superioridade racial. De acordo com Viotti da Costa (1998; p. 276) a “mentalidade senhorial” continuou fazendo parte da forma como as elites republicanas continuaram a se portar politicamente após a transição de regime.

²⁸ Importante ressaltar que uma parte dos incentivos políticos para tais melhorias aconteceram como resultado de revoltas dos imigrantes com as condições de trabalho das fazendas de café e inúmeras situações de retorno para o país de origem ou migração para ambiente urbano devido às péssimas condições de trabalho e moradia no ambiente rural. Para detalhes ver Martins (1973).

²⁹ Para entender o papel das ideias raciais sobre as políticas públicas brasileira após 30 ver Dávila (2006).

Nesse sentido, o regime escravista se estruturou como instituição política cuja organização ensejou o desenvolvimento de uma série de justificativas ideológicas, que apesar de variarem em seus argumentos ao longo período, manteve em sua síntese a hierarquia entre grupos raciais (Williams, 1974). Em sua última fase no século XIX, a literatura é bastante categórica em afirmar que o pensamento racista em relação aos africanos e afro-brasileiros se constituiu como a corrente ideológica predominante do pensamento das elites brasileiras (Schwarcz, 1993; Guimarães, 1889; Telles, 2004). Não obstante o amplo papel político do movimento abolicionista em diversos setores da sociedade (Alonso, 2015), os preconceitos históricos contra os afrodescendentes foram reforçados pela manutenção das diversas formas de opressão e desigualdade; não apenas pela completa ausência de políticas públicas de apoio à população liberta, algo nem mesmo feito no sul dos Estados Unidos da Reconstrução (Du Bois, 1910), mas principalmente pelas dificuldades impostas à sua inclusão econômica, social e de cidadania política. Ou seja, importante enfatizar, que ao longo de todo processo de institucionalização de políticas governamentais da Primeira República, componentes raciais organizaram iniciativas políticas importantes a favor dos brancos (Holloway, 1984), enquanto legou aos afrodescendentes elementos relacionados com as restrições do passado escravista, como as restrições ao acesso à educação e à propriedade de terra (Seyferth, 1997; Skidmore, 1974).

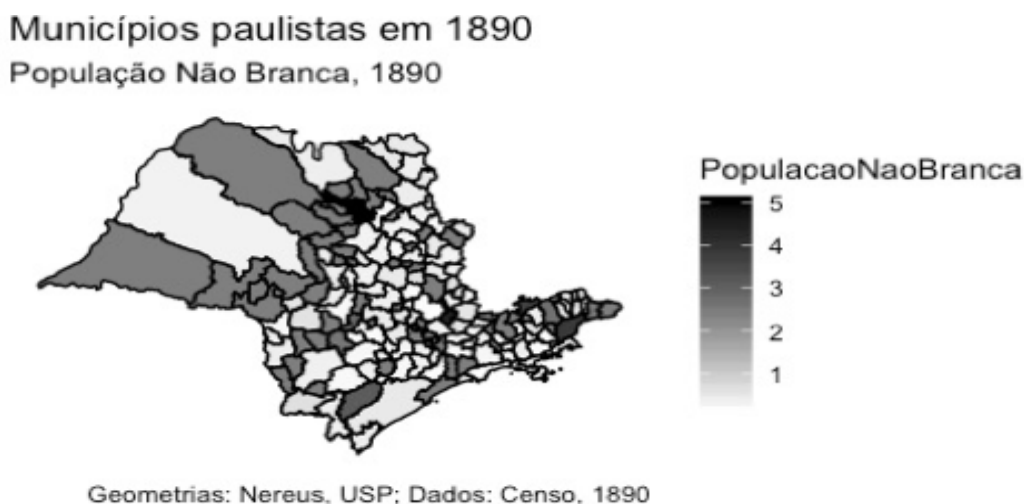
Dessa forma, a maneira como a sociedade se organizou ao fim da abolição manteve um padrão bastante rígido de estratificação não apenas social, mas também racial, que, dessa forma, dava aos proprietários de terra (brancos) praticamente o monopólio do poder – econômico, social e político. Essa hierarquia, na qual a classificação social se correlacionava em alto grau com a origem e o fenótipo, se manteve presente mesmo após a abolição e, por razões que incluíam a ideologia racial, não dependiam da escravidão para se perpetuar (Skidmore, 1974; p. 80).

Em vista disso, dados sobre a composição racial da população do período se tornam fontes importantes para se avaliarem políticas públicas e possíveis vieses raciais na preferência das elites em outros âmbitos, como seria o caso dos gastos públicos. Os censos e suas categorias raciais se organizaram dentro da institucionalidade e classificaram racialmente a população em diversos períodos e, mesmo após o fim da escravidão, mantiveram como categorias politicamente relevantes de serem contabilizadas em 1890 classificações estatais da população

de “pretos, caboclos, mestiços, pardos e brancos,” algo comum nos levantamentos realizados durante o império (Vidal Luna e Klein, 2009). Como ressaltou o estudo de Loveman (2014), as motivações políticas e ideológicas relacionadas ao conhecimento das transformações raciais dentro das sociedades latino-americanas mobilizaram importantes recursos públicos, pois tal conhecimento das diferenças demográficas informava decisões governamentais com base em tais critérios. A classificação racial no estado de São Paulo apresenta hiatos em seus levantamentos durante a Primeira República, como é o caso do Censo de 1920, mas foi coletada pelo levantamento de 1890, que será utilizado nesse capítulo. Dados raciais, no entanto, continuaram a ser coletados de maneira menos estruturada em outros levantamentos governamentais, como em dados policiais, dados da área de saúde e em alguns levantamentos municipais, como aconteceu no censo organizado pela cidade de São Carlos.

O mapa abaixo revela a distribuição racial das proporções da população não classificada como branca até 1890. Em média, os não brancos, ou seja, pretos, caboclos e mestiços representavam 58% da população do estado na última década do século XIX.³⁰

Figura 7: Proporção da população não branca nos municípios paulistas



³⁰ Os valores do mapa indicados como números inteiros representam proporções, portanto, o valor 1 corresponde a 10% assim como 5 corresponde a 50%

Em períodos anteriores, ainda durante o século XIX, a análise dos vários censos e listas nominativas feitas por Luna e Klein (2009) acerca da população da província de São Paulo revela o interesse das elites pelo tipo de estrutura populacional paulista, o que envolvia levantamentos mais detalhados das características étnicas, inclusive as diversidades nacionais africanas, sempre considerando que os brancos europeus e seus descendentes não miscigenados constituíam o grupo base das elites nos dados dos levantamentos dos autores, e possuíam praticamente o monopólio em relação ao controle político e das atividades econômicas nos municípios (Vidal Luna e Klein, 2009)³¹. De acordo com o censo de 1872, as outras parcelas da população eram primordialmente formadas por brasileiros mestiços livres e escravizados, e de uma maioria de pretos brasileiros e africanos escravizados. Os brancos, de acordo análise de Luna e Klein para São Paulo, tendiam a corresponder a dois terços do total da população livre; os classificados como pardos correspondiam até a um terço da população total, e um terço da população livre; os classificados como pretos em sua grande maioria eram escravos, com uma parcela mínima de livres até meados da segunda metade do XIX. Importante considerar, dessa forma, que o choque da expansão da produção cafeeira também trouxe para a formação demográfica do estado de São Paulo um crescimento substancial no número de escravos, além de um crescimento importante da população de livres não branca que participava de atividades subsidiárias relacionadas ao complexo cafeeiro (Luna, Costa e Klein, 2009; Lamounier, 2006).

Dessa forma, ao considerar a importância política do conhecimento das elites sobre a demografia municipal e tendo constatado que a opção ideológica pela escolha de certos grupos raciais e não outros após o fim do regime escravocrata, a outra ponta da descentralização da atuação dos municípios tinha relação com os beneficiários ou não dos gastos públicos nas

³¹ Apenas a título de uma comparação não sistemática, o que exigiria um outro estudo que vai além dos objetivos do capítulo, em um paralelo dentro do mesmo período, segunda metade do XIX, e tendo como base os dados de Luna e Klein assim como os dados do censo de 1872 utilizados no primeiro capítulo dessa tese, nem mesmo os estados do Sul dos Estados Unidos conseguiram constituir um monopólio tão completo como o Estado de São Paulo em termos do controle das elites brancas em relação ao acesso econômico à propriedade privada, à formação profissional, ao acesso à alfabetização e, principalmente, à possibilidade de representação dentro do poder político no nível local. Mesmo tendo São Paulo uma população negra livre considerável trabalhando como mão de obra nos municípios, os dados sobre a quantidade de negros em 1872 indicam que os canais de ascensão social parecem ter sido extremamente limitados. Estudos sobre as condições sociais e a política no sul dos Estados Unidos, como DuBois (1935), O. Key Jr (1949) e mais recentemente Aldrich e Griffin (2018), relatam como mesmo diante de um conjunto amplo de medidas e táticas de terror para limitar os direitos da população negra no pós-Reconstrução, os dados revelam como nos diversos estados do sul a população negra conseguiu acessar canais de representação política e de acesso à educação, elegeu alguns representantes e obteve acesso à propriedade em diversos condados. A título de exemplo, em 1867, antes que a legislação *Jim Crow* impusesse restrições formais, 15% dos políticos no Sul eram negros (Aldrich e Griffin, 2018; p. 76).

localidades. Câmaras municipais passaram a tratar de forma ampla e por meio de escolhas entre seus membros o direcionamento de recursos das receitas dos municípios, entre as quais estariam obras gerais em pontes, estradas, iluminação pública, serviços de água, higiene e saúde, educação, além de encontrarem formas de manter funcionários públicos e inclusive contrair dívidas para o financiamento de suas atividades. Apesar da tendência comum na literatura econômica em relacionar os gastos públicos como atrelados a certas características dos municípios, como seria o caso do efeito positivo do crescimento da população local (Oates, 1988), a hipótese levantada pelo capítulo considera que o efeito demográfico sobre o volume de gastos públicos precisa ser entendido como mediado pelas preferências das elites em termos das características raciais da população. Assim, tal qual a literatura em política distributiva tratada anteriormente, neste capítulo é considerado ser possível associar o volume de gastos municipais em um regime de maior descentralização política e das receitas econômicas com os dados demográficos dos municípios.

Dado o contexto político e ideológico descrito nessa seção, o capítulo estende para o caso de São Paulo o mesmo tipo de investigação realizada por Alesina e Glaeser (2004) para o contexto histórico norte-americano.

A pergunta que organiza esse debate parte da constatação de que, dado um contexto de preconceito racial de um grupo em relação a outro, qual seria a relação entre maiores parcelas de grupos raciais não identificados com as elites e os gastos públicos.

Outro ponto importante a ser enfatizado seria o de que, dadas as ideias predominantes no período, também seria razoável tratar a ideologia do branqueamento e seus efeitos sobre certas políticas públicas como mecanismo crível. Dessa forma, o objetivo foi, em primeiro lugar, demonstrar que as ideologias raciais podem se organizar como causas, ou seja, já que foram capazes de influenciar o conteúdo de certas iniciativas políticas e legislativas, como teria sido o caso do conteúdo racial das políticas de subsídios para a imigração, também poderiam ser capazes de alterar a quantidade de gastos municipais, principalmente em municípios com uma presença maior da população africana e afrodescendente. A presença da população negra teria o efeito de desincentivo a maiores gastos públicos, dada a descrição anterior em relação ao tipo de ideia circulante entre as elites brancas.

2.4 Teoria e modelo teórico

O modelo teórico aqui proposto parte da ideia de que marcadores sociais baseados no fenótipo, convencionalmente tratados como diferenças raciais,³² são capazes de enviesar decisões distributivas, tal qual tratado pelo modelo de Fearon (1999) em relação à etnicidade; mas também que deliberações relacionadas a grupos racialmente não identificados com os tomadores de decisão podem ser desvantajosas para estes grupos em um cenário decisório onde os recursos são escassos, do mesmo modo que o modelo de Bates (1974; p. 152) entende as coalizões étnicas. Além disso, o modelo proposto também leva em consideração o papel da ideologia racial na formação de políticas públicas e na alocação de recursos

Diante de tais considerações, este estudo considera a ideologia racial do período de São Paulo no pós-abolição como um mecanismo provável a enviesar por critérios raciais decisões políticas, tendo como base o modelo teórico dos ciclos raciais de Sawyer (2006; p. 13). Segundo a definição teórica deste modelo, uma ideologia racial funcionaria como um mecanismo cognitivo que opera sobre percepções individuais e coletivas, segundo definição de McAdam, Tarrow e Tilly (2001) e, dessa maneira, seria passível de verificação empírica de suas implicações sobre o resultado das deliberações políticas. De maneira mais ampla, ideologias raciais podem variar em seu conteúdo em diferentes momentos históricos e se adaptar a distintos regimes políticos, como aponta Sawyer (2006), porém, como tratado pela literatura sobre as concepções raciais do pensamento das elites paulistas (Skidmore, 1974; Ortiz, 1985; Graham, 1990; Weinstein, 2015), parte importante das ideologias raciais resultantes do processo de escravidão nas Américas tendeu a ter como resultado ideologias racistas contra a população afrodescendente (Willians, 1944; Andrews, 2007). Dessa forma, projetos de concepção de Estado e Nação continuaram a justificar formas de desigualdade e opressão baseadas nas hierarquias raciais herdadas do período escravocrata. Do ponto de vista da organização estatal, alguns casos demonstram como tais ideologias são capazes de estruturar institucionalmente formas hierárquicas entre grupos raciais, como foi por exemplo o caso da Constituição de 1909 da África do Sul analisada por Lieberman (2003), ou da legislação dos estados sulistas norte-americanos. Como procurarei evidenciar neste capítulo, e de acordo do

³² Importante essa ponderação apenas para reforçar que o conceito de raça nesse estudo obedece ao critério social e construtivista do termo e não biológico.

com o caso do estado de São Paulo, as decisões sobre a quantidade de gastos em serviços públicos realizada poderiam ter sido afetadas pelos vieses raciais das elites.

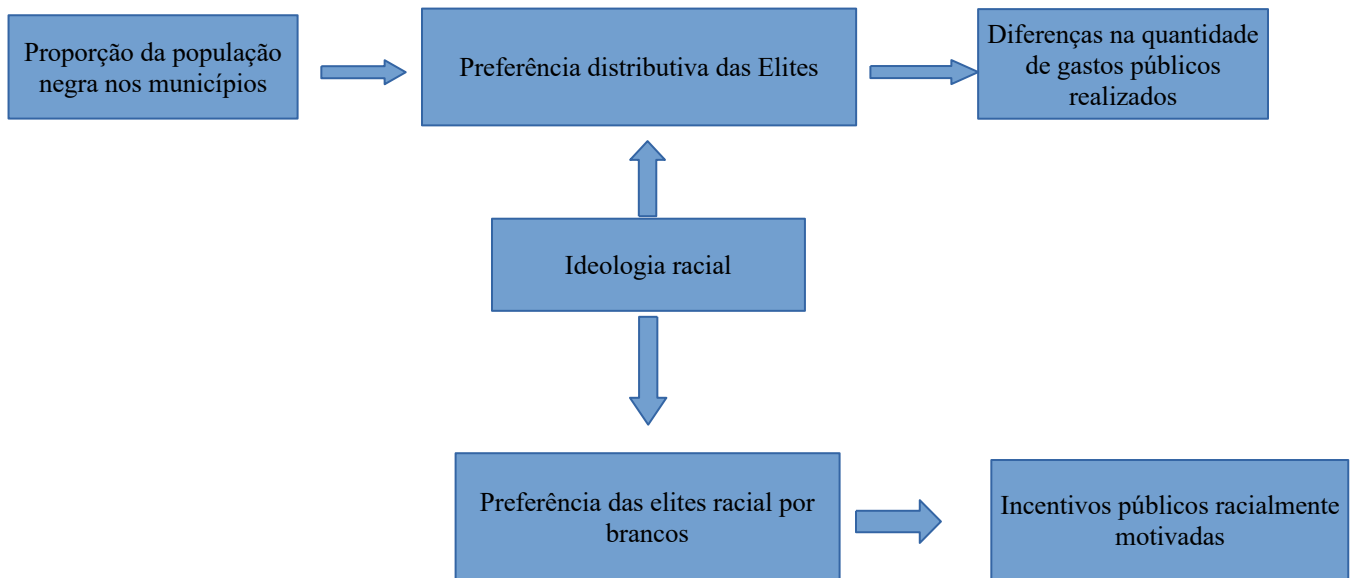
Para os fins desse capítulo, não pretendo esgotar as evidências históricas do projeto político das elites paulistas e de suas preferências em relação à composição racial da população, já tratado em maiores detalhes por autores como Skidmore (1974) e Andrews (1990), mas apenas demonstrar que, ao contrário da literatura que considerou raça como uma categoria não prevalente dentro do regime inaugurado pela Constituição de 1891 no Brasil – principalmente o estudo de Lieberman (2003) – o modelo teórico aqui proposto argumenta que do ponto de vista subnacional, as ideologias raciais das elites de São Paulo estruturam institucionalmente políticas públicas e dessa forma, poderiam, como hipótese testável, também ter produzido vieses em relação ao volume de gastos em serviços públicos nos municípios.

A hipótese central desse capítulo assume como pressuposto que ideologias raciais teriam estruturado políticas e instituições com base em preferências das elites por grupos racialmente brancos, e que tais elites teriam suas preferências informadas por ideias racistas em relação à população negra do estado. Como consequência, seria possível observar efeitos distributivos conforme a variação da presença da população afrodescendente no nível local. A maneira como empiricamente a presente hipótese será estruturada seguirá o estudo clássico de Alesina et al. (1999) para os Estados Unidos, tratando, porém, a variação em relação à proporção da população negra como condicional ao efeito populacional sobre o volume de gastos em serviços públicos.

Portanto, e de acordo com o exposto anteriormente, o efeito populacional sobre o volume de gastos estaria condicionado ao efeito de maiores parcelas de grupos raciais não identificados com o projeto racial das elites. A principal consequência observável seriam formas sistemáticas de limitação de gastos em certas áreas, principalmente aquelas mais identificadas com percepções preconceituosas em relação à população, como educação e assistência pública na área de saúde.

Além disso, a teorização acerca do caráter enviesado dos padrões distributivos busca controlar por outros mecanismos relacionados com hipóteses rivais.

Podemos resumir as etapas do modelo explicativo dessa forma



A próxima seção operacionaliza em hipóteses testáveis o modelo esboçado e organiza a operacionalização dos testes das implicações do modelo.

2.5 – Hipótese empírica e implicações testáveis

A hipótese que guia o estudo é que existiria uma relação entre a demografia étnico-racial da população dos diversos municípios e a quantidade de gastos públicos municipais realizados, tendo como principal implicação da teoria que o efeito do tamanho da população dos municípios seria condicional à proporção da população negra.

A especificação do modelo principal pretende se utilizar da forma já clássica também utilizada por Alesina et al. (1999) que se utiliza da proporção da população negra como variável explicativa para a variação na provisão de bens públicos. Tal estratégia empírica também foi aplicada por diversos estudos da literatura em Ciência Política para outros casos e em outros períodos históricos, como por exemplo, os estudos recentes que buscam explicar os efeitos de proporções raciais em Pardelli e Kustov (2018) para o Brasil contemporâneo e Lee (2018) sobre os Estados Unidos e Índia, assim como para a proporção de grupos étnicos em Miguel (2014)

para os vilarejos quenianos.

O modelo tem como variável dependente o volume total de gastos públicos em setores com potencial para se organizarem como bens públicos não exclusivos, e considera o efeito que a exposição das elites a diferentes proporções da população negra teria para o volume de dispêndios em diferentes anos. Como já explicado anteriormente, tomo como medida da proporção da população negra os dados municipais do censo de 1890. Em primeiro lugar, do ponto de vista teórico, tais dados são os únicos a revelar uma distribuição da população afrodescendente após o fim da escravidão, principalmente se considerarmos que houve uma tendência a uma maior mobilidade após a abolição, o que dificultaria uma interpretação mais precisa caso usássemos os dados raciais de 1872. Por outro lado, mesmo com inconsistências em relação ao número de estrangeiros, já que muitos receberam nacionalidade brasileira com a Proclamação da República, a proporção de negros em 1890 teria como medida comparativa direta o contraste com a proporção da população branca (já incluídos os estrangeiros de origem europeia).

A definição da variável dependente considera a soma dos gastos em higiene e assistência, instrução pública (educação), serviços de água, iluminação pública e limpeza pública.

Serviços Públicos = Higiene (Saúde) + Educação + Água + Iluminação + Limpeza

A regressão do modelo abaixo estima o efeito condicional da proporção de negros em relação à população sobre o valor real dos gastos em uma definição do que seriam os serviços públicos nos municípios paulistas em diferentes anos.

Dessa forma, a investigação estimou em *cross-sections* de diferentes anos da amostra a relação entre a proporção de negros em 1890 (medida como a soma de pretos e pardos na definição censitária) e os gastos em serviços públicos durante a Primeira República. As primeiras regressões estimaram o efeito da variável de interesse em diferentes anos em décadas distintas, controlando com *dummies* das principais regiões históricas do estado de São Paulo segundo a equação do modelo abaixo:

$$Y_i = \alpha + \beta_1 P_i + \beta_2 \log(\text{pop}_i) + \beta_3 (P_i * \log(\text{pop}_i)) + \beta_4 (\text{ControlesRegionais}_i) + \varepsilon_i$$

onde Y_i é o total de gastos em serviços públicos em valores reais no município i nos anos selecionados de cada década em escala logarítmica; β_1 é o parâmetro indicando o efeito da proporção P_i da população negra em 1890 em cada município i ; β_2 é o coeficiente da escala logarítmica da população local para cada município i ; β_3 é o coeficiente da interação entre a proporção da população negra com a população de cada município i ; β_4 é um vetor de *dummies* das regionalizações históricas do estado de São Paulo em municípios i ; e ε_i é um termo de erro.

Importante salientar, assim como ressaltam Jaccard et al. (1990), que a interpretação do coeficiente da interação interfere na forma como analisamos o efeito principal da relação entre Y_i e P_i (medido por β_1). Em uma equação sem o termo interativo, o coeficiente da regressão estima o efeito de uma variável independente sobre uma variável dependente, entre os diferentes níveis da outra variável independente. Em contraste, na equação que inclui o termo interativo, os coeficientes β_1 e β_2 refletem um relacionamento *condicional*. Ou seja, β_1 reflete a influência de proporção de negros quando a população é igual a 0; da mesma forma deve-se interpretar o coeficiente β_2 . Portanto o coeficiente β_3 representa o efeito de interação, e dessa forma, estima uma mudança no coeficiente angular da população total, ou seja, o impacto desta sobre os gastos passa a depender também da proporção de negros no município. Portanto, em modelos com termos multiplicativos (interativos), o pressuposto teórico implica em considerar que o coeficiente da proporção de negros somente pode ser interpretado nessa especificação a depender do tamanho da população. Dessa forma, interpretar o efeito principal de β_1 isoladamente perde o sentido, já que tal coeficiente tem como pressuposto uma população de tamanho 0.

2.6 Resultados

Antes de estimar o modelo completo com os controles, a tabela 5 apresenta como a variável explicativa de interesse, proporção de negros na população, será utilizada teoricamente dentro da explicação. Assumimos como fixo o valor da proporção da população negra dentro

da população a partir dos dados de 1890, pois não há dados sobre as mudanças nesse valor para outros anos dentro do período analisado. Além disso, tomaremos como pressuposto teórico que o efeito do tamanho da população sobre o volume de gastos públicos tende a ser crescente, ou seja, assumiremos como tendência os achados da literatura econômica que associam populações maiores a um maior o volume de gastos no plano local (Oates, 1988). Como forma de controlar o efeito da influência populacional e entender o efeito da proporção da população negra, o coeficiente β_3 da variável interativa ($\log(\text{pop}) \cdot \text{ProporçãoNegros}$) deve ser entendido como condicional ao tamanho da população, ou seja, mantendo o valor populacional fixo, qual seria o efeito de uma maior proporção de negros.

Tabela 5: Efeito da interação entre proporção da população negra e a população total sobre o volume de gastos em serviços públicos nos municípios paulistas (1910, 1915, 1919, 1927)

	<i>Dependent variable:</i>			
	log(Total de Gastos em Serviços Públicos)			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Proporção Negros	25.144* (13.400)	28.332* (15.082)	33.226*** (10.536)	42.183* (21.244)
log(população)	2.671*** (0.447)	2.812*** (0.477)	2.888*** (0.349)	2.924*** (0.726)
Proporção Negros:população	-2.638* (1.357)	-2.962* (1.494)	-3.424*** (1.050)	-4.030* (2.090)
Constant	-16.547*** (4.426)	-17.984*** (4.821)	-18.752*** (3.509)	-20.023*** (7.450)
Observations	53	48	63	36
R ²	0.747	0.823	0.831	0.657
Adjusted R ²	0.731	0.811	0.822	0.625
Residual Std. Error	0.732 (df = 49)	0.666 (df = 44)	0.612 (df = 59)	1.172 (df = 32)
F Statistic	48.116*** (df = 3; 49)	68.340*** (df = 3; 44)	96.442*** (df = 3; 59)	20.422*** (df = 3; 32)

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Nessa primeira especificação básica (Tabela 5), cada modelo (1), (2), (3) e (4) estima a regressão para diferentes anos (1910, 1915, 1919, 1927) da amostra, ainda em uma especificação sem adicionar controles. O principal ponto a se observar, na forma de interpretar esse primeiro resultado, é que quando interagimos diferentes níveis populacionais com

diferentes proporções de negros nos municípios, o impacto sobre o volume de gastos nos municípios tende a ser negativo e estatisticamente significativo (variável Proporção Negros:população). A presente estratégia permite entender tanto o resultado de uma estimação simplificada de um modelo linear com os devidos pressupostos, mas também a forma como a relação entre a proporção da população negra interage com a mudança do tamanho da população.

A próxima tabela (Tabela 6) inclui alguns controles que, do ponto de vista da literatura, são considerados relevantes e capazes de influenciar o volume de gastos realizados nos municípios. Nesse sentido, passo a incluir na equação a área dos municípios medida em quilômetros quadrados (*AreaKM2*). A expectativa teórica é que municípios de maior extensão territorial precisem despender mais recursos em comparação a municípios menores. Passo também a utilizar uma medida estimada do valor mercadológico das propriedades do município, de acordo com o censo agrícola de 1905, como *proxy* econômica para a riqueza municipal (variável $\log(\text{ValorPropriedade_total1905})$). Existe a expectativa de que municípios com propriedades mais valiosas passassem a requerer mais serviços e, com isso, de que o volume de gastos em serviços se elevasse.

Outra expectativa é que o estabelecimento de uma colônia imigrante oficial dentro do município também fosse importante para o aumento de gastos em serviços locais. A variável *colônia_imigranteDummy* é uma variável dicotômica que identifica os municípios que adotaram a estratégia de colonização subsidiada e implantaram uma colônia em suas dependências.³³

³³ Os dados sobre o número de imigrantes por município estão descontinuados e incompletos para um número substantivo de municípios, além de apresentarem apenas as entradas de imigrantes por ano e não valores totais por ano da população imigrante residente. No entanto, mesmo incluindo tais informações, não houve alteração nos resultados, apenas uma diminuição da amostra. Nesse sentido, julguei mais pertinente avaliar a presença de uma colônia oficial na municipalidade, também por existir uma relação entre políticas governamentais do período e as colônias imigrantes oficiais.

Tabela 6: Efeito da interação entre a proporção da população negra e a população total sobre o volume de gastos em serviços públicos nos municípios paulistas (1910, 1915, 1919, 1927)

	<i>Dependent variable:</i>			
	log(Total de Gastos em Serviços Públicos)			
	(1)	(2)	(3)	(4)
prop_Negros1890	27.756* (14.529)	42.049** (17.136)	43.439*** (10.904)	50.459** (22.644)
log(pop)	2.703*** (0.509)	3.351*** (0.530)	3.263*** (0.385)	2.793*** (0.787)
AreaKM2	-0.0003 (0.0002)	-0.0003 (0.0002)	0.00005** (0.00002)	0.00003 (0.0001)
log(ValorPropriedade_total1905)	0.146 (0.097)	-0.068 (0.121)	-0.059 (0.098)	0.319* (0.181)
colonia_imigranteDummy	0.174 (0.276)	0.345 (0.299)	0.237 (0.214)	0.614 (0.549)
prop_Negros1890:log(pop)	-3.010** (1.472)	-4.283** (1.689)	-4.345*** (1.078)	-4.923** (2.237)
Constant	-18.504*** (5.013)	-22.318*** (5.738)	-22.064*** (3.759)	-23.474*** (8.219)
Observations	49	41	57	31
R ²	0.770	0.854	0.861	0.715
Adjusted R ²	0.737	0.828	0.844	0.644
Residual Std. Error	0.727 (df = 42)	0.663 (df = 34)	0.592 (df = 50)	1.199 (df = 24)
F Statistic	23.445*** (df = 6; 42)	33.171*** (df = 6; 34)	51.476*** (df = 6; 50)	10.046*** (df = 6; 24)

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Os resultados indicam, como observado pelos coeficientes da variável Prop_Negros1890:log(pop) da tabela acima, que, sob as especificações e controles estatísticos definidos, uma proporção mais alta da população negra tem efeito negativo sobre os gastos quando em interação com o número de habitantes. Mesmo com a inclusão de controles adicionais na especificação, a variável interativa continua relevante. Persiste, portanto, a conclusão de a relação entre o tamanho população e o volume de gastos é diferente quando condicionada pelo efeito racial.

Esse resultado, medido em diferentes anos, continua a confirmar a hipótese principal do capítulo de que, em termos de gastos em serviços públicos, maiores proporções da população negra em relação a outros grupos gerariam uma mudança no efeito populacional sobre o volume de dispêndios municipais. Os resultados são constantes ao longo tempo e robustos sob diferentes especificações.

A seguir, realizo a análise controlando pelas regiões históricas de São Paulo, e os resultados indicam que a relação entre a proporção de negros em relação à população e os

gastos públicos se mantém ao longo do período analisado. Mesmo com a inclusão desses controles adicionais, a variável de interesse, Proporção Negros:população, continua sendo relevante e apresentando um efeito negativo sobre os gastos quando em interação com o número de habitantes.

Tabela 7: Efeito da interação entre proporção da população negra e a população total sobre o volume de gastos em serviços públicos nos municípios paulistas (1910, 1915, 1919, 1927)

	<i>Dependent variable:</i>			
	log(Total de Gastos em Serviços Públicos)			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Proporção Negros	18.873* (11.040)	34.820* (17.776)	28.054** (10.959)	70.001*** (18.981)
log(população)	2.321*** (0.360)	2.882*** (0.532)	2.765*** (0.361)	3.579*** (0.633)
Araraquarense	0.663 (0.501)	0.255 (0.408)	0.329 (0.407)	3.794*** (1.002)
Baixa sorocabana	-0.898* (0.494)	-0.637 (0.649)		-0.490 (1.096)
Capital	-1.597** (0.648)	-0.486 (0.502)	0.269 (0.500)	3.378*** (1.081)
Central	0.366 (0.383)	0.283 (0.354)	-0.044 (0.351)	3.239*** (0.885)
Mogiana	0.338 (0.392)	-0.466 (0.380)	-0.312 (0.327)	2.571*** (0.867)
Noroeste			0.558 (0.658)	3.947*** (1.068)
Paulista	0.645* (0.339)	0.156 (0.370)	-0.338 (0.345)	3.800*** (0.973)
Santos e litoral sul	1.465*** (0.446)	0.596 (0.478)	0.607 (0.433)	2.541*** (0.768)
Sorocaba	1.204* (0.638)		-0.037 (0.499)	2.180** (1.022)
Vale do Paraíba	0.130 (0.331)	-0.395 (0.374)	-0.249 (0.291)	3.017*** (0.910)
Proporção Negros:população	-2.023* (1.120)	-3.514* (1.740)	-2.833** (1.095)	-6.805*** (1.827)
Constant	-13.364*** (3.539)	-18.949*** (5.445)	-17.636*** (3.651)	-29.444*** (7.189)
Observations	53	48	63	36
R ²	0.875	0.873	0.860	0.941
Adjusted R ²	0.837	0.834	0.827	0.906
Residual Std. Error	0.570 (df = 40)	0.623 (df = 36)	0.604 (df = 50)	0.585 (df = 22)
F Statistic	23.265*** (df = 12; 40)	22.537*** (df = 11; 36)	25.617*** (df = 12; 50)	27.098*** (df = 13; 22)

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

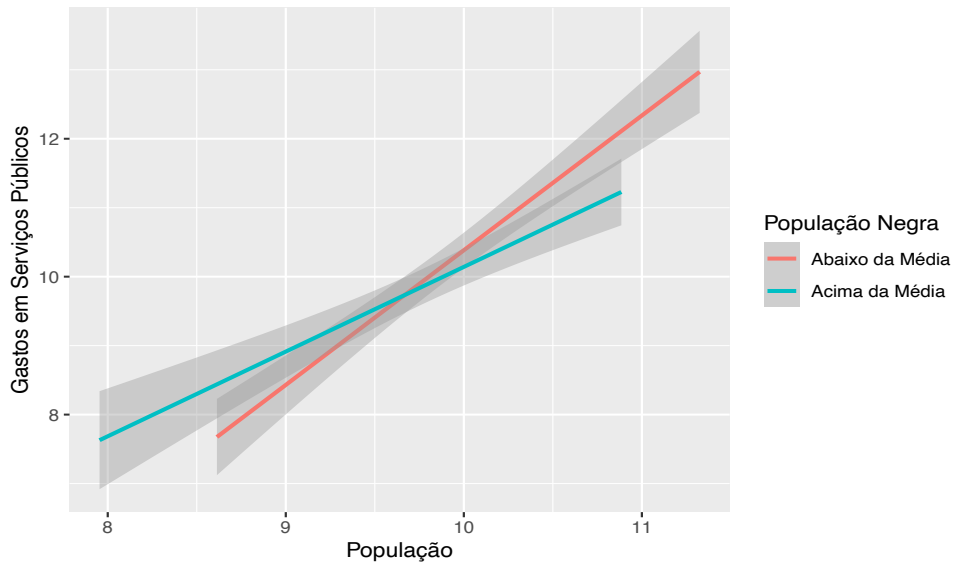
Os resultados obtidos ao controlar pelas regiões históricas de São Paulo indicam que a relação entre a proporção de negros na população e os gastos em serviços públicos se mantém dentro da análise. A variável de interesse (Proporção Negros:população) continua apresentando um efeito negativo significativo, mesmo quando se consideram as diferenças regionais de São Paulo. Esses resultados em seu conjunto sugerem que, do ponto de vista dos gastos públicos, uma maior proporção de negros em relação a outros grupos tem o potencial de alterar a relação entre tamanho populacional e volume de despesas municipais

Como forma de ilustrar graficamente o tipo de resultado que o coeficiente da interação representa, retomo o modelo principal, mas transformando a variável de interesse em dicotômica (binária).

Passo a classificar os municípios paulistas em dois conjuntos a partir dos dados de 1890: aqueles com a população negra acima da média e aqueles abaixo com a população negra abaixo da média em relação ao conjunto da população negra de cada município no estado de São Paulo.

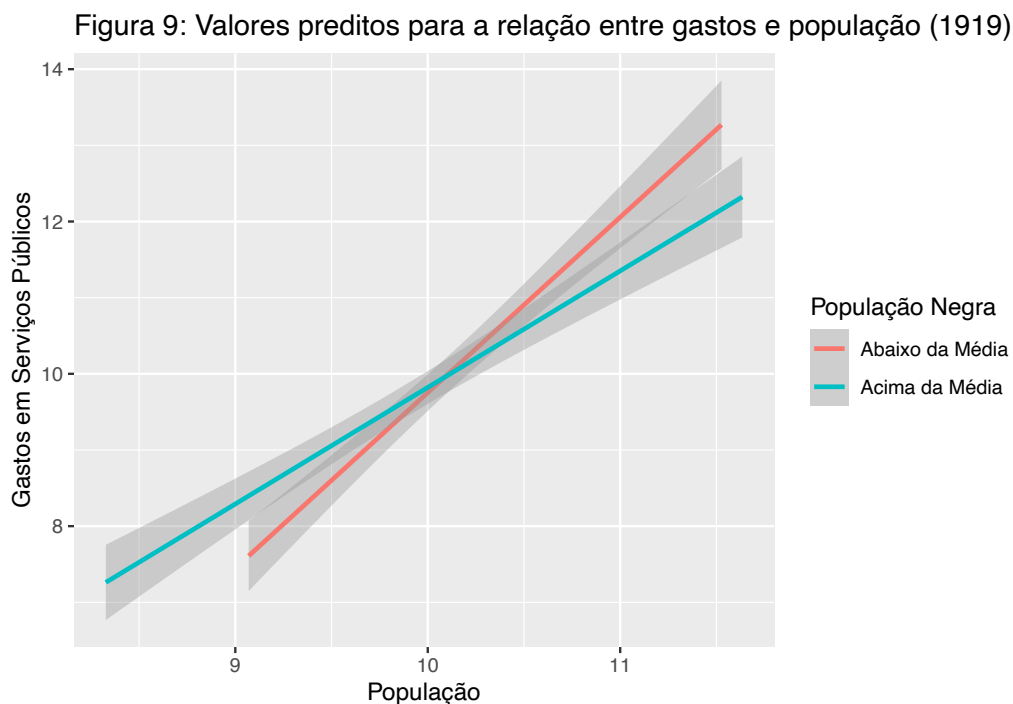
A representação gráfica (Figura 8) simula a relação entre o aumento da população e o volume de gastos e especifica em cada reta qual o resultado da interação quando os municípios apresentam uma população negra abaixo ou acima da média. Dessa forma, a análise gráfica permite visualizar e comparar como a interação entre tamanho da população e proporção de população negra afeta os gastos públicos em diferentes grupos de municípios.

Figura 8: Valores preditos para a relação entre gastos e população (1910)



Tomando como base os coeficientes da interação para o ano de 1910, podemos observar que a inclinação da reta para os municípios com uma população negra abaixo da média tende a ser maior, indicando que o aumento populacional interage com os gastos de maneira diferente de acordo com a proporção da população negra nos municípios. Ou seja: nas localidades com relativamente menos negros (reta vermelha), um aumento no número de habitantes causa uma maior elevação dos gastos públicos em comparação com os locais em que há proporcionalmente mais negros. Ou seja, ao ajustarmos uma linha de tendência para cada grupo de municípios (com proporção de população negra acima e abaixo da média) e comparar as diferenças nas inclinações, o fato do grupo de municípios com a proporção de população negra acima da média ser menos íngreme do que a inclinação da linha de tendência para o grupo de municípios com proporção de população negra abaixo da média sugere que a interação entre tamanho da população e proporção de população negra tem um efeito negativo sobre os gastos públicos.

Quando representamos graficamente o mesmo tipo de interação em 1919, podemos observar uma tendência bastante similar entre as curvas dos valores preditos para a relação entre populações maiores e gastos em serviços públicos.



Portanto, como conclusão dos resultados, podemos afirmar que, do ponto de vista estatístico, maiores proporções da população negra nos municípios diminuem a tendência de aumento de gastos quando relacionados ao efeito populacional. A análise dos coeficientes da interação entre a proporção de negros na população e o tamanho populacional nos municípios permite apontar que, para os municípios com uma população negra abaixo da média, o impacto do tamanho populacional nos gastos públicos é maior do que para os municípios com uma população negra acima da média. Isso indica que a relação entre o tamanho populacional e os gastos públicos é afetada pela presença ou ausência de uma proporção significativa de negros na população local. Essa conclusão é consistente como uma implicação da hipótese teórica principal do estudo, pois diante da presença de uma população negra mais numerosa em relação a outros grupos, a dinâmica dos gastos públicos em serviços locais seria afetada pelas concepções raciais das elites políticas municipais em relação à população negra. Isso significa que, de acordo com o teste empírico, em locais com uma população negra relativamente maior, um aumento populacional não leva a um aumento proporcional nos gastos públicos, enquanto

em locais com uma proporção relativamente menor de população negra, um aumento populacional tem um efeito mais positivo nos gastos públicos.

Esse resultado sugere que a ideologia racial pode ter influenciado as políticas de gastos públicos em São Paulo no período analisado. Os resultados são consistentes em relação a um efeito observável de que as ideologias raciais poderiam levar a desigualdades na distribuição de recursos públicos, com a população negra sendo prejudicada em detrimento de outros grupos raciais. No entanto, é importante ressaltar que não se trata de uma análise causal, mas correlacional, ou seja, outros fatores podem afetar a quantidade de gastos dos municípios. No entanto, ao considerarmos o efeito específico da população sobre o volume de gastos, a presença maior ou menor da população negra possui um efeito sistemático sobre o resultado das decisões sobre gastos em serviços públicos.

2.7 Discussão e considerações finais

A maior parte das estratégias comparativas enfatiza a ausência de formas institucionalizadas de discriminação no Brasil, como a legislação Jim Crow nos Estados Unidos e as políticas de *apartheid* na África do Sul, para justificar uma pretensa ausência de vieses étnicos e raciais das políticas públicas do país (Marx, 1999; Lieberman, 2003). A ideologia política de construção nacional baseada em uma suposta harmonia social entre grupos raciais levou mais de um século após a independência do país para se consolidar e, posteriormente, serviu para justificar discursos das elites políticas e intelectuais acerca de uma suposta “democracia racial” como sinônimo de ausência de preconceito estatal em relação a grupos raciais.

A despeito da preferência por políticas públicas direcionadas aos colonos europeus durante o período, a literatura sobre políticas públicas no Brasil tende a negligenciar como preferências por determinados grupos raciais em estratégias de construção nacional poderiam alterar as escolhas de políticas distributivas e serviços públicos de forma mais ampla.

O capítulo argumenta que a conjunção do fim da escravidão de africanos e de brasileiros afrodescendentes e a difusão entre as elites políticas de formas de pensamento racistas contra

africanos e seus descendentes (Schwarcz, 1993; Skidmore, 1993; Telles, 2004) foi capaz de produzir efeitos sistemáticos sobre os gastos públicos municipais. As evidências empíricas indicam que as ideologias raciais que informavam parte importante dos formuladores de políticas públicas não tiveram apenas como resultado a formulação de políticas de subsídio e apoio para os imigrantes europeus se estabelecerem no Brasil (Holloway, 1984), mas também que houve diferenças sistemáticas relacionadas aos gastos em serviços públicos de acordo com a composição racial das localidades. Mesmo que resultados baseados em correlações não possam servir como base para uma explicação de tipo causal, o capítulo buscou embasar com evidências históricas e qualitativas os resultados observados na análise e da formulação teórica. Ou seja, a análise de evidências historiográficas foi utilizada como elemento explicativo para definir as implicações empíricas de um modelo quantitativo, permitindo uma compreensão dos resultados estatísticos como parte de uma descrição histórica mais ampla. Portanto, a combinação de análises estatísticas em conjunto com a pesquisa com fontes históricas pretendeu ser válida tanto para agregar evidências quantitativas às hipóteses historiográficas, como para melhorar a análise contextual e a força teórico explicativa de um modelo estatístico preditivo.

CAPÍTULO 3

Mobilização Eleitoral: propriedade da terra, gastos municipais e disputas entre oligarquias

“os cofres e os serviços municipais eram instrumentos eficazes de formação da maioria desejada pelos governos dos Estados nas eleições estaduais e federais. Além disso, não lhes caberia qualquer direta responsabilidade pelas malversações, que ocorriam por conta e risco dos próprios chefes locais. O preço caro, pago pelo Estado em troca do apoio eleitoral dos chefes locais era, portanto, uma condição objetiva para que esse apoio correspondesse aos fins visados pelo governo estadual.”

Victor Nunes Leal. Coronelismo Enxada e Voto (p. 71)

3.1 Introdução

Nos capítulos anteriores foram exploradas dimensões explicativas empiricamente relevantes para a formação e desenvolvimento das finanças públicas durante o período de maior autonomia municipal do regime de 1891. No primeiro capítulo, encontro evidências da importância da intensidade da exploração escravista local como instituição política capaz de agregar preferências das elites em torno de maiores níveis de taxação nas localidades, com efeitos no curto e médio prazo para as finanças dos municípios paulistas. Em um segundo capítulo, trato da forma como as ideologias raciais dominantes no período foram capazes de afetar negativamente a quantidade de gastos em serviços públicos por meio da análise do efeito da demografia sobre as finanças municipais. A análise condicionou a quantidade de gastos em serviços públicos ao efeito esperado do tamanho da população sobre o aumento de gastos, mas encontrou um efeito negativo do fator populacional quando este interage com proporções maiores da população negra nas localidades.

Neste capítulo avalio empiricamente uma dimensão mais clássica da literatura em ciência política a partir de dados históricos sobre eleições na primeira república. Como assinalado pela citação inicial da obra clássica de Victor Nunes Leal, considerada na disciplina como entre as mais importantes para o entendimento do período, o autor trata de uma hipótese importante e que continua a motivar estudos comparados por relacionar gastos públicos e

participação eleitoral. Mesmo que geralmente associados a governos contemporâneos, democráticos ou não, tal associação será testada como hipótese empírica para o período da primeira república em São Paulo, ou seja, qual teria sido o efeito das finanças públicas municipais sobre um dos aspectos centrais da política do período: a mobilização de eleitores.

Do ponto de vista teórico e dos mecanismos explicativos relacionados ao conjunto de hipóteses que guiam os testes empíricos aqui realizados, busquei expandir o entendimento de Nunes Leal em relação à mobilização eleitoral a partir do arcabouço do que eu tratarei aqui sob a nomenclatura de *modelo do coronelismo*; cuja principal premissa trata a mobilização dos eleitores como um tipo de monopólio dos grandes proprietários de terras (coronéis) com capacidade de controlar os chamados “votos de cabresto” (basicamente o eleitorado rural).³⁴ O propósito foi sistematizar e organizar algumas dessas premissas de maneira que permitam ser operacionalizadas em implicações testáveis em termos de uma análise estatística dos dados histórico das eleições. A análise, no entanto, agregará contribuições contemporâneas no campo da ciência política e da historiografia que tem encontrado evidências importantes para cenários mais complexos em relação às eleições do período, o que inclui a presença de competição política nos distritos eleitorais e nos municípios (Ricci e Zulini, 2014; Viscardi e Soares, 2018); a influência dos partidos políticos (Freire, 2000; Pinto, 2011; Ricci e Zulini, 2015); e as incertezas e instabilidades das alianças que disputavam os diferentes jogos sucessórios em nível nacional (Viscardi, 2001).

Nesse sentido, o argumento que pretendo avançar é que a estrutura governamental municipal e de gastos das localidades seriam relevantes e fariam parte de uma estratégia de coordenação e mobilização do Partido Republicano Paulista (PRP) para obter o apoio das elites coronelísticas. Em um sistema de eleições efetivamente organizadas no nível municipal e propensas a serem controladas nas localidades pelo partido hegemônico no estado, as instâncias partidárias organizadas nas localidades teriam um papel dentro dos conflitos distributivos e políticos das administrações municipais. Dessa forma, e como o modelo teórico buscará argumentar, mobilizar eleitores envolvia antes de tudo a mobilização dos próprios coronéis. O controle político-administrativo e o direcionamento das finanças locais seriam estratégicos para o PRP dentro das disputas locais e, portanto, fariam parte de um conjunto mais amplo de manobras capazes de mobilizar votos. A principal implicação empírica de tal formulação é que maiores gastos públicos em áreas de interesse dos coronéis municipais estariam associados com mais votos mobilizados para os candidatos do PRP no estado de São Paulo.

³⁴ Para uma análise histórica do conceito ver Carvalho (1997). A nomenclatura de coronel remonta aos títulos militares recebidos por chefes locais durante o período de criação da Guarda Nacional em 1831.

Em suma, o mecanismo teorizado considera que a estratégia partidária importaria dentro das disputas políticas municipais e, nesse sentido, assim como em Aldrich (1995), o partido não renunciaria a seu principal papel, não de mobilizar eleitores em particular, mas em mobilizar as elites locais que controlam votos. Do ponto de vista substantivo, me utilizei de evidências históricas qualitativas coletadas na imprensa partidária do Partido Republicano Paulista, basicamente o periódico *Correio Paulistano*, e que apontam que, para o presente caso, o controle partidário das Câmaras municipais e, conseqüentemente dos recursos públicos disponíveis, teria sido importante como forma de angariar apoio e evitar dissidências locais, além de obter os votos comandados pelo conjunto mais amplo de coronéis do município.

O capítulo, nesse sentido, também pretende contribuir para a literatura em política distributiva em perspectiva comparada, já que estudos sobre os regimes de partido único, ou de partidos hegemônicos ou dominantes, tem destacado como o controle dos governos locais e a alocação de gastos tende a ser uma estratégia bastante eficiente para mobilizar mais apoio em eleições, mesmo que essas não sejam efetivamente competitivas. Tal rede de canalização de recursos costuma ser uma maneira comum de apoio ao esforço de mobilização dos apoiadores do partido e, como geralmente estão associados aos canais de ascensão política e ao poder da máquina partidária, seria uma estratégia complementar dentro de um grande mercado de alocação de privilégios capazes de manter governos locais leais ao partido no poder (Magaloni, 2006).

O capítulo se estrutura da seguinte forma. Na segunda parte, busco nas contribuições da literatura em política distributiva as premissas da hipótese principal, tendo como ponto de partida o tipo de mecanismo explicativo já estabelecido na literatura que trata da mobilização eleitoral em contextos eleitorais não competitivos ou de competição restrita. Complemento a revisão com aspectos relacionados com o caso paulista em particular, principalmente a partir de algumas premissas de Nunes Leal em relação à mobilização eleitoral no período que poderiam ser organizadas como hipóteses rivais. Na terceira parte, retomo a teorização proposta e descrevo a hipótese principal e o tipo de variável que será analisada para os testes empíricos. Tratarei da maneira como gastos relacionados aos funcionários públicos municipais, obras públicas, iluminação e o serviço de água seriam os gastos mais importantes para obter o apoio das elites coronelísticas locais em momentos de mobilização de eleitores. A quarta parte descreve de forma mais sistemática os dados e os resultados dos testes empíricos em diferentes eleições. Em sua parte final, o capítulo discute implicações dos resultados encontrados e fornece evidências históricas qualitativas da plausibilidade do mecanismo proposto.

3.2 Coronelismo e política distributiva: a Primeira República brasileira como estudo de caso em política comparada

A tradição principal das pesquisas em torno das disputas distributivas tende a se associar a estudos que enfatizam casos relacionados a regimes democráticos e seus efeitos eleitorais, tendo como um dos trabalhos pioneiros dentro da literatura norte-americana o modelo de Wright (1974) sobre os gastos do *New Deal*. Nesse trabalho, Wright argumenta que políticos buscam maximizar as chances de reeleição alocando gastos proporcionalmente à expectativa de retorno eleitoral nos distritos. Desde então, importante pontuar que para os regimes democráticos e em suas variações institucionais, os modelos explicativos para a relação entre eleições e distribuição de recursos se multiplicaram. Em linhas gerais, a associação entre o direcionamento de recursos e os retornos eleitorais se desenvolveu principalmente entre perspectivas que enfatizavam a canalização de recursos para eleitores que apoiam determinados políticos, ou *core voters*, como em Cox e McCubbins (1986), e modelos que enfatizavam o direcionamento de recursos para eleitores a serem disputados, os chamados *swing voters*, como em Lindbeck e Weibull (1987).³⁵

Outras explicações na literatura comparada acerca de determinantes das alocações financeiras tendem a enfatizar fatores estruturais e determinantes fundamentados em variações institucionais³⁶, pois vários tipos de políticas podem ser objeto de captura por coalizões sociais e políticas capazes de atrair o favoritismo governamental, como em relação a vantagens tributárias (Hacker e Pierson, 2010; Scheve e Stavasage, 2012), gastos em saúde e seguridade social (Skocpol, 1996; Mares, 2003) e até gastos para o atendimento de desastres naturais (Besley and Burgess, 2002; Healy e Malhotra, 2009).

Como parte do desenvolvimento dessa literatura, regimes que não atendem aos pressupostos democráticos também passaram a ser teorizados a partir de questões que envolvem a alocação de recursos. Em Bueno de Mesquita et. al. (2002), o uso de recursos públicos para a permanência no poder parte de um modelo de formação de coalizões capazes de direcionar recursos para apoiadores selecionados, ou nas palavras dos autores, pela organização de um *selectorate*, que no caso de regimes autocráticos seria capaz de trazer segurança para a

³⁵ Em um modelo que buscou articular as duas posições, Dixit e Londregan (1996) tratam da escolha de grupos de eleitores como uma escolha tática dos políticos a depender da possibilidade de manipulação da política fiscal e de outras formas de benefícios para grupos específicos.

³⁶ Ver Wilensky (1975) para determinantes estruturais de resultados distributivos. Para determinantes institucionais Milesi-Ferreti, Perroti e Rostagno (2002).

permanência de um ditador no poder através do direcionamento de bens privados financiados pelo governo para uma coalizão de apoio ao regime.

Em contribuição fundamental para o entendimento das políticas distributivas em regimes autoritários, Blaydes (2011) explicita como as eleições dentro do regime político do Egito servem de canal de acesso e sinalização política para políticas públicas e serviços capazes de atender apoiadores do regime autocrático. Além disso, em Lust-Okar (2006) regimes autoritários com eleições periódicas criariam formas de “clientelismo competitivo”, ou seja, canais de participação para que eleitores usem os mecanismos eleitorais para obter empregos governamentais e acesso a fundos discricionários controlados pelo regime.³⁷ No geral, a literatura tende a enfatizar como em regimes com partidos hegemônicos³⁸ as formas de direcionamento de recursos se organizam de maneiras complexas diante da existência de eleições regulares, mesmo em contextos em que os pleitos estariam sujeitos a manipulações. Redes de privilégios tendem a se associar com esquemas de patronagem política e a monopolizar a organização dos apoios ao governo, como frequentemente ocorreu nas localidades rurais em regimes como o mexicano (Diaz-Cayeros et al., 2001).

Dessa forma, a provisão de benefícios pela via dos gastos públicos tende a ser usada de maneira estratégica por grupos que monopolizam o poder, principalmente quando tal direcionamento é capaz de resolver ou sinalizar formas de poder e prestígio dentro de disputas intra-oligárquicas. Por exemplo, em alguns casos apontados pela literatura, como foi historicamente o caso do PRI mexicano, os aliados mais próximos das elites partidárias tendem a se beneficiar da distribuição dos recursos para as localidades (Megaloni et al., 2007), pois o partido estabelece formas de acesso privilegiado de certos grupos a benefícios fiscais ou a determinadas políticas públicas; em diversos regimes de partido hegemônico, formas de acesso aos núcleos de poder dentro do partido político e da burocracia são capazes de garantir melhores canais para a obtenção de recursos dentro do poder legislativo e podem dificultar os incentivos à prática oposicionista (Svolik, 2008; Díaz Cayeros, 2006); outros estudos apontam como a provisão de recursos nas localidades ajuda a manter a fidelidade das elites ao partido hegemônico, pois garantem o apoio da população com base no prestígio político recebido pelas lideranças fiéis ao partido (Greene, 2007; Magaloni et al., 2007; Magaloni et al., 2000; Gandhi, 2008; Collier e Collier, 1991). Dentro dos exemplos da literatura, muitas vezes, serviços

³⁷ Outros trabalhos que associam estratégias distributivas a governos não democráticos estão em Megaloni (2006), Boix and Svulik (2007), Megaloni (2008).

³⁸ A definição clássica de um sistema de partido hegemônico em comparação com partidos predominantes está em Sartori (1976; p. 194). Dentro da definição do autor, em tal sistema as vitórias eleitorais da oposição não apenas não ocorrem, como a possibilidade crível de sua ocorrência são interrompidas pela existência de um sistema organizado de fraudes eleitorais.

públicos e privilégios privados são direcionados exclusivamente pelos canais partidários, como títulos de terra, fertilizantes, materiais de construção, moradias subsidiadas, subsídios escolares, entre outros, sempre encaminhados a grupos cuja lealdade interessa mais para os políticos que pretendem se perpetuar no poder (Wintrobe, 1998; Lust-Okar, 2005; 2006). Dessa forma, quanto maior a institucionalização do partido hegemônico e sua influência, mais o regime político tende a se tornar um grande sistema de patronagem em troca de apoio partidário (Magaloni, 2006; Geddes, 2006; 2008; Pepinsky, 2007).

Para o caso da primeira república brasileira, a ênfase geral das explicações tende a voltar aos pressupostos do modelo de coronelismo em Victor Nunes Leal para explicar a mobilização de eleitores. Em termos conceituais, o coronelismo em Leal se organizou como fenômeno histórico que combinou o poder privado dos proprietários de terra ao regime político representativo, com especial ênfase ao efeito político perverso oriundo dessa combinação.³⁹ A principal forma de mobilizar os votos dos eleitores, nessa perspectiva, estaria assentada na tarefa dos coronéis em “fazer eleitores” (Souza, 1979). Ou seja, o objetivo principal da organização eleitoral seria o de coordenar e organizar o apoio dos proprietários locais que, em última instância, controlariam “um lote considerável de *votos de cabresto*”. A quantidade de votos, nessa perspectiva, se configurava principalmente como elemento e medida do poder local (Carone, 1975). Em suma, quanto maior o poder organizado localmente, maior a quantidade de votos mobilizados. A pergunta que fica, portanto, seria a de saber qual seria a medida objetiva do poder coronelístico nos municípios?

De acordo com a explicação de Nunes Leal, tal medida seria resultado de um fator estrutural: a concentração da propriedade fundiária rural. O mecanismo explicativo, nesse sentido, estaria assentado sobre a capacidade econômica dos coronéis e, conseqüentemente, do poder decorrente da condição de grande proprietário rural (Leal, 1979; p 45). Quanto maior fosse a concentração da propriedade fundiária, maior a capacidade em influenciar e angariar votos entre agregados, trabalhadores rurais dependentes, sitiantes, parceiros, funcionários, artesãos e pequenos comerciantes, que, dado o contexto econômico predominantemente rural, permitia ao coronel demonstrar em termos de votos mobilizados o seu poder. Dessa forma, a concentração e o tamanho das propriedades rurais seriam estruturalmente condições objetivas para o tipo de poder exercido politicamente nos municípios e, conseqüentemente, para a mobilização de eleitores. Portanto, restaria como implicação de tal pressuposto entender como a estrutura agrária afetaria o sistema representativo, e dos possíveis efeitos que tal estrutura

³⁹ Nas palavras do autor, entre tais efeitos estariam o “mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais”

traria para o funcionamento das eleições. Estudos recentes como Ziblatt (2009) para o caso alemão demonstram empiricamente que, de fato, em contextos de democratização, a desigualdade em termos de distribuição de terras seria uma condição preexistente relevante para a forma como eleições são realizadas, alterando, neste caso, a incidência de fraudes eleitorais nas localidades. Nesse sentido, e me utilizando de uma medida da concentração de propriedades fundiárias segundo o censo agrícola de 1905, operacionalizarei a concentração fundiária como hipótese empírica rival ao modelo que apresento na próxima seção.

Ao tratar de possíveis de explicações rivais, importante ressaltar que mesmo me apoiando em alguns pressupostos de *Coronelismo, Enxada e Voto*, é possível tratar de mais de um fator explicativo para a participação eleitoral, pois, como seria importante ressaltar, a obra trata de um período bastante amplo da história política do país que vai da política imperial até o regime inaugurado pela constituição de 1946. Portanto, para entender o efeito das finanças públicas municipais para a mobilização eleitoral, o capítulo não se esquivava em contribuir do ponto de vista analítico em avaliar empiricamente algumas implicações do modelo teórico do coronelismo em Leal, acrescentando porém um argumento diferente para tratar do mecanismo que trata dos incentivos ao esforço dos coronéis em mobilizar eleitores.⁴⁰ Dentro do arcabouço explicativo de Leal para tratar do regime de 1891, a mobilização de eleitores seria teoricamente central para o tipo de acordo estabelecido entre os diferentes níveis de governo, principalmente entre o controle político exercido pelos coronéis sobre os eleitores dentro dos municípios e o poder político, partidário e financeiro organizado nos estados da federação. Segundo a explicação do autor, o modelo da política organizada nesses moldes tem como característica central a existência de uma troca estabelecida entre o interesse dos coronéis em torno dos graus de autonomia local e o apoio político ao governo estadual. Tal autonomia em Leal seria não apenas exercida em termos administrativos e extralegais, mas também em termos financeiros, já que tais prerrogativas tinham como contrapartida maiores retornos eleitorais advindos do controle eleitoral dos coronéis (Leal, 2012; p. 71). Nesse sentido, os *votos de cabresto*, ou a mobilização de eleitores rurais dependentes dos grandes proprietários de terra, seria a principal moeda de troca das elites municipais em troca de uma maior autonomia sobre as administrações municipais (Leal, 2012; p. 68).

Em suma, do ponto de vista da formulação da hipótese principal, importante ressaltar que para as eleições nos municípios paulistas, tanto a contribuição dos estudos sobre os regimes de partido único, ou de partidos hegemônicos, tende a ser relevante pois destaca como o

⁴⁰ Para tratar da forma como a explicação de Nunes Leal possui implicações para as eleições para o período após 1945 ver Limongi (2012); para a dinâmica de mobilização de recursos e eleições no império ver Graham (1997).

controle dos governos locais e a alocação de gastos destes governos tende a ser uma estratégia bastante eficiente para mobilizar o apoio das elites em eleições, inclusive em regimes políticos caracterizados pela existência de fraudes, violência política e ausência de competição efetiva. Em termos estratégicos, o aumento da participação eleitoral, mesmo em contextos não competitivos, tende a servir como justificativa para a legitimidade de regimes autoritários (Ocantos, De Jonges e Nickerson, 2015); assim como maiores gastos clientelistas também restringem disputas competitivas locais pois cooptam o apoio de setores mais amplos das elites locais, com evidências para regimes de partido único como o chinês (Ang, 2016). Além disso, o controle da máquina pública e a distribuição de empregos e dos espólios advindos da perpetuação de certos grupos no poder seriam condições importantes para diminuir o uso de recursos privados das elites que buscam o controle eleitoral (Calvo e Murillo, 2004; Blaydes, 2010; Geddes, 1994; Gandhi e Lust-Okar, 2009).

Na próxima seção, o argumento busco será organizado de forma sistemática, descrevendo o mecanismo proposto como explicativo e a forma como será operacionalizado em hipóteses testáveis.

3.3 Justificativa teórica e hipóteses

É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja (...) – tudo exige seu esforço que chega ao heroísmo. E com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político (...) é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança” Victor Nunes Leal. Coronelismo, Enxada e Voto (p.58)

Nesta seção, o tipo de teorização proposta tende a avançar um argumento já descrito por Viscardi e Soares (2018) segundo o qual, para a dinâmica eleitoral durante a primeira república, o desafio central das elites políticas era o de levar os eleitores às urnas. Como pressuposto busco assumir que a estrutura política e institucional organizada preponderantemente sob bases coronelísticas fornecia a segurança necessária para as elites políticas em sua capacidade de subjugar a vontade livre dos eleitores, sem, no entanto, negar totalmente a existência de algum

grau de incerteza, mesmo que bastante mitigada diante da ausência das garantias para uma votação efetivamente secreta.⁴¹

Líderes partidários locais, de maneira bastante generalizada, já possuíam nos municípios o controle do processo eleitoral em suas diversas etapas, principalmente durante as fases de alistamento de eleitores já previamente vinculados a determinado chefe político ou ao partido e, principalmente, no controle da organização das mesas e das seções eleitorais (Ricci e Zulini, 2014; 2017). A título de exemplo, como retratado por notícias da imprensa da época, os eleitores que compareciam já eram descritos como identificados a seu agente mobilizador; e as disputas locais se definiam principalmente pela capacidade das diferentes elites políticas em mobilizar seus apoiadores.⁴² Por exemplo, durante as eleições para o legislativo federal realizadas em 31 de dezembro de 1899 no município de Casa Branca, o *Correio Paulistano*, periódico oficial vinculado ao PRP, dava destaque à incapacidade do coronel João Gonçalves dos Santos e do major Joaquim Dutra do Nascimento em mobilizar eleitores suficientes em relação aos coronéis vinculados ao Partido da Lavoura.⁴³ Por outro lado, a própria imprensa partidária exaltava a capacidade de líderes governistas locais, como os partidários do coronel Negrão de Jaboticabal, em mobilizar mais eleitores que o partido do coronel Octaviano Godofredo Martins para as eleições presidenciais de 1905.⁴⁴

Além disso, os conflitos entre facções não eram incomuns, tendo parte de suas consequências se distribuído de maneira ampliada como contestação ao PRP, como atestam as diversas dissidências surgidas no estado de São Paulo. Sendo assim, em termos de estratégia partidária, é possível relativizar o tratamento dado ao PRP como partido com controle total sobre a política no estado, como tratado por uma parte da historiografia (Casalecchi, 1987; Sega e Perissinotto, 2011). A título de ilustração: a divisão na constituinte estadual de 1891, o Partido da Lavoura em 1898, as dissidências de 1901, a divisão eleitoral de 1906, os republicanos em 1910, movimentos dissidentes em 1922, até a constituição de um partido efetivamente de oposição em 1926, o Partido Democrático (PD). Parte importante dessas facções tendia a se

⁴¹ Importante ressaltar que tal afirmação não pretende diminuir a importância do debate já iniciado na época sobre as garantias para a independência política dos eleitores como elemento importante para a chamada “verdade eleitoral”. Em trabalho sobre o desenvolvimento dos mecanismos que garantiriam maior liberdade aos eleitores pela via das garantias para o voto secreto, Schlegel e Nobrega (2019) enfatizam como as elites políticas tendiam a moldar os seus discursos de maneira estratégica e de acordo com o tipo de disputa política em jogo, já que qualquer mudança efetiva para garantir o sigilo do voto precisaria vir acompanhada de outras garantias capazes de diminuir incertezas eleitorais.

⁴² Tendo como base para as correspondências que descreviam como as eleições ocorriam nos municípios do interior paulista em o *Correio Paulistano*, os eleitores eram descritos como “amigos” ou “apoiadores” de um determinado coronel do município, ou como associados à elite de uma determinada corrente política, como por exemplo, os eleitores associados aos republicanos ou governistas em contraposição aos eleitores da dissidência.

⁴³ *Correio Paulistano*, 31 de Dezembro de 1899, p.1

⁴⁴ *Correio Paulistano*, 02 de Junho de 1905. p.02

organizar e a disputar os cargos primeiramente dentro dos municípios, em muitos casos se utilizando de estratégias comuns aos partidários do próprio PRP para influenciar as eleições. O *Correio Paulistano* em inúmeras edições denunciou em sua cobertura eleitoral as estratégias “suja” dos “amigos” das dissidências, como o controle e a montagem de mesas eleitorais paralelas, episódios de violência política, “fabricação” de eleitores e a compra da participação dos eleitores dissidentes por meios de jantares e oferecimento de “chops de cerveja”.⁴⁵

Posto isto, sem algum grau de controle estratégico sobre as administrações municipais, o apoio e a mobilização política das elites locais em termos eleitorais não era algo dado de antemão. Dissidências ou até mesmo coronéis rivais ao chefe político-partidário local eram frequentemente denunciadas pelo jornal do partido como “perturbadores da paz” e de eleições “ordeiras”. Dada a importância institucional do município para a viabilização dos pleitos eleitorais, não seria demasiado assumir que controlar politicamente as câmaras municipais seria não somente um passo importante para organizar um processo eleitoral mais favorável ao partido, como também uma maneira eficiente de obter resultados mais efetivos em termos da mobilização de eleitores. Tendo ainda como evidência as narrativas da imprensa sobre a política municipal, as disputas pelo controle da administração local também ocorriam com competição entre membros das elites por cargos dentro da estrutura do governo, como era o caso da presidência da câmara municipal e da intendência e, inclusive, divisões e disputas ocorriam para organizar e disputar posições de chefia em comissões temáticas.⁴⁶ A Constituição estadual previa aquilo que uma liderança do extinto município de Santo Amaro tratava como “estados dentro do estado” segundo o artigo 53 da constituição estadual e da lei ordinária n.16 de novembro de 1891 ⁴⁷, que ao conceder considerável de autonomia administrativa e financeira aos municípios os tornavam um espaço importante de disputa pelo controle partidário.

Sendo assim, ao assumir, como Nunes Leal, que as disputas eleitorais nos municípios costumavam ser caracterizadas como verdadeiras “batalhas”, e as relações entre os chefes locais e seus adversários eram normalmente de “hostilidade” (Leal, 2012; p.60), parte do argumento que pretendo avançar considera que a estrutura de governo organizada pelas câmaras municipais, nesse contexto, seria um espaço de disputa cujas estratégias para o controle político

⁴⁵ *Correio Paulistano*, 02 de Janeiro de 1900, p. 02.

⁴⁶ Um dos papéis que o periódico *Correio Paulistano* manteve durante todo o período foi o de mapear por meio de uma seção diária dedicada aos municípios do interior do estado o comportamento das elites locais em relação ao partido. Dentro da seção *Malas do Interior*, coronéis dissidentes eram expostos, eleições locais eram acompanhadas e monitoradas, acusações de fraude e denúncias de violência política eram divulgadas quando prejudicavam os membros do partido, assim como os feitos das elites locais ligadas ao partido em termos de melhoramentos locais eram exaltados.

⁴⁷ *Correio Paulistano*, 03 de Janeiro de 1900. P 02.

também seriam organizadas pela mediação partidária, e não somente como uma extensão do poder privado dos coronéis locais.

Dessa forma, além do já conhecido papel em organizar eleições, partirei do pressuposto teórico que municípios também possuíam um papel relevante em decisões legislativas e orçamentárias que poderiam afetar o conjunto das elites com alguma capacidade de mobilização política de cada localidade. Sem negar totalmente o poder exercido pela influência dos cofres públicos estaduais para obter apoio eleitoral em municípios considerados “amesquinhadados” financeiramente, como ressaltado por Nunes Leal, o modelo aqui proposto assume como central o papel explicativo da variação em termos da capacidade financeira dos municípios. Do ponto de vista das implicações observáveis de tal argumento, a hipótese levantada é que tal variação teria o potencial de se estruturar como mecanismo importante para, de um lado atender demandas e coordenar o apoio de elites coronelísticas nos municípios, e por outro em se constituir como um canal auxiliar em termos da mobilização eleitoral organizada nos municípios.

Apenas para dimensionar o tipo de capacidade governativa à disposição das câmaras municipais, as administrações locais podiam e realizavam concorrências públicas para compras governamentais, contratavam serviços técnicos especializados, principalmente para projetos de engenharia para obras de infraestrutura e prédios, distribuíam empregos variados e auxílios orçamentários direcionados. Sob a perspectiva do principal partido do estado, os feitos em termos de políticas realizados pelas elites municipais eram divulgados como notícias das localidades pela imprensa perrepista, pois de alguma forma tais conquistas também vinculavam o feito de uma liderança local ao partido. Dessa forma, podemos citar uma série de atendimentos às demandas das “personalidades” locais em alguma medida de parcelas mais amplas da população - como a compra de lâmpadas e a expansão da iluminação pública, construção de “boeiros” e demandas por saneamento, os serviços de esgotos, as obras para os grupos escolares, obras de abastecimento de água, entrega de materiais de construção para serviços locais e pedidos de obras em geral, compras de mobiliários para atender funcionários do judiciário, construção de ruas e seus alargamentos, remoção de entulhos de obras privadas, serviços de limpeza pública, calçamento de ruas, serviços de jardinagem e “embelezamento”, obras nos coretos, implantação de indústrias específicas por meio de auxílios orçamentários, galerias para escoamento de águas e atendimento a problemas causados por enchentes, construção de teatros, pequenas pontes, reservatórios de água, entre outras melhorias locais;

cujos créditos rendiam notas no jornal aos chefes políticos ligados ao partido.⁴⁸ De maneira complementar, parte importante do esforço administrativo da câmara municipal incluía a realização das festas comemorativas de inauguração e, em seguida, os jantares e recepções oferecidos às “personalidades” locais apoiadoras dos esforços dos líderes partidários do município.⁴⁹

Dessa forma, segundo a teorização aqui proposta, seria crível a hipótese de que o controle partidário das administrações municipais e de sua estrutura de gastos públicos nas localidades, além de não ser desprezível do ponto de vista substantivo, teria sido parte de uma estratégia de obtenção de apoio e cooperação entre as elites locais, e sendo assim, um mecanismo importante para cooptar pela via da canalização de recursos o apoio de um conjunto mais amplo de coronéis com capacidade de mobilização eleitoral. Portanto, o poder da organização partidária dentro dos municípios teria como instrumento de mobilização das lideranças municipais com votos aquilo que uma notícia do *Correio Paulistano* denominava como os “*dinheiros do Tesouro*” da cidade.⁵⁰

Ao mesmo tempo, em uma perspectiva das implicações de um modelo estratégico formal, a literatura já demonstra como para a resolução de problemas de ação coletiva entre elites com preferências distintas sobre os gastos, formas de cooperação de tipo partidária tendem a ser mais eficientes para lidar com a resolução dos conflitos distributivos (Schwartz, 1987; Aldrich, 1995). Coordenar, controlar e, em alguma medida, mobilizar as elites municipais seria uma tarefa estratégica em uma organização de tipo partidária. Sob esse prisma, estruturar as instâncias partidárias nos municípios, eleger e controlar os diretórios municipais e manter, do ponto de vista organizacional, boas relações com a Comissão Central do Partido Republicano garantiria não apenas vantagens nas disputas locais, mas em última instância o controle da máquina pública organizada dentro dos municípios.

O argumento teórico proposto, portanto, trata a questão da mobilização estratégica das elites (Cox, 2015) como explicativa para a mobilização de eleitores. Em um sistema de eleições controladas por lideranças locais, incentivos oriundos do controle partidário das administrações

⁴⁸ A lista apenas busca exemplificar o tipo de realização digna de notas no *Correio Paulistano* realizadas por líderes locais nos municípios paulistas ao longo do período.

⁴⁹ Os exemplos de tal dinâmica são inúmeros nas edições do *Correio Paulistano*, como teria sido o realizado pelo líder partidário republicano Rodrigo Ferreira Leite na cidade de Bananal, que após inaugurar as obras do serviço de canalização de água na cidade, prometeu ao chefe da comissão do partido na presença das “personalidades” do município uma grande mobilização de eleitores para aumentar a votação do candidato governista. *Correio Paulistano*, 02 de Janeiro de 1900. P. 02.

⁵⁰ *Correio Paulistano*, 02 de Janeiro de 1900. P. 03. A notícia trata do uso público do orçamento municipal de Santa Cruz das Palmeiras pela câmara para que os partidários republicanos resolvam problemas de saneamento da cidade.

municipais seriam importantes para coordenar as diversas elites locais em sua capacidade de organizar seus apoiadores durante as eleições. Neste ponto, como também apontam pesquisas empíricas para outros casos, modelos baseados em teorias acerca de formas distributivas clientelistas assumem que, dado o conhecimento prévio das preferências dos eleitores, a tarefa das máquinas partidárias e do direcionamento dos gastos públicos seria a de comprar a participação eleitoral, ou seja, gastos passariam a ser utilizados pelas elites para ampliar o *turnout buying* (Gans-Morse, Mazzuca e Nichter, 2014; Morgan e Várdy, 2010). Em contextos históricos em que o voto secreto não se encontra plenamente desenvolvido, tal mecanismo ganharia ainda mais força, já que os custos de monitoramento dos eleitores seriam bastante reduzidos.

Nesse sentido, passo a definir como parte das implicações observáveis do exposto nesta seção, mas também na literatura sobre mobilização eleitoral, as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: Maiores gastos municipais com serviços para atender os interesses das elites coronelísticas locais teriam o potencial de aumentar a quantidade de eleitores mobilizados. Neste sentido, gastos municipais com obras públicas e infraestrutura seriam os mais relevantes, mas também considerarei dentro do contexto histórico a importância dos gastos com fornecimento de água e os gastos com iluminação;

A hipótese 1 apenas operacionaliza empiricamente os pressupostos descritos pelo modelo explicativo principal para tratar da mobilização eleitoral como sendo parte da estratégia partidária nas localidades. Em busca de atender os interesses das elites coronelísticas locais, gastos nessas áreas seriam um elemento de coordenação e apoio em troca de um maior retorno em termos dos votos buscados pelas lideranças coronelísticas. Cumpre ressaltar que em termos explicativos, tal mecanismo mede um efeito indireto da relação entre gastos e eleitores mobilizados, já que a relação teorizada pelo mecanismo se estabelece entre maiores gastos nessas áreas e a mobilização do apoio dos coronéis como intermediários para o fornecimento de votos dentro dos municípios.

Hipótese 2: Maiores gastos com empregos públicos teriam o potencial de aumentar a quantidade de eleitores mobilizados;

A hipótese 2 segue basicamente o mesmo tipo de trajetória explicativa que associa maiores gastos com mais eleitores mobilizados, porém visa medir uma implicação do modelo mais relacionada ao uso da máquina pública como instrumento direto de mobilização eleitoral. O gasto com mais funcionários pela administração municipal poderia ser caracterizado como um mecanismo direto utilizado pelas elites locais para mobilizar eleitores. Um maior número de funcionários públicos apenas acrescentaria mais votos controlados pelas lideranças locais, já que além de serem obrigados a votar para manter seus empregos e atender aos seus patrões, o exercício de funções controladas pelo governo local teria o potencial em tornar tal dispêndio uma evidência de gasto eminentemente eleitoral, pois tais pagamentos podem ser interpretados como destinados a cabos eleitorais.

Hipótese 3: O aumento da concentração das propriedades fundiárias afetaria a quantidade de eleitores mobilizados, como consequência, quanto maior a desigualdade de terras mais votos mobilizados nas localidades;

A hipótese 3 retoma o mecanismo estrutural da obra de Nunes Leal e busca identificar o efeito da concentração da propriedade de terras sobre a quantidade de eleitores mobilizados. Essa seria a principal hipótese rival em termos do mecanismo teorizado, já que enfatiza o papel direto da concentração de poder privado pelos coronéis sobre a mobilização de eleitores sem propriamente nenhum efeito da administração pública municipal. Um aumento dessa concentração indicaria um maior poder econômico privado e que teria como consequência a maior capacidade local de mobilizar votos de cabresto por proprietários pela via dos proprietários mais poderosos.

A próxima seção detalha os dados coletados e o tipo de modelo estatístico utilizado no teste das hipóteses levantadas.

3.4 Dados e modelo explicativo

Apesar de central para as explicações da política da primeira república, a limitação na disponibilidade de dados para o período, principalmente em nível municipal, tem limitado os estudos sobre o comparecimento eleitoral no período. De acordo com Nicolau (2012; p. 99),

apenas as eleições para presidente e vice-presidente de 1910 e as eleições para o Senado e para a Câmara dos Deputados de 1912 possuem dados disponibilizados pelo relatório da *Estatística Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil*. Ainda de acordo com a análise de Nicolau (2012), uma limitação importante para o avanço das explicações sobre a questão do comparecimento seria justamente a ausência ou a precariedade dos dados disponíveis em fontes oficiais, sendo que os dados em outros anos já estariam agregados em nível estadual.⁵¹

Como forma de contribuir para suprir essa lacuna, a partir de dados municipais inéditos de diversas eleições durante do período⁵², a análise tratou da variação da quantidade de eleitores que compareceram em diversas eleições legislativas federais. Utilizo como fonte primária os dados por município publicados pelo *Correio Paulistano*.⁵³ Nesse sentido, a pesquisa coletou dados para 5 eleições federais para a legislativo federal para os anos de 1900, 1906, 1909, 1912 e 1927. A seleção, neste caso, teve como critério a própria disponibilidade mais sistemática dos dados dos municípios nas fontes. A soma dos eleitores efetivamente mobilizados se utilizou dos votos da eleição majoritária para o Senado, pois eram os únicos votos que correspondiam à relação (quantidade de votos = número de eleitores). De acordo com o sistema eleitoral de 1892, os estados passaram a ser divididos em distritos eleitorais, onde por maioria simples se elegiam 3, 4 ou 5 deputados. Apesar de majoritário, o eleitor para a câmara dos deputados poderia depositar mais de um voto, até o máximo das cadeiras em disputa em cada distrito. Sendo assim, a quantidade de votos poderia não corresponder à quantidade de eleitores, mesmo se dividindo pelo total de cadeiras em disputa, pois o eleitor poderia optar por não depositar todos os votos a que tinha direito.

Os dados das finanças municipais e o detalhamento da medida do *Gini* municipal de 1905 se encontram detalhados no capítulo 1, com fontes e acesso eletrônico acessíveis no apêndice dos dados da tese.

⁵¹ Para uma análise da questão do comparecimento e da abstenção com dados agregados a nível estadual em eleições presidenciais ver Viscardi e Figueiredo (2019).

⁵² Na seção dedicada à explicação dos dados detalho o acesso eletrônico às fontes históricas utilizadas.

⁵³ A utilização de dados históricos, principalmente quanto relacionada com a estatística eleitoral do período, está sujeita a diversos tipos de consideração crítica, já que tanto em termos de manipulações fraudulentas, quanto em termos da imprecisão na coleta e divulgação, tais dados não obedecem aos mesmos critérios técnicos que eleições de períodos posteriores da história política brasileira. No entanto, vale ressaltar, que a imprensa oficial do PRP divulgava a contabilização dos votos no nível municipal tal qual enviada para a contabilização final nas sedes dos distritos e na capital, a depender da data da eleição, com a posterior divulgação dos eleitos para os cargos. Portanto, a principal premissa a ser considerada é que tais dados eram consequentes em termos dos resultados das eleições, ou seja, os números divulgados eram aqueles utilizados para determinar as somas capazes de apontar vencedores ou perdedores nas eleições do estado.

O modelo principal examina as diversas hipóteses empíricas explicitadas na seção anterior explorando as variações em *cross-section* dos municípios paulistas nos diversos anos por regressões de mínimos quadrados ordinários (MQO) de acordo com a seguinte equação

$$y_m = \alpha Gini_m + \beta \log(GastosElites)_m + \gamma \log(população)_m + \delta \log(GastosPessoal) + \theta Km^2 + \omega(Distritos) + \varepsilon_m ,$$

onde y_m é a quantidade absoluta de eleitores que votaram no município m , sendo $\alpha Gini_m$ é o coeficiente da medida do Gini da terra, $\beta \log(GastosElites)_m$ denota o coeficiente em escala logarítmica dos gastos nas diferentes áreas especificadas na hipótese 1 como relacionados aos interesses das elites coronelísticas, $\delta \log(GastosPessoal)$ trata do coeficiente dos gastos em funcionários públicos municipais, cuja justificativa está na hipótese 2, $\gamma \log(população)_m$ é o coeficiente também em log da população de cada município, θKm^2 especifica a área em quilômetros quadrados do município e $\omega(Distritos)$ é um coeficiente que controla pelo efeito do pertencimento de cada município a determinado distrito eleitoral. ε_m é um termo de erro.

A limitação em termos de dados históricos limita a quantidade de controles estatísticos possíveis de serem testados para avaliar a robustez dos coeficientes, principalmente em relação às características populacionais de cada município. Nesse sentido, trato como controle estatístico duas medidas básicas, avaliadas por parte importante da literatura sobre o tema. Em primeiro lugar o tamanho da população local (Oliver, 2001), uma medida bastante comum para tratar da propensão em se participar de eleições locais; e de outro lado, considero a extensão territorial dos municípios (Tavares e Carr, 2013; 2014). No entanto, o efeito de tais controles serão interpretados sob a perspectiva teórica detalhada anteriormente, tendo o efeito populacional apenas a indicação de uma quantidade menor ou maior de eleitores disponíveis a serem mobilizados, e a extensão territorial como uma *proxy* da dificuldade em se transportar o eleitor até o local de votação.

3.5 Resultados

A Tabela 8 apresenta os resultados das eleições de 1900 cujo pleito ocorreu no final do ano de 1899. Os municípios do estado de São Paulo durante essa eleição foram divididos em 7, sendo o primeiro distrito (que inclui a capital) dentro da tabela abaixo servido como base

comparativa para os coeficientes das variáveis *dummy* que controlam o efeito da mobilização dentro de cada distrito. Controlar por distritos, neste caso, permite manter a base comparativa entre cada conjunto de municípios que mobilizavam seus eleitores para cada chapa de candidatos específica.

De acordo com os modelos apresentados na Tabela 8, a desigualdade na distribuição de terras teve um efeito estatisticamente significativo na mobilização de eleitores nas eleições municipais de 1890 em São Paulo. Essa conclusão se mantém mesmo após o controle de outras variáveis, como os gastos das elites coronelísticas e o tamanho e extensão territorial dos municípios. Os coeficientes das outras variáveis possuem a direção esperada, porém a hipótese estrutural teorizada por Victor Nunes Leal que relaciona a concentração de propriedade fundiária à quantidade de eleitores mobilizados se mostrou consistente do ponto de vista empírico.

Cabe ressaltar que o coeficiente de Gini, utilizado como medida de desigualdade na distribuição de terras, varia entre 0 e 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam maior concentração de propriedades em um determinado município. Dessa forma, a concentração de propriedade fundiária nos municípios de São Paulo foi positivamente relacionada à mobilização de eleitores.

Para testar a robustez desse resultado, um modelo adicional foi estimado (modelo 4), incluindo a proporção da população alfabetizada de cada município segundo o censo de 1872 na equação, uma medida aproximada do que poderiam ser os eleitores em potencial para o ano de 1900. Mesmo incluindo tal medida, o efeito da concentração de propriedade não só se manteve, como se intensificou.

Tabela 8: Mobilização eleitoral para a eleição legislativa federal de 1900 nos municípios de São Paulo

	<i>Dependent variable:</i>			
	Eleitores Mobilizados			
	(1)	(2)	(3)	(4)
GINI_terra1905	3,132.076*** (517.510)	1,754.008** (655.457)	1,793.122** (644.452)	2,143.029*** (723.216)
log(pop)		176.623*** (60.207)	103.464 (79.039)	49.013 (89.396)
log(Total_gastos_elites)			53.761 (38.534)	9.779 (49.973)
log(Gasto_pessoal_real)				127.412 (84.259)
AreaKM2				-0.004 (0.096)
prop_alfabetizados1872				46.982 (386.946)
factor(distrito_eleitoral)2	83.587 (152.746)	35.556 (135.910)	115.676 (145.329)	122.966 (156.619)
factor(distrito_eleitoral)3	3.321 (176.334)	-21.613 (155.987)	-14.639 (153.304)	-41.789 (156.701)
factor(distrito_eleitoral)4	-100.222 (153.034)	-224.108 (141.617)	-266.248* (142.349)	-308.674* (174.408)
factor(distrito_eleitoral)5	-68.970 (120.467)	-186.116 (113.654)	-204.719* (112.434)	-273.136** (122.665)
factor(distrito_eleitoral)6	-94.910 (120.857)	-194.631* (112.034)	-249.450** (116.853)	-301.438** (125.587)
factor(distrito_eleitoral)7	-66.856 (120.665)	-158.566 (111.073)	-180.844 (110.268)	-202.992* (114.343)
Constant	-729.308*** (213.420)	-1,851.124*** (426.344)	-1,696.448*** (433.216)	-2,030.062*** (514.238)
Observations	35	35	35	35
R ²	0.604	0.703	0.724	0.750
Adjusted R ²	0.502	0.611	0.625	0.614
Residual Std. Error	215.946 (df = 27)	190.744 (df = 26)	187.364 (df = 25)	190.056 (df = 22)
F Statistic	5.890*** (df = 7; 27)	7.681*** (df = 8; 26)	7.292*** (df = 9; 25)	5.507*** (df = 12; 22)

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

A próxima tabela analisa as eleições para o legislativo federal correspondentes aos eleitos para o ano de 1906. Importante ressaltar que essa eleição ocorre com uma mudança institucional importante produto da Lei Rosa e Silva que entre outras coisas unificou os processos de alistamento no país, que antes dividiam eleitores entre eleições federais e estaduais, e acabou com o alistamento *ex-officio*. Em 1904 os eleitores passaram por um novo cadastramento, o que dependia do comparecimento do eleitor e de sua manifestação para se alistar, o que exigia das elites dos municípios um esforço extra para o processo de alistamento.

Além disso, os distritos eleitorais foram redefinidos em 4 distritos. A análise dos dados segue o mesmo modelo explicativo utilizado para as eleições de 1900, e os resultados obtidos não apresentaram uma diferença substancial em relação às eleições anteriores.

Tabela 9: Mobilização eleitoral para a eleição legislativa federal de 1906 nos municípios de São Paulo

	<i>Dependent variable:</i>			
	Eleitores Mobilizados			
	(1)	(2)	(3)	(4)
GINI_terra1905	2,970.608*** (625.279)	2,079.358*** (418.728)	2,131.602*** (412.356)	2,277.376*** (414.045)
log(pop)		341.198*** (35.726)	239.867*** (65.343)	232.951*** (78.805)
log(Total_gastos_elites)			67.481* (36.704)	10.698 (43.576)
log(Gasto_pessoal_real)				83.807 (56.333)
AreaKM2				-0.032** (0.015)
factor(distrito_eleitoral.y)2	18.375 (110.443)	-125.882* (73.665)	-120.601 (72.429)	-190.944** (76.894)
factor(distrito_eleitoral.y)3	99.099 (134.196)	-177.995* (92.286)	-145.835 (92.338)	-197.157** (93.178)
factor(distrito_eleitoral.y)4	-41.232 (123.527)	-32.889 (80.646)	11.059 (82.757)	-53.423 (86.409)
Constant	-766.863*** (263.423)	-3,606.761*** (343.503)	-3,319.756*** (371.830)	-3,454.237*** (371.450)
Observations	72	72	72	72
R ²	0.265	0.692	0.707	0.730
Adjusted R ²	0.221	0.668	0.680	0.696
Residual Std. Error	349.854 (df = 67)	228.393 (df = 66)	224.383 (df = 65)	218.545 (df = 63)
F Statistic	6.049*** (df = 4; 67)	29.598*** (df = 5; 66)	26.117*** (df = 6; 65)	21.338*** (df = 8; 63)

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Algumas mudanças, porém, passam a ser observadas a partir das eleições de 1906. A desigualdade na distribuição de terras continua a ter um impacto sobre a quantidade de eleitores mobilizados, mas como ilustrado pelos coeficientes do modelo (4), o tamanho da população se torna um fator significativo para a mobilização eleitoral. Além disso, um elemento estrutural importante é que uma diminuição no tamanho do município em termos territoriais teve um efeito significativo para que eleitores fossem mobilizados. Tal perspectiva parece importar caso consideremos que transportar eleitores para os locais de votação era um dos principais custos associados à prática coronelística. A eleição de 1906, do ponto de vista empírico, acrescenta mais evidências aos fatores estruturais associados aos mecanismos explicativos do coronelismo em Victor Nunes Leal.

A tabela seguinte, porém, sugere uma nova tendência associada ao impacto dos gastos públicos. Nesse sentido, os dados parecem ser consistentes com uma mudança gradual para o efeito das finanças municipais, que iniciam com uma magnitude maior desde as eleições de 1906. Desta feita, os gastos com o funcionalismo público nos municípios já apresentam um efeito estatisticamente significativo em termos de eleitores mobilizados nos municípios, ou seja, maiores gastos com funcionários municipais afetam a quantidade de eleitores mobilizados. No entanto, os

fatores estruturais relacionados à concentração fundiária, tamanho da população e municípios menores mantiveram as tendências esperadas.

Tabela 10: Mobilização eleitoral para a eleição legislativa federal de 1909 nos municípios de São Paulo

	<i>Dependent variable:</i>			
	Eleitores Mobilizados			
	(1)	(2)	(3)	(4)
GINI_terra1905	760.861*	647.979**	612.644**	614.472**
	(416.520)	(268.879)	(243.081)	(239.578)
log(pop)			264.235***	214.172***
			(71.008)	(75.343)
log(Total_gastos_elites)		198.413***	74.002*	58.342
		(21.847)	(38.824)	(40.094)
log(Gasto_pessoal_real)				74.195*
				(41.973)
AreaKM2				-0.009
				(0.013)
factor(distrito_eleitoral.y)2	-119.815	-256.455***	-252.208***	-300.830***
	(133.877)	(87.632)	(79.171)	(83.127)
factor(distrito_eleitoral.y)3	-81.353	-228.763**	-242.844***	-306.666***
	(143.818)	(94.150)	(85.136)	(90.619)
factor(distrito_eleitoral.y)4	-132.075	30.496	-19.186	-56.444
	(148.125)	(97.181)	(88.799)	(90.012)
Constant	212.699	-1,637.420***	-2,948.332***	-2,944.229***
	(207.892)	(243.868)	(415.493)	(409.058)
Observations	63	63	63	63
R ²	0.081	0.624	0.699	0.719
Adjusted R ²	0.017	0.591	0.667	0.677
Residual Std. Error	360.655 (df = 58)	232.567 (df = 57)	210.093 (df = 56)	206.794 (df = 54)
F Statistic	1.272 (df = 4; 58)	18.944*** (df = 5; 57)	21.652*** (df = 6; 56)	17.237*** (df = 8; 54)

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Com base nos resultados apresentados nas tabelas anteriores, pode-se apontar uma mudança gradual no efeito dos gastos públicos nas eleições, sendo que a partir das eleições de 1909, os gastos com o funcionalismo público passam a ter um efeito significativo na mobilização de eleitores. Isso sugere que as finanças municipais começam a se tornar um fator cada vez mais importante para entender a mobilização eleitoral ao longo período analisado.

Os resultados da Tabela 11 evidenciam o aumento da mobilização eleitoral em associação com mais gastos públicos nos municípios paulistas, conforme teorizado pela principal hipótese do capítulo. A análise dos dados, que trata das eleições de 1912, parece indicar uma transformação importante na dinâmica de mobilização eleitoral no período. Com o tempo, o controle do processo eleitoral parece ter se utilizado de forma mais recorrente de recursos financeiros públicos, e a associação entre gastos públicos e mobilização eleitoral nos municípios pode indicar que a utilização desses recursos se tornaria uma ferramenta política para o PRP mobilizar os coronéis e suas bases eleitorais.

Tabela 11: Mobilização eleitoral para a eleição legislativa federal de 1912 nos municípios de São Paulo

	<i>Dependent variable:</i>			
	Eleitores Mobilizados			
	(1)	(2)	(3)	(4)
GINI_terra1905	-642.770* (368.921)	-511.322 (324.937)	-525.474* (308.648)	-502.264* (297.610)
log(pop)		233.680*** (45.109)	66.627 (67.346)	22.231 (74.044)
log(Total_gastos_elites)			107.269*** (33.365)	70.973** (34.070)
log(Gasto_pessoal_real)				58.981 (47.228)
AreaKM2				0.046*** (0.014)
factor(distrito_eleitoral.y)2	-170.732** (70.726)	-215.263*** (62.696)	-208.078*** (59.589)	-154.767** (59.007)
factor(distrito_eleitoral.y)3	108.861 (83.396)	-18.351 (77.236)	6.095 (73.750)	51.007 (72.794)
Constant	676.727*** (151.810)	-1,600.138*** (459.294)	-1,073.151** (466.006)	-907.894** (444.501)
Observations	91	91	91	91
R ²	0.162	0.361	0.430	0.500
Adjusted R ²	0.133	0.331	0.397	0.458
Residual Std. Error	281.714 (df = 87)	247.369 (df = 86)	234.945 (df = 85)	222.738 (df = 83)
F Statistic	5.600*** (df = 3; 87)	12.156*** (df = 4; 86)	12.848*** (df = 5; 85)	11.863*** (df = 7; 83)

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Essa mudança pode ser explicada por alguns possíveis fatores conjunturais que surgiram no período analisado. Tomando a análise de Viscardi (2012) sobre as eleições do período, mudanças relacionadas à eleição de Afonso Pena para a Presidência da República e à perda do controle paulista sobre a presidência da Câmara dos Deputados exigiram novas estratégias políticas capazes de recuperar e manter o poder do PRP em âmbito nacional.

Entre os fatores que podem ter contribuído para essa mudança é o resultado da eleição de deputados avulsos, que foram eleitos a partir dos efeitos graduais dos requisitos para a representação de minorias em 1904, e poderiam iniciar uma tendência oposicionista em municípios importantes dentro do estado. Além disso, o surgimento de facções partidárias com representação no legislativo nacional também poderia influenciar a dinâmica de poder dentro das instâncias partidárias.

Durante a legislatura anterior à eleição de 1912, os representantes de São Paulo perderam o controle da presidência da Câmara dos Deputados para o representante de Minas Gerais. Tratava-se de uma posição política fundamental para o PRP no legislativo nacional, pois era o cargo com poder para diplomar ou não os candidatos eleitos no estado. Essa perda de poder enfraqueceu a influência do PRP, que se encontrava fragilizado desde o fim do governo Rodrigues Alves. O surgimento de divisões das elites do estado fragilizou o partido e permitiu a eleição de Hermes da Fonseca com apoiadores paulistas, uma vez que o PRP havia apoiado o candidato concorrente Rui

Barbosa. Nesse contexto político, reunificar as bases e reforçar a mobilização de eleitores se tornaria uma tarefa prioritária para a manutenção da hegemonia sobre o estado e para o poder partidário organizado nos municípios.

O reforço dos gastos no ano eleitoral parece indicar um esforço partidário para mobilizar e unificar as forças coronelísticas que controlavam votos do estado. Diante do risco oriundo de uma presidência contrária às forças políticas do estado, restaria ao poder partidário organizado nos municípios manter a cooperação das elites coronelísticas alinhadas ao esforço partidário em retomar o poder enfraquecido na esfera nacional.

Portanto, e de acordo com a hipótese principal do capítulo, as forças partidárias organizadas nos municípios passaram a se utilizar da política de gastos locais como forma de obter a cooperação e os votos das elites proprietárias. Os fatores estruturais relacionados ao controle da terra passam a não ter mais o impacto esperado, e a utilização do poder da máquina pública municipal passou a importar para manter o partido no controle de suas bases de apoio nas localidades.

Com a política de gastos locais, as forças partidárias organizadas nos municípios buscavam conquistar o apoio das elites locais, oferecendo recursos e benesses em troca da mobilização de seus eleitores. Dessa forma, a máquina pública municipal passava a ser um importante instrumento de controle político nas localidades. Ao mesmo tempo, o controle da terra, que antes era um fator determinante na política de São Paulo, passou a ter menos importância na dinâmica eleitoral. Assim, a estratégia de gastos eleitorais em nível local pode ser entendida como uma tentativa do PRP de reforçar seu poder político no estado de São Paulo, unificando as forças coronelísticas locais e garantindo uma quantidade maior de votos mobilizados nas localidades.

A próxima tabela analisa um contexto político onde o surgimento de um partido de oposição passa a compor o cenário da disputa política pela mobilização eleitoral. Os resultados analisados no modelo (5) incluem os novos elementos conjunturais e buscam entender seus efeitos sobre a mobilização dos eleitores.

Tabela 12: Mobilização eleitoral para a eleição legislativa federal de 1927 nos municípios de São Paulo

	Dependent variable:				
	Eleitores Mobilizados				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
GINI_terra1905	-912.527 (622.206)	-248.935 (447.367)	-354.645 (447.539)	-271.695 (446.773)	-163.497 (407.522)
log(pop)		503.534*** (50.175)	395.880*** (80.409)	354.693*** (83.652)	239.213*** (84.589)
log(Total_gastos_elites)			67.740* (39.770)	16.477 (50.434)	-15.630 (47.829)
log(Gasto_pessoal_real)				114.311 (70.082)	64.495 (71.817)
PorcentagemOposicao					1,165.649*** (259.617)
func_municipal1920					14.127*** (4.043)
prof_liberal1920					-1.046 (0.775)
AreaKM2					-0.036* (0.019)
factor(distrito_eleitoral)2	-8.185 (119.891)	-101.216 (85.757)	-116.331 (85.424)	-109.195 (84.836)	-98.443 (88.810)
factor(distrito_eleitoral)3		-62.836 (140.732)	-137.254 (99.674)	-148.200 (98.859)	-343.697*** (106.866)
factor(distrito_eleitoral)4		-261.896** (124.415)	3.207 (92.331)	7.173 (91.744)	-99.888 (92.606)
Constant	955.764*** (250.657)	-4,253.689*** (548.847)	-3,845.303*** (594.267)	-4,035.781*** (600.852)	-2,279.740*** (702.558)
Observations	107	107	107	107	94
R ²	0.076	0.537	0.550	0.562	0.703
Adjusted R ²	0.040	0.514	0.523	0.531	0.663
Residual Std. Error	465.511 (df = 102)	331.027 (df = 101)	327.955 (df = 100)	325.265 (df = 99)	287.345 (df = 82)
F Statistic	2.094* (df = 4; 102)	23.456*** (df = 5; 101)	20.398*** (df = 6; 100)	18.154*** (df = 7; 99)	17.638*** (df = 11; 82)

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

De fato, em termos de eleitores mobilizados, o surgimento de um partido de oposição (Partido Democrático) teve um efeito imediato e estatisticamente significativo sobre a quantidade de eleitores mobilizados, como mostrado pela variável *PorcentagemOposicao*, que mede a porcentagem de votos recebidos pelos candidatos do PD como proporção do total de votos. Pode-se concluir, dessa forma, que o aumento de votos do PD impactou de forma estatisticamente significativa a quantidade de eleitores mobilizados. Como o ano de 1927 inclui dados municipais produzidos pelo Censo de 1920, busquei incluir alguns controles que pudessem ser confundidores desse efeito. Utilizo a quantidade de profissionais liberais dos municípios como uma *proxy* de maior urbanização e eleitores urbanos, um efeito que ao final da década de 20 poderia estar alterando o tipo de mobilização eleitoral, mas não apresentou nenhum efeito. Também inclui a variável *func_municipal1920* que mede a quantidade de funcionários públicos nos municípios e esta teve um efeito significativo, ou seja, uma maior capacidade burocrática no nível municipal teve um efeito independente sobre a quantidade de eleitores mobilizados para o ano de 1927.

3.6 Conclusões

Os resultados empíricos apontam que, apesar da busca de resultados de uma única implicação empírica do modelo, diferentes eleições entre as décadas de 1890 e a década de 20 do século passado não mobilizaram eleitores segundo um único fator explicativo. Analisar dinâmicas políticas em diferentes pontos no tempo pode revelar certas mudanças em dinâmicas políticas que, em certo sentido, poderiam indicar a alteração de estratégias de atores políticos ou mudanças em incentivos relacionadas ao contexto eleitoral. Importante salientar de saída que tais resultados indicam correlações históricas que, assim como ressaltado por parte da literatura como em Acemoglu et al. (2007), mesmo não cumprindo todos os requisitos para uma interpretação estritamente causal, adicionam elementos empíricos relevantes às teorias já existentes pois juntam novas evidências às interpretações históricas que tem como base narrativas qualitativas.

As eleições analisadas até a metade do período parecem atender aos principais fatores explicativos da tese coronelística de Nunes Leal. Porém, mudanças conjunturais da política dentro do estado de São Paulo alteraram os incentivos em jogo e produziram uma maior participação da máquina pública municipal para fortalecer o processo de mobilização de eleitores. Outro fator relevante é que, quando analisados os dados apenas para o ano de 1927, podemos observar que a inserção da proporção de votos em um partido de oposição, como seria de se esperar, altera o número de eleitores mobilizados nos municípios. Talvez o efeito seja direcionado apenas por causa da inclusão de novos eleitores oriundos de uma nova fonte de mobilização eleitoral pelo partido democrático.

Mobilizar mais eleitores, dentro de uma perspectiva mais ampliada da atuação do PRP, envolvia considerar que influência organizada a partir dos poderes locais tinha como propósito uma maior participação e representação de determinados interesses em aspectos de políticas econômicas, por exemplo, capazes de determinar os destinos de setores econômicos atrelados a determinadas regiões do estado de São Paulo. O trabalho de Viscardi (2012) já aponta como os ganhos políticos em outras esferas estariam relacionados a ganhos econômicos nas localidades, pois o conjunto de vários desses interesses dependia da participação dessa representação em âmbito nacional. Boa parte desses interesses e da mobilização política em torno desses interesses encontrava respaldo na situação nacional e em seu sistema de representação no legislativo e no executivo. Mostrar tal capacidade local de mobilização seria uma das formas de obter bons

benefícios nas localidades. O trabalho para manter a hegemonia do partido exigiu esforços que mudaram ao longo do tempo, e que, de fato, obtiveram sucesso no agregado, já que dos 232 candidatos do PRP que disputaram o cargo de deputado federal entre 1899 e 1930, apenas 11 deles foram derrotados.

Nesse sentido, o trabalho avança em incluir ao modelo coronelista de Nunes Leal o partido político como elemento de coordenação e construção de apoio. A principal tarefa do partido, nesse contexto, seria a de atender as elites políticas e mobilizar a força dos potenciais apoiadores com os espólios oriundos da administração municipal. O jornal do partido, nesse sentido, serviria também de canal para a divulgação dos feitos da elite local, suas realizações e sua capacidade de mobilização e controle do processo eleitoral.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“The spirit of a people, its cultural level, its social structure, the deeds its policy may prepare – all this and more is written in its fiscal history, stripped of all phrases. He who knows how to listen to its message here discerns the thunder of world history more clearly than anywhere else.

– Joseph Schumpeter [1918] 1991

Ao tratar dos problemas fiscais europeus do início do século XX, Joseph Schumpeter propunha em seus estudos de economia política que as finanças públicas seriam um dos melhores pontos de partida para investigações sociais, principalmente em seus aspectos políticos. O autor argumenta que a análise histórica e sociológica da questão fiscal seria central para compreender um país, pois ali estaria a história do desenvolvimento econômico, os valores sociais e seus vieses culturais. Dessa forma, um estudo sobre finanças públicas deveria tratar as contas governamentais tanto como “sintoma” quanto como “causa”, nas palavras do autor, das mudanças na sociedade e na economia (Schumpeter [1918], 1991; p.101).

Um dos objetivos da tese foi evidenciar a relevância desta proposição, pois tomamos as finanças públicas históricas dos municípios paulistas também como ponto de partida - e fonte de dados - para tratar de questões importantes em política comparada, como as relacionadas aos determinantes da capacidade fiscal em nível subnacional; aos fatores que influenciam o resultado de decisões distributivas; e a relação entre gastos públicos e a mobilização de eleitores. Assim, as hipóteses formuladas em cada capítulo buscaram identificar mecanismos explicativos com base nas motivações dos atores políticos envolvidos em cada situação, seus interesses e o resultado observado de suas ações no tempo.

Dessa forma, o processo de construção teórica buscou em modelos da literatura, com evidências empíricas significativas relacionadas a outros casos, uma forma de

interlocução capaz de orientar as perguntas de pesquisa para tratar do caso histórico de São Paulo na Primeira República. Não obstante a análise ter buscado dialogar com a literatura internacional nos debates substantivos, o trabalho não se furtou em apontar novas evidências dentro do debate da historiografia e das contribuições das ciências sociais brasileiras, principalmente em questões relacionadas às consequências políticas da escravidão, às relações raciais e seus efeitos no pós-abolição e para o fenômeno histórico do coronelismo.

À guisa da proposta inicial da pesquisa, há que levar em conta o fato de que parte do objetivo não seria apenas tratar a história como fonte de dados para avaliar teorias desconectadas de seus contextos, mas incluir a análise de outros períodos históricos como parte de um empreendimento de construção teórica que amplie as contribuições da ciência política para a compreensão histórica (Orren & Skowronek, 2004). Nesse sentido, os modelos examinados se aproximaram de perspectivas de estudos propriamente históricos na ciência política, como seriam os trabalhos em *American Political Development* (APD), que se consolidaram como área de pesquisa específica na ciência política norte-americana. Isto posto, as formulações teóricas tiveram como propósito investigar mecanismos e suas implicações observáveis, sem se abster em identificar aspectos causais nestas formulações, sempre ponderando as limitações próprias dos estudos observacionais em fontes do passado. Na verdade, a construção teórica das proposições testáveis esteve fundamentada em um conjunto amplo de evidências historiográficas e buscou tratar de maneira lógica - porém não estilizada - o conjunto amplo de dados empíricos quantitativos e histórico descritivos.

Entre os enfoques que cumpriria destacar está o tratamento teórico dos aspectos institucionais da escravidão em sua dimensão política. Em uma caracterização importante da historiografia recente, Tâmis Parron (2015, p. 11) identificou elementos da organização política estatal necessários para a manutenção do controle escravocrata, pois elites escravistas precisam do Estado para garantir a administração da violência física e simbólica tanto dentro da unidade produtiva como fora dela. Ou seja: trata-se de um tipo de organização político-institucional que envolve uma forma de dominação total de um grupo sobre outro, em que se permite o controle sobre os corpos, a vida, a localização e a exploração do trabalho sob condições determinadas politicamente, como definiu Engerman (2003).

Como instituição política, portanto, a escravidão seria capaz não apenas de organizar e estruturar os incentivos e interesses dos atores políticos em um determinado ponto no tempo, mas também em influenciar a forma como a distribuição de poder político se organizaria em períodos posteriores. Com efeito, nesta tese, buscamos tratar das motivações e incentivos relacionados a um ator político de alguma forma negligenciado nos estudos da política brasileira: o escravocrata. Seria de se esperar que dentro do regime institucional escravista *de jure* – pois capaz de posicionar legalmente de maneira diferente grupos dentro da sociedade - os escravocratas agiriam de maneira consciente em relação aos interesses que orientavam suas decisões políticas e em relação às políticas públicas. Como resultado político de tal organização institucional, quando um determinado grupo é capaz de acumular poder político e econômico oriundo das instituições legais, desenvolvimentos políticos posteriores estariam mais propensos a serem influenciados por decisões políticas e econômicas favoráveis a tais interesses. Como agenda de pesquisa a ser explorada, portanto, a escravidão brasileira teria o potencial de um efeito político persistente no tempo, já que por afetar a distribuição do poder político, a possibilidade de mudanças institucionais também poderia ser afetada após o fim do escravismo.

Outro aspecto não menos relevante que organiza o argumento da tese é que a escravidão brasileira não se organizou de forma alheia a uma caracterização racial da população. Do ponto de vista teórico, a demografia do passado, que incluía distintos segmentos da população, pode ser analisada em seus efeitos tendo em conta a heterogeneidade e o sistema de hierarquias que vigoravam baseados em diferentes atributos de distinção social e racial. A utilização dessas informações buscou enfatizar a função do Estado como coletor de dados para funções políticas, entre elas a caracterização racial da população, e se tornou parte do argumento teórico que informou a análise. Com efeito, a construção de dados e as informações organizadas em registros governamentais são parte da política. Da mesma forma, a ausência de dados também é reveladora do tipo de política que determinados governos buscam implementar e do tipo de política que eles pretendem aplicar.

Ao definir orientações políticas com respeito às características raciais da população paulista, tornou-se possível agregar novas evidências ao fato de raça e cidadania terem se organizado no Brasil como parte de projetos políticos de formação da nacionalidade. Em termos de pesquisas futuras, as consequências em termos políticos, apesar de relacionados com a instituição escravista, não necessariamente apresentariam

os mesmos efeitos. A questão racial no Brasil pode ser estudada a partir da continuidade da combinação dos efeitos resultantes de ideologias raciais e das formas de controle político tradicionais, que muitas vezes se combinaram para tornar latentes para os resultados políticos os marcadores raciais.

Dessa forma, a perspectiva teórica explorada neste trabalho buscou novas evidências para aquilo que José Murilo de Carvalho definiu em seu estudo sobre a República brasileira como a justificação racional da organização do poder, ou seja, o papel das ideologias (Carvalho, 2005a, p. 9). No entanto, e como procurei demonstrar nesta tese, ideologias raciais (Sawyer, 2006), por exemplo, podem ser justificadas historicamente como mecanismos explicativos críveis para resultados políticos observáveis empiricamente. Sem expandir um amplo debate teórico sobre a relação entre ideias e instituições políticas, o caso paulista se mostrou relevante pois o papel histórico dos preconceitos raciais em determinados períodos pode ser entendido sob o prisma dos problemas de ação coletiva, principalmente se considerarmos o tipo de ação organizada pelas elites do passado escravista.

Em sua parte final, a tese enfatiza o papel do Partido Republicano Paulista como mediador dos interesses locais dos coronéis através do uso dos recursos públicos municipais. Além da possibilidade de novas pesquisas comparadas em relação ao papel dos partidos em outros estados, outra possibilidade de pesquisa futura seria o do entendimento do papel da escravidão como elemento dos acordos para a formação do próprio PRP. De acordo com José Murilo de Carvalho (2011, p. 141), um dos pontos cruciais do Manifesto Republicano de 1870 foi a exclusão do tema da abolição da escravidão como parte da pauta do partido, algo que fazia parte das plataformas de outros partidos republicanos, como o dos Estados Unidos⁵⁴. A Convenção do partido que deu origem ao PRP aconteceu justamente na cidade de Itú, uma das cidades com uma das maiores proporções de população escravizada no estado. Ainda de acordo com Carvalho (2001), os documentos de formação do partido apontam como o apoio à abolição dentro das reuniões preparatórias foi evitado por diversos meios para impedir a diminuição de adesões das elites no estado. Em suma, a tese buscou na análise histórica do caso paulista uma forma de compreensão de perspectivas teóricas com possibilidades abertas para casos e contextos contemporâneos.

⁵⁴ Republican Party Platforms: “Republican Party Platform of 1860,” May 17, 1860. Online by Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*.

5. REFERÊNCIAS

Acemoglu, Daron and James A. Robinson (2001). A Theory of Political Transitions. *American Economic Review*, v91, n4, 938-63.

Acemoglu, Daron. (2005) "Politics and Economics in Weak and Strong States". *Journal of Monetary Economics*, 52(7): 1199-226

Acemoglu, Daron, Simon Johnson, and James A. Robinson. (2005a). "Institutions as a Fundamental Cause of Long-Run Growth." In Philippe Aghion and Steven N. Durlauf (eds.) *Handbook of Economic Growth*. Amsterdam: Elsevier North Holland, Chapter 6, pp. 385–472.

Acemoglu, Daron, and James A. Robinson (2005b). *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*. Cambridge University Press: Cambridge, UK.

Acemoglu, Daron and James Robinson (2006). De Facto Political Power and Institutional Persistence. *American Economic Association Papers and Proceedings*, v96, n2, 325-30.

Acemoglu, D., Bautista, M. A., Querubín, P. and Robinson, J. A. (2008) *Economic and Political Inequality in Development: The Case of Cundinamarca, Colombia*, in Helpman, E. (ed.), *Institutions and Economic Performance*, Harvard University Press, Cambridge, 181–245.

Acemoglu, Daron, Simon Johnson, and James A. Robinson. (2012) "The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation: Reply." *American Economic Review*, 102 (6): 3077-3110.

Acharya, A., Blackwell, M., & Sen, M. (2016). The political legacy of American slavery. *The Journal of Politics*, 78(3), 621-641.

Alberto, P. (2017). *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Editora da Unicamp.

Aldrich, J. H. (1995). *Why parties? The origin and transformation of political parties in America*. University of Chicago Press.

Aldrich, J. H., & Griffin, J. D. (2018). *Why parties matter: Political competition and democracy in the American South*. University of Chicago Press.

Alencastro, Luis Felipe de. (2000). *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII* (São Paulo: Companhia das Letras).

Alesina, Alberto, Baqir, Reza, and Easterly, William (1999) "Public Goods and Ethnic Divisions." *Quarterly Journal of Economics* 114 (4): 1243–84.

Alesina, Alberto, Arnaud Devleeschauwer, William Easterly, Sergio Kurlat, and Romain Wacziarg. (2003). "Fractionalization," *Journal of Economic Growth*, 8, 155-194.

Alesina, A., Glaeser, E., & Glaeser, E. L. (2004). *Fighting poverty in the US and Europe: A world of difference*. Oxford University Press.

Alesina, Alberto, and Eliana La Ferrara. (2005). Ethnic Diversity and Economic Performance," *Journal of Economic Literature*, 43, 762-800.

Alesina, Alberto, and Ekaterina Zhuravskaya. (2011). "Segregation and the Quality of Government in a Cross Section of Countries," *American Economic Review*, 101, 1872-1911.

Alesina, Alberto, Stelios Michalopoulos, and Elias Papaioannou. (2014). "Ethnic Inequality," *Journal of Political Economy*.

Alesina, Alberto, and Eliana La Ferrara. (2014a). "A Test for Racial Bias in Capital Punishment." *American Economic Review* 104 (11): 3397-3433.

Algan, Y., Hémet, C., & Laitin, D. D. (2016). The social effects of ethnic diversity at the local level: A natural experiment with exogenous residential allocation. *Journal of Political Economy*, 124(3), 696-733.

Alonso, Angela. (2015). *Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro*

(1868-1888) São Paulo: Companhia das Letras.

Andrews, George Reid. (1991) *Black and Whites in São Paulo* (1991), Brazil, 1888-1988. Madison, 1991.

Andrews, G. R. (2016). *Afro-Latin America: Black Lives, 1600–2000*. Harvard University Press.

Ang, Y.Y. (2016). Co-optation & Clientelism: Nested Distributive Politics in China's Single-Party Dictatorship. *Studies Comparative International Development* 51, 235–256.

Aissar, Aparecida da Glória. (1977) *Um Estudo da Mortalidade e da Mobilidade Espacial: Os Descendentes do Negro e do Branco Estrangeiro no Município de Rio Claro (1875 1930)*. São Paulo, 1977. 148p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aissar, Aparecida da Glória, Castro, Jeanne Berrance de, Scarano, Julita Maria Leonor. (1973) A mortalidade entre os filhos de trabalhadores pretos e brancos estrangeiros numa região cafeeira paulista: 1875-1930. In: *Revista de História*. São Paulo, 46(94):603-17, abr/jun 1973.

Alves, Henrique Losinskas. (1977) Taunay e o levantamento histórico do negro no Brasil. In: *Revista do Arquivo Histórico Municipal*, 40(189):51-61, São Paulo, jan/jun 1977.

Arretche, M. (1996) *A Descentralização das Políticas Sociais no Estado de São Paulo: 1986-94. Relatório Síntese*. Pesquisa: “Balanço e Perspectivas da Descentralização das Políticas Sociais no Brasil”. Relatório.

Arretche (2000) *Estado Federativo e Políticas sociais: determinantes da descentralização*, Revan. Rio de Janeiro.

Arretche, M. (2005). “Quem taxa e quem gasta.” *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 24, p. 69-85, jun.

Azevedo, Célia Maria Marinho de. (1985) *O Negro livre no imaginário das elites*

(Racismo, Imigrantismo e Abolicionismo em São Paulo. Campinas/SP, 1985. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Azevedo, Célia Maria Marinho de. (1987) *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do séc. XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Baldwin, K., & Huber, J. (2010). “Economic versus Cultural Differences: Forms of Ethnic Diversity and Public Goods Provision.” *American Political Science Review*, 104(4), 644-662.

Banerjee, A., Iyer, L. & Somanathan, R. History, social divisions, and public goods in rural India. *Journal of the European Economic association*, 3 639-647.

Banerjee, Abhijit and Lakshmi Iyer. (2010). “Colonial Land Tenure, Electoral Competition, and Public Goods in India.” In “Natural Experiments in History”, eds. Jared Diamond and James A. Robinson, The Bellknap Press of Harvard University Press, Cambridge, MA.

Barkan, Joel D., and Michael Chege. (1989). “Decentralizing the State: District Focus and the Politics of Reallocation in Kenya.” *Journal of Modern African Studies* 27(3): 431–53.

Bates, Robert H. (1974). “Ethnic Competition and Modernization in Contemporary Africa,” *Comparative Political Studies*, 6, 457-484.

Bates, Robert (1983). *Modernization, ethnic competition, and the rationality of politics in contemporary Africa*. In *State versus ethnic claims: African policy dilemmas*. Vol 152 Boulder, CO: Westview Press p. 171.

Bates, Robert H., and Da-Hsiang Donald Lien. (1985). “A Note on Taxation, Development, and Representative Government.” *Politics and Society* 14(1): 53–70.

Bates, R. H. (1989). *Beyond the miracle of the market: The political economy of agrarian development in Kenya*. Cambridge University Press.

Bastide, Roger e Fernandes, Florestan. (1955). *Branco e negro em São Paulo*. São Paulo: Anhembi.

Bastide, Roger e Fernandes, Florestan (Orgs.). (1979). *O preconceito racial em São Paulo (projeto de estudo)*. In: HIRANO, Sedi (Org.). *Pesquisa social. Projeto e planejamento*. São Paulo: TAQ.

Beiguelman, Paula. (1968). “A Grande Imigração em São Paulo I”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 3, pp. 99-116.

Beiguelman, Paula. (1973). *Pequenos estudos de ciência política*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira.

Beiguelman, Paula. (2005). *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos*. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo [1973]

Besley, Timothy, and Robin Burgess. (2002). “The Political Economy of Government Responsiveness: Theory and Evidence from India.” *Quarterly Journal of Economics* 117(4): 1415–51.

Besley, Timothy, and Masayuki Kudamatsu. (2006). “Health and Democracy.” *American Economic Review* 96(2): 313–18.

Besley, Tim, and Torsten Persson (2008). “State Capacity, Conflict and Development”, *Econometric Society Presidential Address 2008*, Pittsburgh, PA.

Besley, Timothy e Persson, Torsten (2009) *The origins of state capacity: property rights, taxation and politics*. *American economic review*, 99 (4). Pp. 1218-1214

Bieber, Judy. (1999). *Power, Patronage, and Political Violence: State Building on a Brazilian Frontier, 1822-1889* (Lincoln: University of Nebraska Press)

Blaydes, L. (2010). *Elections and distributive politics in Mubarak’s Egypt*. Cambridge University Press.

Blaydes, Lisa. (2011). *Elections and Distributive Politics in Mubarak's Egypt*. New York: Cambridge University Press.

Boix, C., & Svobik, M. W. (2013). The Foundations of Limited Authoritarian Government: Institutions, Commitment, and Power-Sharing in Dictatorships. *The Journal of Politics*, 75(2), 300–316.

Brusco, Valeria, Marcelo Nazareno, and Susan C. Stokes. (2004). “Vote Buying in Argentina.” *Latin American Research Review* 35: 55–81.

Bueno de Mesquita, B et al. (2012). *The logic of political survival*. Stanford. Stanford University Press.

Burgess, R., Jedwab, R., Miguel, E., Morjaria, A., & Padró i Miquel, G. (2015). The value of democracy: evidence from road building in Kenya. *American Economic Review*, 105(6), 1817-1851.

Cano, W. (1977). *Raízes da concentração industrial em São Paulo* (Vol. 53). São Paulo: Difel.

Carone, Edgard. (1975). *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Difel.

Carr, J. B., & Tavares, A. (2014). City size and political participation in local government: Reassessing the contingent effects of residential location decisions within urban regions. *Urban Affairs Review*, 50(2), 269-302.

Carvalho, José Murilo. (1989). *Os Bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.

Carvalho, José Murilo. (1990). *A formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Carvalho, J. M. D. (1997). Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, 40, 229-250.

Carvalho, José Murilo de. (1998). Entre a liberdade dos antigos e dos modernos. In: Carvalho, José M. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG. P. 83-106.

Carvalho, José Murilo de. (2003). Os três povos da República. Revista USP. São Paulo, n.59, p. 96-115, setembro/novembro.

Carvalho, José Murilo de. (2005). Cidadania no Brasil – o longo caminho. 7ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.

Carvalho, J. M. (2005a). Pontos e bordados: escritos de memória e política. *Editora UFMG: Belo Horizonte*.

Carvalho, J. M. D. (2011). República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. *Varia Historia*, 27, 141-157.

Carvalho Filho, Irineu E., Colistete, Renato P., (2010). Education Performance: Was It All Determined 100 Years Ago? Evidence From São Paulo, Brazil. Munich Personal RePEc Archive No. 24494. link to <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/24494/>

Casalecchi, J. Ê. (1987). PRP–O Partido Republicano Paulista. *SP: Brasiliense*.

Castro, Hebe Maria Mattos de. (1995) Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Castro, Hebe Mattos. (2000). Escravidão e cidadania no Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Catão, Luis A. V. 1992. “A New Wholesale Price Index for Brazil during the Period 1870-1913.” *Revista Brasileira de Economia* 46-4.

Chankra, K. (2007). Why ethnic parties succeed: Patronage and ethnic head counts in India. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Colistete, R. P. (2015). Regiões e especialização na agricultura cafeeira: São Paulo no início do século XX. *Revista Brasileira de Economia*, 69, 331-354.

Colistete, Renato P. (2016). O Atraso em meio à Riqueza: Uma História Econômica da Educação Primária em São Paulo, 1835 a 1920. Tese (Livre-docência em Economia), Universidade de São Paulo, São Paulo.

Collier, R. B., & Collier, D. (1991). *Shaping the political arena: Critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America*. Princeton: Princeton University Press.

Collier, Paul. (2000). "Ethnicity, Politics and Economic Performance." *Economics and Politics* 12 (3): 222–45.

Conrad, Robert. (1972). *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Berkeley: University of California Press.

Conrad, Robert. (1975) *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro/Brasília, Civilização Brasileira/INL.

Conrad, Robert. (1978) *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Consorte, Josildeth Gomes, Harris, Marvin, Lang, Joseph, Byrne, Bryan. (1993). Who Are the Whites?: Imposed Census Categories and the Racial Demography of Brazil. *The University of North Carolina Press, Social Forces*, 72(2)451-462, 1993.

Contador, Claudio and Claudio Haddad. 1975. Produto real, moeda e preços: A experiência brasileira no período 1861-1970. *Revista Brasileira de Estatística* 36: 407-440.

Costa, W. (1994). A questão fiscal na crise do império e na implantação da República. Relatório de pesquisa "Balanço e perspectiva do federalismo fiscal no Brasil". São Paulo: Fundação do Desenvolvimento Administrativo.

Costa, Emília Viotti da. (1982). *Da senzala à colônia*. 2d ed. São Paulo: Ciências Humanas.

Costa, Emília Viotti da. (1989). *Da monarquia à república: momentos decisivos*. –3ed - São Paulo: Brasiliense.

Cox, Gary W., and Mathew D. McCubbins, (1986). “Electoral Politics as a Redistributive Game.” *Journal of Politics* 48: 370-389.

Cox, Gary. (2005), “Electoral Institutions and Political Competition. Coordination, Persuasion, and Coordination”, in C. Menard e M. M. Shirley (orgs.), *Handbook of New Institutional Economics*. Dordrecht, Springer, pp. 69-89.

Cox, Gary. (2014). Electoral rules, mobilization, and turnout. A review. Prepared for presentation at a conference on Elections and Electoral Institutions, Toulouse School of Economics, 10-12 April

Cox, G. W. (2015). Electoral rules, mobilization, and turnout. *Annual Review of Political Science*, 18, 49-68.

Dahlberg, Matz, and Eva Johansson. (2002). “On the Vote Purchasing Behavior of Incumbent Governments.” *American Political Science Review* 96(1): 27–40.

De Mello, P. C. (1977). *The economics of labor in Brazilian coffee plantations, 1850-1888* (Doctoral dissertation, The University of Chicago).

De Mesquita, B. B., Morrow, J. D., Siverson, R. M., & Smith, A. (2002). Political institutions, policy choice and the survival of leaders. *British Journal of Political Science*, 32(4), 559-590.

Dean, W. (1966). The planter as entrepreneur: the case of Sao Paulo. *Hispanic American Historical Review*, 46(2), 138-152.

Dean, Warren (1971). “Latifundia and Land Policy in Nineteenth Century Brazil.” *The Hispanic American Historical Review* v. 51, No. 4 (Nov., 1971), pp. 606-625.

Dean, W. (1977). *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Degler, Carl N. (1986). *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*. Madison: University of Wisconsin Press.

Dell, M. (2010). "The Persistent effects of Peru's mining mita." *Econometrica*, Vol. 78, No. 6 (November, 2010), 1863–1903.

Demoro, L. (1960). *Coordenação de leis de imigração e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Diaz-Cayeros, A., & Magaloni, B. (2001). Party dominance and the logic of electoral design in Mexico's transition to democracy. *Journal of Theoretical Politics*, 13(3), 271-293.

Diaz-Cayeros, A. (2006). *Federalism, fiscal authority, and centralization in Latin America*. Cambridge University Press.

Dixit, Avinash, and John Londregan. (1995). "Redistributive Politics and Economic Efficiency." *American Political Science Review* 89: 856-866.

Dixit, Avinash, and John Londregan. (1996). "The Determinants of Success of Special Interests in Redistributive Politics." *Journal of Politics* 58(4): 1132–55.

Drazen, Allan, and Marcela Eslava. (2005). "Electoral Manipulation via Expenditure Composition: Theory and Evidence." NBER Working Paper 11085. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.

Du Bois, W. E. B. (2007). *The Suppression of the African Slave-Trade to the United States of America, 1638-1870: The Oxford WEB Du Bois, Volume 1* (Vol. 1). Oxford University Press .

Du Bois, W. E. B. [1935]. (2014). *Black reconstruction in America (the Oxford WEB Du Bois): An essay toward a history of the part which Black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880*. Oxford University Press.

Dunning, Thad, and Lauren Harrison. (2010). "Crosscutting Cleavages and Ethnic Voting: An Experimental Study of Cousinage in Mali." *American Political Science Review* 104(1): 1–19.

Easterly, William, and Ross Levine. (1997). "Africa's Growth Tragedy: Policies and Ethnic Divisions," *Quarterly Journal of Economics*, 112, 1203-1250.

Engerman, Stanley L., and Kenneth L. Sokoloff. (1997). "Factor Endowments, Institutions, and Differential Paths of Growth Among New World Economies: A View from Economic Historians of the United States," in Stephen Harber, ed., *How Latin America Fell Behind* (Stanford University Press, Stanford), 260–304.

Engerman, Stanley. (2003). Slavery without racism, racism without slavery: mainland North America and elsewhere. In *Collective Degradation: slavery and the construction of race*. Proceedings of the fifth Annual Gilder Lehrman Center International Conference. Yale University. New Haven, Connecticut.

Fearon, J. D. (1999, May). Why ethnic politics and 'pork' tend to go together. In *an SSRC-MacArthur sponsored conference on "Ethnic Politics and Democratic Stability," University of Chicago*.

Fernandes, Florestan. (1978) *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, vol. I, 1965; São Paulo: Ática 3ª ed. 2 vol.

Fernandes, F., & Bastide, R. (2015). *Branços e negros em São Paulo*. Global Editora e Distribuidora Ltda. Primeira edição: Bastide, R., & Fernandes, F. eds. (1955), *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: UNESCO/Anhembi.

Fisman, Raymond. (2001). "Estimating the Value of Political Connections." *American*

Economic Review 91(4): 1095–102.

Franck, Raphael, and Ilia Rainer. (2012). “Does the Leader’s Ethnicity Matter? Ethnic Favoritism, Education and Health in Sub-Saharan Africa.” *American Political Science Review* 106(2): 294–325.

Freire, A. *Uma Capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

Furtado, Celso. (2007) [1959]. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

Gandhi, J. (2004). *Political institutions under dictatorship*. New York University.

Gandhi, J. (2008). Dictatorial institutions and their impact on economic growth. *European Journal of Sociology/Archives Européennes de Sociologie*, 49(1), 3-30.

Gandhi, J., & Lust-Okar, E. (2009). Elections under authoritarianism. *Annual review of political science*, 12, 403-422.

Gans-Morse, Jordan; Mazzuca, Sebastián e Nichter, Simeon. (2009), “Who Gets Bought? Vote Buying, Turnout Buying and others Strategies”. *Working Paper 2009-0006*. Wetherhead Center for International Affairs. Boston, Harvard University.

Gans-Morse, J., Mazzuca, S., & Nichter, S. (2014). Varieties of clientelism: Machine politics during elections. *American Journal of Political Science*, 58(2), 415-432.

Geddes, Barbara. (2003). *Paradigms and Sand Castles: Theory Building and Research Design in Comparative Politics*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Godoy, Joaquim Floriano de. (1887) 1826-1902.; Imprensa Nacional. Descrição: "Documentos históricos para o estudo da questao do **elemento servil** desde 1870 a 1887". Rio de Janeiro: Impr. Nacional.

Godoy, Joaquim F. de. (1878). *A Província de São Paulo. Trabalho Estatístico, Histórico e Noticioso*. São Paulo: Governo do Estado, 1978 (1a. ed. 1878)

Golden, Miriam, and Brian Min. (2013). "Distributive Politics Around the World," *Annual Review of Political Science*, 16, 73-99.

Gonzalez-Ocantos, E., Kiewiet de Jonge, C. and Nickerson, D.W. (2015). Legitimacy buying: the dynamics of clientelism in the face of legitimacy challenges. *Comparative Political Studies* 48(9), 1127-1158.

Gorender, Jacob . *O escravismo colonial* (4th ed. rev.; São Paulo: Editora Ática, 1985)

Graham, Richard. (1990). *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil* (Stanford: Stanford University Press).

Greene, K. F. (2007). *Why dominant parties lose: Mexico's democratization in comparative perspective*. Cambridge University Press.

Guimarães, Antonio S. A. (2011). A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, n. 2, p. 17-36.

Habyarimana, James, Humphreys, Macartan, Posner, Daniel, and Weinstein, Jeremy. (2009). *Coethnicity: Diversity and Dilemmas of Collective Action*. New York: Russell Sage Press.

Hacker, J and Pierson, P. (2010). "Winner-take-all politics: Public policy, political organization, and the precipitous rise of top incomes in the United States". *Politics & Society* 38 (2), 152-204.

Haddad, Claudio. 1974. *Growth of Brazilian Real Output, 1900-47*. Chicago: University of Chicago Press.

Hanchard, M. (1994). *Orpheus and power: the movimento negro in Rio de Janeiro e São Paulo, Brazil 1945-1988*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Hanley, Anne G. (2012). "A Failure to Deliver: municipal poverty and the provision of public services in imperial São Paulo, Brazil 1822-1889" *Journal of Urban History*. Volume: 39 issue: 3, page(s): 513-535

Hanley, A. G. (2018). *The Public Good and the Brazilian State*. In *The Public Good and the Brazilian State*. University of Chicago Press.

Hall, Michael. (1969). *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. Tese (Doutorado em História), Columbia University, New York.

Harding, Robin, and David Stasavage. (2011). "What Democracy Does (and Doesn't) Do for Basic Services: School Fees, School Quality, and African Elections."

Unpublished manuscript.

Hasenbalg, C. A. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (Vol. 86). Rio de Janeiro: Graal.

Hasenbalg, Carlos A. (1995). Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: vol. 38, n^o 2, 1995.

Hasenbalg, C. A., & do Valle Silva, N. (2003). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Iuperj/Ucam.

Healy, Andrew, and Neil Malhotra. (2009). "Myopic Voters and Natural Disaster Policy." *American Political Science Review* 103(3): 387–406.

Hacker, J. S., & Pierson, P. (2010). *Winner-take-all politics: How Washington made the rich richer--and turned its back on the middle class*. Simon and Schuster.

Hochman, Gilberto. (1998). *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998. 261 páginas.

Hodler, Roland, and Paul A. Raschky. (2010). "Foreign Aid and Enlightened Leaders."

Department of Economics Discussion Paper 54/10. Monash University.

Hodler, Roland, and Paul A. Raschky. (2014) "Regional Favoritism," *Quarterly Journal of Economics*, 129, 995-1033.

Holloway, Thomas. (1984). *Imigrantes para o Café. Café e Sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Horiuchi, Yusaku, and Seungjoo Lee. (2008). "The Presidency, Regionalism, and Distributive Politics in South Korea." *Comparative Political Studies* 41(6): 861–82.

Hochschild, J. L., & Weaver, V. (2007). The skin color paradox and the American racial order. *Social forces*, 86(2), 643-670.

Hyden, Goran. (2006). *African Politics in Comparative Perspective*. New York: Cambridge University Press.

Jaccard, J., Wan, C. K., & Turrisi, R. (1990). The detection and interpretation of interaction effects between continuous variables in multiple regression. *Multivariate behavioral research*, 25(4), 467-478.

Jablonski, Ryan S. (2011). "Does Aid Target Votes? How Electoral Strategies Shape the Distribution of Aid?" Presented at the Working Group in African Political Economy Meeting, Stanford University, December 9–10.

Johansson, Eva. (2003). "Intergovernmental Grants as a Tactical Instrument: Empirical Evidence from Swedish Municipalities." *Journal of Public Economics* 87(5–6): 883–915.

John, Peter, and Hugh Ward. (2001). "Political Manipulation in a Majoritarian Democracy: Central Government Targeting of Public Funds to English Subnational Government, in Space and Across Time." *British Journal of Politics and International Relations* 3(3): 308–39.

Kasara, Kimuli. (2007). *Tax Me if You Can: Ethnic Geography, Democracy, and the*

Taxation of Agriculture in Africa," *American Political Science Review*, 101, 159-172.

Key, V.O. (1949). *Southern Politics in State and Nation*. Knopf Books.

Kramon, Eric, and Daniel N. Posner. (2012). "Ethnic Favoritism in Primary Education in Kenya.

Kramon, Eric, and Daniel N. Posner. (2014). "Who Benefits from Distributive Politics? How the Outcome One Studies Affects the Answer One Gets," *Perspectives on Politics*, 11, 461-474.

Klein, Herbert S. e Ben Vinson III. (1986) *African Slavery in Latin America and the Caribbean* (New York: Oxford University Press).

Klein, Herbert S. and Francisco Vidal Luna. "Free Colored in a Slave Society: São Paulo and Minas Gerais in the Early Nineteenth Century," *Hispanic American Historical Review*, 80, no. 4 (November 2000), pp. 913–941.

Klein, Herbert S. and Clotilde Andrade Paiva, "Free Persons in a Slave Economy, Minas Gerais in 1831," *Journal of Social History*, 29, no. 4 (1996), pp. 933–962.

Klein, Herbert S. and Ben Vinson III. (1986) *African Slavery in Latin America and the Caribbean* (New York: Oxford University Press).

Kudamatsu, Masayuki. (2007). "Ethnic Favoritism: Micro Evidence from Guinea." IIES Working Paper.

Kugelmas, E. (1986). *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo).

Kustov, A., & Pardelli, G. (2018). Ethnoracial homogeneity and public outcomes: the (non) effects of diversity. *American Political Science Review*, 112(4), 1096-1103.

Lake, David, & Matthew Baum. (2003). "The Political Economy of Growth: Democracy and Human Capital. *American Journal of Political Science* 47(2): 333–47.

Lagerlof, N.P. (2005). “An American reversal of fortune” mimeo, York University.

Lamounier, Maria Lucia, “Agricultura e Mercado de Trabalho: Trabalhadores Brasileiros Livres nas Fazendas de Café e na Construção de Ferrovias em São Paulo, 1850-1890,” *Estudos Econômicos*, 37(2007), 353-372.

Lamounier, Maria Lucia, *Ferrovias, Agricultura de Exportação e Mão-de-Obra no Brasil no Século XIX* (Postdoctoral Thesis, Universidade de São Paulo, 2008).

Lamounier, Maria L. Da escravidão ao trabalho livre. Campinas: Papyrus, 1988.

Lamounier, Maria L. O trabalho sob contrato: a Lei de 1879. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 6, n^o 12, mar/ago, 1986.

Lamounier, Maria Lúcia. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *Estudos Econômicos*. vol. 37, n. 2, p. 353-372, 2007.

Lamounier, Maria Lúcia. *Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX*. USP, Tese de Livre-Docência. Ribeirão Preto, 2008.

Leal, Victor Nunes. (2012) *Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil*. 7^a ed. Cia das Letras. [São Paulo: Alfa-Omega, [1979].

Laswell, Harold. (1936). *Politics: Who Gets What, When, How*. New York: McGraw Hill.

Lee, Woojin and John E Roemer. (2006). “Racism and redistribution in the United States: A solution to the problem of American exceptionalism.” *Journal of Public Economics* 90(6):1027–1052.

Lee, A. (2018). “Ethnic Diversity and Ethnic Discrimination: Explaining Local Public Goods Provision”. *Comparative Political Studies*. Vol 51(10) 1351-1383.

Leff, N. H. (1972). A Technique For Estimating Income Trends From Currency Data And An Application To Nineteenth-Century Brazil. *Review of Income and Wealth*, 18(4), 355-

Lessa, Renato. (1988). *A Invenção Republicana. Campos Sales, as Bases e a Decadência da Primeira República Brasileira*. São Paulo: Vértice.

Levi, Margareth (1988). *Of Rule and Revenue*. Berkeley: University of California Press.

Levitt, Steven D., and James M. Snyder. (1995). "Political Parties and the Distribution of Federal Outlays." *American Journal of Political Science* 39(4): 958–80.

Lieberman, E.S. (2002). Taxation data as indicators of state-society relations: Possibilities and pitfalls in cross-national research. *Studies in Comparative International Development* 36, 89-115.

Limongi, Fernando. (2012), "Eleições e Democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a Transição de 1945". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 55, no 1, pp. 37-69.

Love, Joseph L. (1970), "Political Participation in Brazil, 1881-1969," *Luso-Brazilian Review*, 7, 3-24.

Love, Joseph. (1982). *São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*. São Paulo, Paz e Terra

Loveman, Mara, (2000). *Racial Classification and the State in Latin America*. Oxford: Oxford University Press.

Loveman, Mara, (2009). "Whiteness in Latin America: Measurement and Meaning in National Censuses (1850-1950)." *Journal de la Société de Américanistes*. 95(2): 207-234

Loveman, M. (2014). *National colors: Racial classification and the state in Latin America*. Oxford University Press, USA.

Luna, F. V., & da Costa, I. D. N. (1982). *Minas colonial: economia & sociedade*. São Paulo. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas/Pioneira.

Luna, F. V., & Can, Wilson. (1983). *“Economia Escravista em Minas Gerais”*. Campinas. Cadernos IFCH/Unicamp.

Luna, F. V., & Klein, H. S. (2003). *Slavery and the economy of São Paulo, 1750-1850*. Stanford University Press.

Luna, Francisco Vidal; Klein, Herbert S. (2014). *The economic and social history of Brazil since 1889*. New York: Cambridge University Press.

Luna, Francisco Vidal; Klein, Herbert S. (2010). *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 400p.

Luna, Francisco Vidal; Klein, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006, p.93.

Lust-Okar, E. (2005). *Structuring conflict in the Arab world: Incumbents, opponents, and institutions*. Cambridge University Press.

Lust-Okar, E. (2006). Elections under authoritarianism: Preliminary lessons from Jordan. *Democratization*, 13(3), 456-471.

Magaloni, Beatriz. (2005). “The Demise of Mexico’s One-Party Dominant Regime: Elite Choices and the Masses in the Establishment of Democracy.” In *The Third Wave of Democratization in Latin America: Advances and Setbacks*, ed. Scott Mainwaring and Frances Hagopian. Cambridge: Cambridge University Press, 121–48.

Magaloni, Beatriz. (2006). *Voting for Autocracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Magaloni, Beatriz. (2008). “Credible Power Sharing and the Longevity of Authoritarian Rule.” *Comparative Political Studies* 41 (April): 715–41.

Magaloni, B., Diaz-Cayeros, A., & Estévez, F. (2007). Clientelism and portfolio diversification: a model of electoral investment with applications to Mexico. *Patrons*,

clients, and policies: Patterns of democratic accountability and political competition, 182-205.

Mares, I. (2003). The sources of business interest in social insurance: Sectoral versus national differences. *World Politics*, 55(2), 229-258.

Mares, Isabela. (2003). *The Politics of Social Risk: Business and Welfare State Development*. New York: Cambridge University Press.

Martins, José de Souza. (2010). *O cativo da terra*. São Paulo. Ed. Contexto.

Martins, José de Souza. (1973) *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira.

Marx, Anthony W. (1998) *Making Race and Nation: A Comparison of South Africa, the United States, and Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.

McAdam, D., Tarrow, S., & Tilly, C. (2001). *Dynamics of contention*. New York and London: Cambridge University Press.

Meltzer, Allan e Richard, Scott. (1981). A rational theory of the size of government. *Journal of Political Economy*. Vol. 89. No.5. pp 914-927. The University of Chicago Press.

Miguel, E. (2004). Tribe or nation? Nation building and public goods in Kenya versus Tanzania. *World politics*, 56(3), 327-362

Milliet, S. (1982a). *O desenvolvimento da pequena propriedade no estado de São Paulo. In Roteiro do café e outros ensaios: Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil (4ª ed.)*. Hucitec. (Obra original de 1939)

Milliet, S. (1982b). *Roteiro do café. In Roteiro do café e outros ensaios: Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil (4ª ed.)*. Hucitec. (Obra original de 1939)

- Milesi-Ferretti, Gian Maria, Roberto Perotti, and Massimo Rostagno. (2002). "Electoral Systems and the Composition of Public Spending." *Quarterly Journal of Economics* 117: 609–57.
- Milligan, Kevin, and Michael Smart. (2005). "Regional Grants as Pork Barrel Politics." CES Working Paper No. 1453.
- Min, Brian. (2010). "Democracy and Light: Public Service Provision in the Developing World." Ph.D. diss., University of California-Los Angeles.
- Michalopoulos, Stelios, and Elias Papaioannou. (2013). "Pre-Colonial Ethnic Institutions and Contemporary African Development," *Econometrica*, 81, 113-152.
- Miguel, E. (2004). Tribe or Nation? Nation building and public goods in Kenia versus Tanzania. *World Politics*, 56, 328-362.
- Miguel, Edward, and Mary Kay Gugerty. (2005). "Ethnic Diversity, Social Sanctions, and Public Goods in Kenya," *Journal of Public Economics*, 89, 2325-2368.
- Miranda, Bruno. (2019). A lei do ventre livre e a reformulação da política da escravidão no Brasil. In: *Anais do 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis (UFSC).
- Miranda, Bruno da Fonseca. (2018). *O Vale do Paraíba contra a Lei do Ventre Livre, 1865-1871*. Dissertação de Mestrado: FFLCH-USP.
- Monbeig, Pierre. (1984). *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis.
- Morgan, J., & Várdy, F. (2012). Negative vote buying and the secret ballot. *The journal of law, economics, & organization*, 28(4), 818-849.
- Motta, José Flavio (1999) *Corpos escravos e vontades livres – Estrutura da posse de escravos de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. São Paulo: Annablume/Fapesp.

Motta, José Flávio. (2012). *Escravos daqui, dali e de mais além: O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo. Alameda.

Musachio, Aldo; Fritcher, André Martínez; Viarengo, Martina. (2014). “Colonial Institutions, Trade Shocks, and the Diffusion of Elementary Education in Brazil, 1889-1930”. *Journal of Economic History*, vol. 74, nº 3, pp. 730-766.

Nichter, Simeon. (2008), “Vote Buying or Turnout Buying? Machine Politics and the Secret Ballot”. *American Political Science Review*, vol. 102, nº 1, pp. 19-31.

Nicolau, Jairo. (2012), *Eleições no Brasil. Do Império aos Dias Atuais*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Nobles, M. (2000). *Shades of Citizenship: Race and the Census in Modern Politics*. Stanford: Stanford University Press.

Nobles, M. (2000a). History counts: a comparative analysis of racial/color categorization in US and Brazilian censuses. *American Journal of Public Health*, 90(11), 1738.

Nunn, N. (2008). “The Long-Term Effects of Africa’s Slave Trades,” *Quarterly Journal of Economics*, 123, 139–176. [1863,1865]

Nunn, Nathan, and Leonard Wantchekon. (2011). “The Slave Trade and the Origins of Mistrust in Africa.” *American Economic Review* 101 (7) (December): 3221–3252.

Oates, W. E. (1988). On the measurement of congestion in the provision of local public goods. *Journal of Urban Economics*, 24(1), 85-94.

Ordeshook, P. C., & Schwartz, T. (1987). Agendas and the control of political outcomes. *American Political Science Review*, 81(1), 179-199.

Oliveira, Vinicius de Bragança M. *Centralização e descentralização: mudanças institucionais e seus impactos na economia da província de São Paulo (1835 – 1850)*.

Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de Economia-UNESP/Araraquara, 2006.

Oliver, J. E. (2001). Democracy in suburbia. In *Democracy in Suburbia*. Princeton University Press.

Oliver, J. E. (2000). City size and civic involvement in metropolitan America. *American Political Science Review*, 94(2), 361-373.

Orren, K., & Skowronek, S. (2004). *The search for American political development*. Cambridge University Press.

Ortiz, R. (1985). Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. *Cultura brasileira e identidade nacional*, 36-44.

Pang, Laura Jarnagin. (1981). The State and the agricultural clubs in Imperial Brazil, 1860-1889. PhD Thesis. Vanderbilt University.

Parron, Tâmis Peixoto. (2015). A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP.

Parron, Tamis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Prado Jr, Caio (2011) [1945]. *História Econômia do Brasil*. Brasiliense, São Paulo.

Pepinsky, T. (2007). Autocracy, elections, and fiscal policy: evidence from Malaysia. *Studies in Comparative International Development*, 42(1), 136-163.

Perissimoto, Renato M. (1994). *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp.

Posner, Daniel N. (2005). *Institutions and Ethnic Politics in Africa*. New York: Cambridge University Press.

Posner, Daniel N. (2007). "Regime Change and Ethnic Cleavages in Africa," *Comparative Political Studies*, 40, 1302-1327.

Posner, Daniel N., and David J. Simon. (2002). "Economic Conditions and Incumbent Support in Africa's New Democracies: Evidence from Zambia." *Comparative Political Studies* 35(3): 313–36.

Prudente, E. A. de J. (1988). O negro na ordem jurídica brasileira. *Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo*, 83, 135-149.

Queiroz, Maria Isaura Pereira de. (1976). O mandonismo local na vida política brasileira e outros estudos (2ªed.). São Paulo, Editora Alfa Ômega.

Reichmann (1999). *Race in contemporary Brazil: From indifference to inequality*. State College, PA: The Pennsylvania State University Press

Reinikka, Ritva, and Jakob Svensson. (2004). "Local Capture: Evidence from a Central Government Transfer Program in Uganda." *Quarterly Journal of Economics* 119(2): 679–705.

Reis, Eustáquio, Márcia Pimentel, and Ana I. Alvarenga. "Áreas Mínimas Comparáveis Para Os Períodos Intercensitários De 1872 a 2000." Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

Reis, João José e Gomes, Flávio dos Santos (2021). *Revoltas escravas no Brasil*. São Paulo. Cia das Letras.

Ricci, Paolo e Zulini, Jaqueline Porto. (2012), "'Beheading', Rule Manipulation and Fraud: The Approval of Election Results in Brazil, 1894-1930". *Journal of Latin American Studies*, vol. 44, no 3, pp. 495-521.

Ricci, Paolo e Zulini, Jaqueline. (2015). As eleições no Brasil Republicano: para além do estereótipo da fraude eleitoral. *Histórica, Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 63, ano 11, março

Rocha, Rudi, Claudio Ferraz, and Rodrigo R. Soares. (2017). "Human Capital Persistence

and Development." *American Economic Journal: Applied Economics*, 9 (4): 105-36.

Romer, Thomas. (1975). Individual welfare, majority voting, and the properties of a linear income tax. *Journal of Public Economics*, vol. 4, issue 2, 163-185.

Saba, Roberto. (2018). *A Lei dos Sexagenários e a política dos abolicionistas no Brasil- Império*. 2008. 10 USP. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. *Lei dos Sexagenários - 1885*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros/lei-dos-sexagenarios.html>.

Santos, S.A. dos. 2002. "Historical Roots of the "Whitening" of Brazil", *Latin American Perspectives*, Vol. 29, No. 1, pp.61-82

Santos, Wanderley Guilherme dos (2013). O sistema oligárquico representativo da Primeira República. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, jan-mar.

Sawyer, Mark Q. (2006). *Racial politics in post-revolutionary Cuba*. Cambridge University Press

Schady, Norbert R. (2000). "The Political Economy of Expenditures by the Peruvian Social Fund (FONCODES), 1991–95." *American Political Science Review* 94(2): 289–304.

Sêga, R. A., & Perissinotto, R. M. (2011). Republicanismo Paulista e Republicanismo Gaúcho, entre o partido de classe e o partido de Estado: aproximações e distinções (1873-1930). *Almanack*, 101-113.

Scheve, Kenneth and David Stasavage (2012), "Democracy, War, and Wealth: Evidence from Two Centuries of Inheritance Taxation," *American Political Science Review* 106(1):81-102.

Schumpeter, Joseph A. 1918 (1991). "The Crisis of the Tax State." In R. Swedberg, ed., *The Economics and Sociology of Capitalism*. Princeton, NJ: Princeton University Press, pp. 99–140.

Schwartz, T. (1987). Your vote counts on account of the way it is counted: An institutional solution to the paradox of not voting. *Public Choice*, 54(2), 101-121.

Skocpol T. (1996) "Why the United States Has Repeatedly Failed to Enact Universal Health Insurance". In: Bak H, van Holthoon F, Krabbendam H Social and Secure? Politics and Culture of the Welfare State: A Comparative History. Amsterdam: VU University Press. pp. 382-403.

Sen, M., & Wasow, O. (2016). Race as a bundle of sticks: Designs that estimate effects of seemingly immutable characteristics. *Annual Review of Political Science*, 19(1), 499-522.

Skocpol, Theda. (1996). Boomerang: Clinton's Health Security Effort and the Turn against Government in U.S. Politics. New York: W.W. Norton.

Sen, Maya e Wason, Omar.(2016). Race as a bundle of sticks: design that estimate effects of seemingly immutable characteristics. *Annual Review of Political Science*. 19:499-522.

Sen, M., Blackwell, M., & Acharya, A. (2018). Deep roots: How slavery still shapes southern politics. Princeton University Press.

Slenes, R. W. (1976). The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888,". Ph.D. Dissertation, Department of History, Stanford University.

Slenes, Robert. Grandeza ou decadência: o mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro. 1850-1888. (1986). In: Costa, Iraci del Nero (org). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE, p.103-155.

Slenes, R. W. (2008). The Brazilian Internal Slave Trade, 1850–1888. In *The Chattel Principle* (pp. 325-370). Yale University Press.

Smith (1984) "Race and Human Capital," *American Economic Review*, September 1984, 74, 865-98.

Smith, A., & De Mesquita, B. B. (2012). Contingent prize allocation and pivotal voting. *British Journal of Political Science*, 42(2), 371-392.

Skidmore, Thomas. (1974). *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*. Duke University Press.

Skidmore, Thomas. (1990). "Racial Ideas and Social Policy in Brazil, 1870–1940." In *The Idea of Race in Latin America, 1870–1940*, edited by Richard Graham. Austin: University of Texas Press.

Stepan, Nancy. (1991). *The Hour of Eugenics: Race, Class and Nation in Latin America*. Cornell University Press

Stasavage, David. (2005). "Democracy and Education Spending in Africa." *American Journal of Political Science* 49(2): 343–58.

Stokes, Susan. (2005). "Perverse Accountability: A Formal Model of Machine Politics with Evidence from Argentina." *American Political Science Review* 99(3): 315–25.

Stokes, Susan; Dunning, Thad; Nazareno, Marcelo; Brusco, Valeria. (2013). *Brokers, voters and clientelism: the puzzle of distributive politics*. New York: Cambridge University Press, 316 p.

Schwarcz, Lília K. Moritz. (1987). *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no Final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Schwarcz, Lília K. Moritz. (1993) *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. (Companhia das Letras), fotos, mapas, quadros, índice anômico e bibliografia. São Paulo, 287p.

Schwartz, Stuart B. (1985). *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1500– 1835*. Cambridge: Cambridge University Press.

Stuart B. Schwartz. (2001). *Escravos, Roceiros e Rebeldes*, Bauru: EDUSC. [Trad. port. de *Slaves, Peasants, and Rebels: reconsidering Brazilian slavery*. Urbana: University of Illinois Press, 1992]

Seyferth, G. (1996). Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. Pp. 41-58 in: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

Seyferth, G. (1997). Questões eugênicas no Brasil: Eugenia, racismo e o problema da imigração no Brasil. Pp. 248-252, in: ALVES, Isidoro; GARCIA, Helena Moraes (orgs.). VI Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Anais. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência.

Souza, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: Mota, Carlos Guilherme (org). *Brasil em Perspectiva*. 15ª Edição. São Paulo: Difel, 1985.

Smith, Alastair, and Bruce Bueno de Mesquita. 2012. "Contingent prize allocation and pivotal voting." *British Journal of Political Science* 42(2): 371-392.

Swenson, Peter. (2008). "Good Distribution, Bad Delivery, and Ugly Politics: The Traumatic Beginnings of Germany's Health Care System." In *Divide and Deal: The Politics of Distribution in Democracies*, ed. Ian Shapiro, Peter Swenson and Daniela Donno. New York: NYU Press.

Summerhill, William R. (2010). "Colonial Institutions, Slavery, Inequality, and Development: Evidence from São Paulo, Brazil," MPRA Paper, No. 22162.

Suryanarayan, P., & White, S. (2021). Slavery, reconstruction, and bureaucratic capacity in the American south. *American Political Science Review*, 115(2), 568-584.

Svolik, M. (2008). Authoritarian reversals and democratic consolidation. *American Political Science Review*, 102(2), 153-168.

Svolik, M., & Boix, C. (2007). *Non-tyrannical autocracies*. Working Paper. Washington, DC and Champaign.

Tannenbaum, Frank.(1946) *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. New York: Random House.

Tavits, Margit. (2009). “Geographically Targeted Spending: Exploring the Electoral Strategies of Incumbent Government.” *European Political Science Review* 1(1): 102–23.

Taunay, A. (1939). *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do café, 15 vol.

Tavares, A. F., & Carr, J. B. (2013). So close, yet so far away? The effects of city size, density and growth on local civic participation. *Journal of urban affairs*, 35(3), 283-302.

Telarolli Júnior, Rodolpho. (1993). “Poder e Saúde: a República, a Febre Amarela e a Formação dos Serviços Sanitários no Estado de São Paulo.” 2 vol. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.

Telles, E. (2006). *Race in Another America: The significance of Skin Color in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.

Tiebout, C. M. (1956). A pure theory of local expenditures. *Journal of political economy*, 64(5), 416-424.

Tilly, Charles. 1990. *Coercion, Capital, and European States, Ad 990–1990*. Cambridge, MA: Basil Blackwell.

Tirole, Jean. (1988). *A theory of industrial organization*. Cambridge, Massachussets. MIT Press.

Toha, Risa J., (2009). *Public Goods Transfers and National Unity: Evidence from Post-Soeharto Indonesia*. APSA 2009 Toronto Meeting Paper.

Treisman, Daniel. (1996). “The Politics of Intergovernmental Transfers in Post-Soviet

Russia.” *British Journal of Political Science* 26(3): 299–335.

Vangelista, Chiara. (1991). *Os braços da lavoura: imigrantes e "caipiras" na formação do mercado paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec/Instituto Italiano di Cultura, 1991.

Vianna, Oliveira. (2005). [1920]. "Populações meridionais do Brasil". Brasília: Senado Federal, *Edições do Senado Federal*, v. 27, 423p.

Vidal, Lux (coord).(1983). *O índio e a cidadania*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/Editora Brasiliense. 104p.

Viscardi, Claudia M. R. (2012). *O teatro das oligarquias: uma revisão da “Política do Café com Leite”*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora Fino Traço.

Viscardi, C. M. R e Soares, L. F. Votos, partidos e eleições na Primeira República: a dinâmica política a partir das charges de “O Malho”. *Revista de História, [S. l.]*, n. 177, p. 01-3`1, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.134470.

Viscardi, C. M., & Figueiredo, V. F. (2019). Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular. *Locus: Revista de história*, 25(2).

Wang, Limin. (2003). “Determinants of Child Morality in LDCs: Empirical Findings from Demographic and Health Surveys.” *Health Policy* 65(3): 277–99.

Wilensky, Harold. (1975). *The Welfare State and Equality: Structural and Ideological Roots of Public Expenditures*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

Williams, E. (1994). [1944] *Capitalism and Slavery*. *Chapel Hill: U of North Carolina Press*.

Williamson, Oliver. (1979). *Transaction-Cost Economics: The Governance of Contractual Relations*. *Journal of Law and Economics*, Vol. 22, No. 2, pp. 233-261. The University of Chicago Press.

Wintrobe, R. (2008). Dictatorship. In *Readings in Public Choice and Constitutional Political Economy* (pp. 345-367). Springer, Boston, MA.

Woodward, James. (2009). *A Place in Politics: São Paulo, Brazil, from Seigniorial Republicanism to Regionalist Revolt* (Durham: Duke University Press).

Worthington, Andrew C., and Brian E. Dollery. (1998). "The Political Determination of Intergovernmental Grants in Australia." *Public Choice* 94(3): 299–315.

Wright, Gavin. (1974). "The Political Economy of New Deal Spending: An Econometric Analysis". *The Review of Economics and Statistics*, 56, issue 1, p. 30-38.

Zenha, Edmundo. (1948). *O Município no Brasil, 1532-1700* (São Paulo: Instituto Progresso Editorial).

Ziblatt, D. (2009). Shaping democratic practice and the causes of electoral fraud: The case of nineteenth-century Germany. *American Political Science Review*, 103(1), 1-21.

6. Anexos das fontes

Arquivos

Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Projetos de lei, orçamentos e prestações de contas de municípios e do governo provincial/ estadual, posturas municipais, documentos variados dos municípios.

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Jornais, Anuários do Ensino, Anuários Estatísticos, relatórios das secretarias do governo do estado de São Paulo.

Biblioteca Nacional - BNDigital

Jornais e relatórios de presidentes de província e governadores do estado.

Biblioteca da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)

Publicações oficiais e periódicos do governo do estado de São Paulo.

Jornais

Correio Paulistano

Publicações Oficiais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SÃO PAULO. ANAIS. São Paulo: 1869-1888.

Brasil. Directoria Geral de Estatística. *Relatorio e Trabalhos Estatisticos apresentados ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, pelo Director Geral Interino Dr. José Maria do Coutto*. Rio de Janeiro: Typographia de Hippolyto José Pinto, 1873.

Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872. Vol. I. Rio de Janeiro: Typ. de Leuzinger e Filhos, 1876.

São Paulo. Repartição de Estatística e Archivo do Estado. *Anuario Estatístico de São Paulo*, 1889-1930.

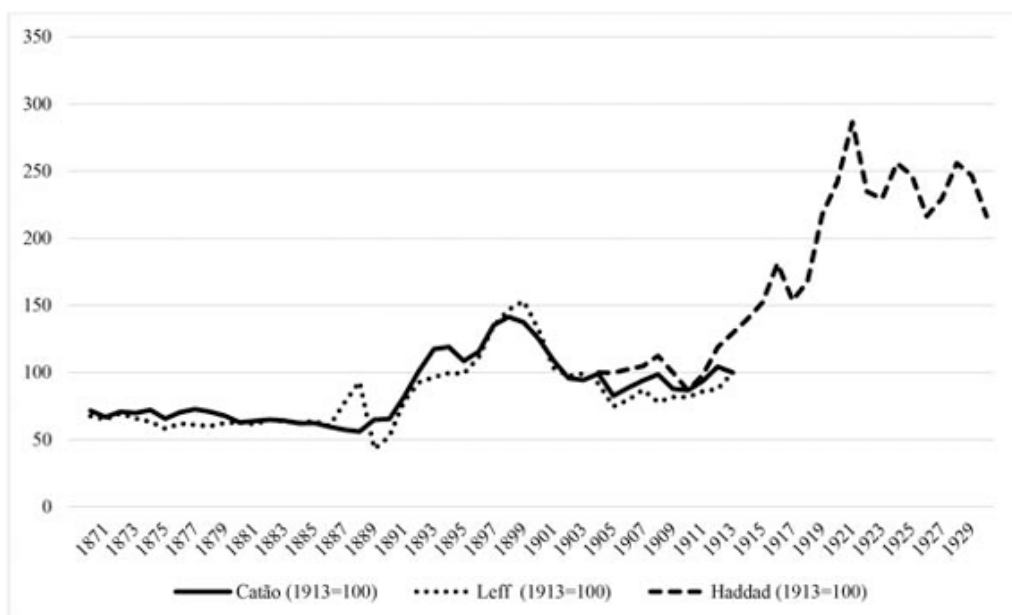
Historical Statistics of the United States. Edition Bicentennial. Colonial Times to 1970. U.S. Bureau of the Census. Washington, D.C., 1975.

Legislação Estadual- Repositório Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

São Paulo, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commércio e Obras Publicas. Estatística Agrícola E Zootécnica Do Estado De São Paulo, 1904-1905. São Paulo.

Medidas

Taxas de Inflação (1870-1930)



Fonte: Gráfico reproduzido a partir de Hanley (2018; p. 158). Os dados foram produzidos a partir de Catão (1992), Haddad (1974) e Leff (1972).

Cálculo Gini Terra (1905)

Enquanto podem existir medidas diferentes para a desigualdade fundiária, optou-se por uma medida geral relativa ao tamanho total das propriedades rurais em cada município, de acordo com a fórmula:

$$G = \frac{2}{n^2 \bar{a}} \sum_{i=1}^n i(a_i - \bar{a})$$

onde a é o tamanho da fazenda no município n de um proprietário i , onde

$$\bar{a}_m = \frac{1}{n_m} \sum_{i=1}^n a_i$$

é a média do tamanho das fazendas em cada município.